

----- **ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA** -----

----- **Mandato 2017-2021** -----

----- **SESSÃO ORDINÁRIA DE NOVEMBRO – QUARTA REUNIÃO
REALIZADA NO DIA VINTE DE DEZEMBRO DE DOIS MIL E DEZOITO. --**

----- **ATA NÚMERO QUARENTA E OITO**-----

----- Aos vinte dias do mês de dezembro de dois mil e dezoito, em cumprimento da respetiva convocatória e ao abrigo do disposto nos artigos vigésimo sétimo e trigésimo do Anexo I da Lei número setenta e cinco de dois mil e treze, de doze de setembro, e nos artigos vigésimo quinto e trigésimo sexto do seu Regimento, reuniu a Assembleia Municipal de Lisboa, na sua sede, sita no Fórum Lisboa, na Avenida de Roma, nº 14, em Lisboa, em Sessão Ordinária, quarta reunião, sob a presidência da sua Presidente efetiva, Excelentíssima Senhora Maria Helena do Rego da Costa Salema Roseta, coadjuvado pela Excelentíssima Senhora Patrocínia da Conceição Alves Rodrigues Vale César e pela Excelentíssima Senhora Maria Virgínia Martins Laranjeira Estorninho, respetivamente Primeira Secretária em exercício e Segunda Secretária. ----

----- Assinaram a “Lista de Presenças”, para além dos mencionados na Mesa da Assembleia, os seguintes Deputados Municipais: -----

----- Álvaro da Silva Amorim de Sousa Carneiro, Ana Maria de Campo Pedroso Mateus, Ana Maria Gaspar Marques, André Nunes de Almeida Couto, António Manuel Pimenta Prôa, António Modesto Fernandes Navarro, Carla Cristina Ferreira Madeira, Cláudia Alexandra de Sousa e Catarino Madeira, Davide Miguel Santos Amado, Fernando Garcia Lopes Correia, Fernando Manuel Moreno D’Eça Braamcamp, Fernando Manuel Pacheco Ribeiro Rosa, Francisco Américo Maurício Domingues, Francisco José Nina Martins Rodrigues dos Santos, Graciela Lopes Valente Simões, Hugo Alberto Cordeiro Lobo, Hugo Miguel Mateus Gaspar, Inês de Drummond Ludovice Mendes Gomes, Isabel Cristina Rua Pires, João Luís Valente Pires, João Maria Correa Monteiro Macieira Condeixa, Jorge Manuel Jacinto Marques, José Alberto Ferreira Franco, José António Barbosa Borges, José Luís Sobreda Antunes, José Manuel Rodrigues Moreno, José Maximiano Albuquerque Almeida Leitão, Luís Filipe da Silva Monteiro, Luís Pedro Alves Caetano Newton Parreira, Mafalda Ascensão Cambeta, Manuel Malheiro Portugal de Nascimento Lage, Margarida Carmen Nazaré Martins, Maria Alexandra Almeida da Cunha Cordeiro da Mota Torres, Margarida Isabel Paulino Bentes Penedo, Maria Cristina da Fonseca Ataíde Castel-Branco A. Júdice, Maria da Graça Resende Pinto Ferreira, Maria Irene dos Santos Lopes, Maria Luísa de Aguiar Aldim, Maria Simoneta Bianchi Aires de Carvalho Luz Afonso, Maria Teresa Craveiro Pereira, Mário Jorge Paulino de Oliveira de Almeida Patrício, Miguel Alexandre Cardoso Oliveira Teixeira, Miguel Farinha dos Santos da Silva Graça, Miguel Nuno Ferreira da Costa Santos, Natalina Nunes Esteves Pires Tavares de Moura, Patrícia Carla Serrano Gonçalves, Paula Inês Alves de Sousa Real, Pedro Filipe Mota Delgado Simões Alves, Ricardo de Sant’Ana Godinho Moreira, Rita Maria Oliveira Calvário, Rodrigo Maria Santos de Mello Gonçalves, Rui Paulo da Silva Soeiro Figueiredo, Rui Pedro Costa Lopes, Silvino Esteves Correia, Luís Duarte de Albuquerque Carreira, João Carlos de Sousa Pereira, Ana Margarida Mota Vieira da

Silva de Morais, José Roque Alexandre, Maria João Bernardino Correia, Pedro Miguel Tadeu Costa, Susana Maria da Costa Guimarães, Carlos Manuel Guilherme Lage Teixeira, António Miguel Silva Avelãs, Nádía Alves Ribeiro Teixeira, Gabriel Maria Simplício Baptista Fernandes, Rosa Maria Carvalho da Silva e Rodolfo Knapic.-----

----- Faltaram à reunião os seguintes Deputados Municipais: -----

----- Ana Sofia Soares Ribeiro de Oliveira Dias Figueiredo, Fábio Martins de Sousa, José António Cardoso Alves, Aline Gallash Hall de Beuvink e Mário Nelson Morais Freitas. -----

----- Fizeram-se substituir, ao abrigo do disposto no artigo 78.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, o qual se mantém em vigor por força do disposto, *a contrario sensu*, na alínea d), do n.º 1, do artigo 3.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e do artigo 8.º do Regimento da Assembleia Municipal de Lisboa, os seguintes Deputados Municipais: -----

----- José António Nunes do Deserto Videira (PS), Presidente da Junta de Freguesia de Marvila, por um dia, tendo sido substituído pelo substituto legal Deputada Municipal Susana Maria da Costa Guimarães. -----

----- Pedro Miguel Sousa Barrocas Martinho Cegonho (PS), Presidente da Junta de Freguesia de Campo de Ourique, por um dia, tendo sido substituído pelo substituto legal Deputado Municipal Pedro Miguel Tadeu Costa.-----

----- Rute Sofia Florêncio Lima de Jesus (PS), Presidente da Junta de Freguesia de Olivais, por um dia, tendo sido substituída pelo substituto legal Deputado Municipal Luis Duarte de Albuquerque Carreira. -----

----- Artur Miguel Claro da Fonseca Mora Coelho (PS), Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria Maior, por um dia, tendo sido substituída pelo substituto legal Deputada Municipal Maria João Bernardino Correia.-----

----- Diogo Leão (PS), por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Ana Margarida de Morais. ----- .

----- Augusto Miguel Gama (PS), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal José Roque Alexandre. ----- .

----- Vasco Morgado (PSD), Presidente da Junta de Freguesia de Santo António, por um dia, tendo sido substituído pelo substituto legal Deputado Municipal Rodolfo Knapic.-----

----- Carlos Barbosa (PSD), por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Rosa Maria Carvalho da Silva. ----- .

----- João Diogo Santos Moura (CDS-PP), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Gabriel Maria Baptista Fernandes.----- .

----- Ana Margarida de Carvalho (PCP), por um dia, tendo sido substituída pelo Deputado Municipal João Carlos Pereira. ----- .

----- Raúl Santos (MPT), por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Nádía Teixeira. ----- .

----- José Inácio Faria (MPT), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Mário Freitas. ----- .

----- Joana Alegre Duarte (IND), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal António Avelãs. ----- .

----- Paulo Jorge Velez Muacho (IND), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Carlos Manuel Guilherme Lage Teixeira. ----- .

----- Através da Ata da Mesa da Assembleia Municipal de Lisboa número 9/2018, de 11 de dezembro de 2018, foi deliberado o seguinte a descrever: -----

----- Justificar a falta dos Deputados Municipais José Luis Sobreda Antunes (PEV) e Nuno Miguel Mendes Firmo (PSD) em substituição do Presidente da Junta de Freguesia de Santo António, à 41ª reunião da Assembleia Municipal de Lisboa (26ª Sessão Extraordinária), realizada no dia 6 de novembro de 2018. -----

----- Justificar a falta do Deputado Municipal Fábio Sousa (PCP- Presidente JF Carnide), à 42ª Reunião da Assembleia Municipal de Lisboa (27ª Sessão Extraordinária), realizada no dia 13 de novembro de 2018. -----

----- Justificar as faltas dos Deputados Municipais Hugo Lobo (PS), Fábio Sousa (PCP – Presidente da Junta de Freguesia de Carnide) e João Maria Condeixa (CDS-PP) à 43ª Reunião da Assembleia Municipal de Lisboa (Sessão Ordinária de novembro-1ª Reunião), realizada no dia 20 de novembro de 2018. -----

----- Justificar a falta do Deputado Municipal Fábio Sousa (PCP- Presidente JF Carnide), à 44ª Reunião da Assembleia Municipal de Lisboa (28ª Sessão Extraordinária), realizada no dia 27 de novembro de 2018. -----

----- A Câmara esteve representada pelos Senhores Vereadores: João Paulo Saraiva, Manuel Grilo, Catarina Vaz Pinto e Rui Franco. -----

----- Estiveram ainda presentes os Senhores Vereadores da oposição: João Pedro Gonçalves Pereira, Maria da Conceição Zagalo, João Pedro Abreu Costa, Nuno Correia da Silva e Orísia Roque. -----

----- Às quinze horas e vinte minutos, constatada a existência de quórum, **a Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, declarou aberta a reunião. -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

-----“Senhoras Deputadas e Senhores Deputados, Público presente, Senhores Assessores e jornalistas, boa tarde a todos, Senhores Agentes de Segurança, pedia para todos assumirem os seus lugares, já temos quórum, não temos é a Câmara, assim é que não dá. -----

----- A Câmara já cá está, portanto Senhores Deputados, temos antes de se da nossa Ordem de Trabalhos, um Voto de Pesar, que foi pedido pelo PPM, pelo falecimento de João Branco, da dupla *Storytailors*, portanto, eu penso que não há inconveniente em ele ser apreciado antes de entrarmos na Ordem de Trabalhos e temos íamos, naturalmente, começar. -----

----- Eu enquanto espero que a Câmara assuma os seus lugares queria também informar a Assembleia, que julgo que é do interesse de todos, que terminaram agora mesmo há um quarto de hora os Trabalhos na Assembleia da República, da 11ª Comissão, relacionados com o pacote legislativo da habitação, que vai ser submetido a votação do Plenário amanhã, já o final dos Trabalhos. Os Senhores Deputados terão visto ao longo

destes últimos meses, uma quantidade enorme de iniciativas de todos os Partidos sobre esta matéria e de uma forma super-resumida posso informar-vos que amanhã se espera que o Plenário aprove os seguintes diplomas: Diploma que altera o NRAU, Regime de Arrendamento Urbano e o Código Civil, e também o Regime de Obras em prédios arrendados no sentido de reforçar a estabilidade habitacional e reforçar algumas situações que não estavam bem claras em matéria de Direitos dos Inquilinos, e também, e isto é uma inovação, mantém-se o Balcão Nacional de Arrendamento que foi criado por Lei de 2012, para os senhorios poderem resolver de forma expedita as situações em que os inquilinos não cumprem, mas é criar um serviço para os inquilinos poderem resolver de uma forma expedita as situações em que os senhorios não cumprem. -----

----- Julgo que isto é bastante equilibrado e que vai ser importante, mesmo em casos que vêm várias vezes aqui queixar-se, que pediram à Câmara fazer vistoria, mas que o Senhorio não faz as obras e a partir desta Lei, se o Senhor Presidente a promulgar, os inquilinos terão o direito de ter um tipo de executivo para conseguir executar as obras por conta do valor da renda e descontar nas rendas. -----

----- Vai ser aprovado também um Diploma que altera, isto é muito importante também, a fiscalidade no arrendamento urbano. Como sabem a fiscalidade no arrendamento urbano é bastante elevada, mais elevada até que no alojamento local, o que tem as consequências que nós sabemos da cidade de Lisboa. Vai ser aliviada em termos de carga fiscal para quem é senhorio a partir de 2 anos de contrato poderá pagar menos 2 pontos no IRS, a partir de 5 anos menos 5 pontos, a partir de dez anos nos 14 pontos, e a partir de 20 anos menos a 18 pontos. Isto é válido para contratos novos ou para renovações de contratos existentes e, portanto, isto também será aprovado em princípio amanhã. -----

----- Vai ser aprovada uma outra Lei que tem a ver com o assédio imobiliário no arrendamento, que também tivemos já várias vezes aqui queixas, e vai ser aprovada também, e será depois tratada em termos de serviço de injunções, do mesmo serviço que irá tratar de quando há incumprimentos dos senhorios, tratará também destes casos, com contraordenações se for caso disso. -----

----- E será finalmente aprovado um Programa que o Governo propôs já logo no início, da Secretaria de Estado da Habitação de arrendamento acessível a nível nacional, portanto, isto é o conjunto mais significativo do pacote, evidentemente não é competência desta Assembleia Municipal, mas, como várias vezes, aprovámos aqui Moções e eu fui portadora de missões desta Assembleia Municipal nestas matérias, naturalmente, depois poderão ver com mais detalhe o que vai ser aprovado, mas ficou concluído este trabalho e está previsto em janeiro a Assembleia da República comece a debater a Lei de Bases da Habitação, e há dois projetos apresentados, um pelo Partido Socialista e outro pelo Partido Comunista Português, esperemos que os outros Partidos também se cheguem à frente com sugestões nesta matéria. -----

----- Posta esta informação que eu fico satisfeita de poder dar, concluímos trabalhos que foram morosos, mas que se conseguiram concluir, chegar a bom termo. -----

----- Vamos então dar início aos nossos Trabalhos e vou pedir e à Senhora 2.^a Secretária, se não se importa de ler o voto que a Senhora Deputada Aline Beuvink

propõe, no sentido de exprimir o Voto de Pesar pelo João Branco, que era da dupla *Storytailors* e que morreu, de facto, prematuramente. -----

----- Vamos ouvir o Voto de Pesar.”-----

----- **Voto de Pesar nº 48/01 – (Subscrito pelo PPM e pelo CDS-PP) “Pelo Falecimento de João Branco”**-----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho,** no uso da palavra leu o Voto de Pesar: -----

----- “*Voto de Pesar de João Branco*”-----

----- *João Branco, designer e parte da dupla Storytailors, morreu na passada segunda-feira, dia 17 de dezembro, com apenas 40 anos.* -----

----- *João Branco nasceu a 13 de Junho de 1978 em Lisboa e fez a licenciatura em Design de Moda na Faculdade de Arquitetura da Universidade Técnica de Lisboa, entre 1996/2000. Foi nesta fase académica que conheceu Luís Sanchez, com quem formaria a dupla e parceria Storytailors.* -----

----- *Tornaram-se conhecidos no mundo da moda logo ao acabarem o curso, quando realizaram o seu primeiro desfile, na ModaLisboa de Abril de 2001, inseridos no grupo “Sangue Novo”, concurso que em todas as edições do evento mostra e lança jovens talentos.*-----

----- *Como se pode ler no site da Storytailors, “A partir das suas pesquisas e inspirações criam e contam histórias ao futuro de uma forma libertadora, assumindo-as em capítulos a cada coleção. A linguagem metafórica, implícita em cada peça de vestuário, é a sua forma de comunicar. O seu trabalho mistura História, contemporaneidade e Futuro em design intemporal. Cada peça Storytailors sobrevive à estação em que foi criada, e pode ser reproduzida em qualquer altura, por encomenda ou em edições especiais”*-----

----- *Para além das várias apresentações de colecções na Semana da Moda de Paris, assim como em Nova York (o mais recente projecto), juntos desenvolveram figurinos para teatro e dança, com destaque para produções dos Teatros Nacionais D. Maria II (com destaque para a peça Amadeus, com Diogo Infante, em 2011), em Lisboa, e S. João, no Porto; o Teatro Municipal S. Luiz e a Fundação Calouste Gulbenkian. Paralelamente, a dupla criou peças para bandas, artistas e outras personalidades conhecidas como os The Gift, Amália Hoje, Mísia, Yolanda Soares, Sílvia Alberto.*-----

----- *Com um trabalho notável e gratificante para o mundo da moda, João Branco deixa um vasto testemunho em cada peça criada, sendo um ponto de partida e inspiração para futuros jovens que queiram seguir o Design de Moda.*-----

----- *Permitiu que houvesse um maior conhecimento e divulgação a nível internacional do melhor e mais arrojado que se tem feito na Moda Portuguesa, tendo as suas criações feito parte de eventos internacionais de renome.*-----

----- *João Branco era um dos nomes incontornáveis da moda, com atelier em Lisboa, pelo que era um dos nossos, que amava a cidade.*-----

----- *Parafraseando o seu autor preferido,*-----

----- ***“Temos todos duas vidas:***-----

----- ***A verdadeira, que é a que sonhamos na infância,***-----

----- *E a que continuamos sonhando, adultos num substrato de névoa (...)*” -----

----- *Fernando Pessoa* -----

----- *Assim os Grupos Municipais do PPM-Partido Popular Monárquico e do CDS-PP propõem que a Assembleia Municipal de Lisboa, reunida em sessão plenária no dia 20 de Dezembro de 2018, manifeste o seu mais profundo pesar, guardando um minuto de silêncio e apresentando condolências à família e ao seu atelier.* -----

----- *Lisboa, 20 de Dezembro de 2018*” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou: --
----- “Senhores Deputados, como terão ouvido, o voto é subscrito pelo PPM e pelo CDS-PP. -----

----- A Mesa põe o voto à consideração e pergunta se alguém quer usar da palavra? Não vejo pedidos de palavra e vamos pôr este Voto de Pesar à votação.” -----

----- **Voto de Pesar nº 48/01 pelo falecimento de João Borges**. Não há votos contra, nem abstenções, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, MPT, PAN, PEV, 9 IND. O **Voto de Pesar nº 48/01** foi aprovado **por unanimidade**. -----

----- (Ausência do Grupo Municipal do PPM da Sala de Plenário) -----

----- Ausência de um Deputado Municipal Independente da Sala de Plenário nestas votações)-----

----- (Neste momento o Plenário fez um minuto de silêncio pelo falecimento de João Borges)-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou: --

----- “Muito obrigado Senhores Deputados.”-----

----- **PERÍODO DA ORDEM DO DIA** -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhores Deputados vamos então entrar no nosso ponto único da nossa Ordem de Trabalhos, é a apreciação conjunta de duas Propostas, a primeira que altera os documentos anexos à proposta 718, que tem a ver com Orçamentos e as Grandes Opções do Plano, e a outra é propriamente a Proposta de Orçamento e Grandes Opções do Plano.”-----

----- **PONTO 1 - APRECIACÃO CONJUNTA DAS PROPOSTAS ABAIXO INDICADAS, NOS TERMOS DAS MESMAS E AO ABRIGO DO DISPOSTO NAS ALÍNEAS A), B) E O), DO N.º 1, DO ARTIGO 25.º DO ANEXO I DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA SUA REDAÇÃO ATUAL, NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012, DE 21 DE FEVEREIRO, NA SUA REDAÇÃO ATUAL, NO ARTIGO 12.º DO DECRETO-LEI N.º 127/2012, DE 21 DE JUNHO, NA SUA REDAÇÃO ATUAL, E NOS N.ºS 1 E 2 DO ART.º 24.º DA LEI N.º 49/2012, DE 29 DE AGOSTO (GRELHA F, LIMITE MÁXIMO 5 HORAS):** -----

----- **PONTO 1.1 - PROPOSTA 718-A/CM/2018 – ALTERAÇÃO DOS DOCUMENTOS ANEXOS À PROPOSTA 718/CM/2018 RELATIVOS AO ORÇAMENTO PARA 2019 E ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO 2019-2022** -----

----- **PONTO 1.2 - PROPOSTA 718/CM/2018 - ORÇAMENTO PARA 2019 E GRANDES OPÇÕES DO PLANO 2019-2022**-----

----- **Parecer da 1ª Comissão Permanente**-----

----- **RECOMENDAÇÃO 048/01 (SUBSCRITA PELO CDS-PP) – PONTO 7 DA PROPOSTA 718/2018 – TABELA DE TAXAS;**-----

----- (A Proposta 718-A/CM/2018 fica anexada a esta ata como **Anexo I** e dela faz parte integrante)-----

----- (A Proposta 718/CM/2018 fica anexada a esta ata como **Anexo II** e dela faz parte integrante)-----

----- (O Parecer da 1ª. Comissão fica anexada a esta ata como **Anexo III** e dela faz parte integrante)-----

----- (A Recomendação 048/01 fica anexada a esta ata como **Anexo IV** e dela faz parte integrante)-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Também dar-vos conhecimentos que hoje mesmo a 1ª Comissão aprovou seu Parecer sobre esta matéria, portanto, já foi mandado destruir esse Parecer, não sei se já está no *site* ou não, mas vamos mandar distribuir, de qualquer maneira foi aprovado por unanimidade e, portanto, apenas referenciar esta situação.-----

----- Foi também dada a entrada de uma Recomendação, apresentada pelo CDS-PP, acerca do Ponto 7 da Proposta 718, que tem a ver com a Tabela de Taxas para 2019, portanto, sendo assim dou a palavra, isto é uma grelha longa, portanto, peço para gerirem o vosso tempo da melhor maneira possível, e foi dar a palavra à Câmara para fazer a apresentação das duas Propostas.”-----

----- **O Senhor Vereador João Paulo Saraiva**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção, acompanhada de PowerPoint:-----

----- “Boa tarde a todos, Senhor Presidente, Senhores Deputados.-----

----- Finalmente foi possível chegar aqui e apresentarmos o Orçamento para 2019. Em primeiro lugar e como sempre o tenho feito, um agradecimento especial aos Trabalhadores do Município que se envolveram neste processo, que é um processo longo e moroso, trabalhoso e que decorreu ao longo dos últimos 6 meses em que nos preparamos e planeamos o ano dezanove e seguintes.-----

----- Um agradecimento especial a todas as Direções Municipais a todos os Diretores Municipais e a todos os trabalhadores que se envolveram neste processo e ainda um agradecimento mais sublinhado à Direção Municipal de Finanças, que teve neste processo mais um enorme desafio, e um desafio que é com a qualidade que nos habituaram, nos traz aqui hoje.-----

----- Depois de um agradecimento especial também à Câmara Municipal que se disponibilizou aos Senhores Vereadores para discutirem estas alterações em tempo real, as últimas alterações em tempo record, apesar de elas serem muito simples e a esta Assembleia que também em tempo record desenvolveu os trabalhos necessários para que pudéssemos apresentar este Orçamento dentro daquilo que é o quadro temporal em que ele deve ser apresentado e que permite depois desenvolver todo o trabalho ao longo

do ano dezanove, com toda a normalidade e, portanto, um agradecimento a todos e a cada um em particular. -----

----- Este orçamento é um orçamento que tem um conjunto de características, de continuidade e um conjunto de, diria, inovações, nomeadamente, pelo reforço e pela determinação de algumas das suas linhas. -----

----- Em primeiro lugar é um Orçamento que faz crescer o investimento para as pessoas da Cidade em todas as áreas, mas com algumas em especial, que já vamos referir. -----

----- Em segundo lugar, é um Orçamento que consolida a primeira posição da política fiscal e tributária de praticamente a Área Metropolitana de Lisboa, a primeira posição da política mais favorável para os seus munícipes. -----

----- Em terceiro lugar, é um Orçamento que acresce na responsabilização que reforça a responsabilização dos cidadãos, todos aqueles que nos visitam e que resolveram a transformar a Cidade na sua residência, numa das suas residências, na sua participação, na forma como nos ajudam a financiar a nossa Cidade e aquilo que são os desafios de crescimento da Cidade, mas também aquilo que são os impactos negativos que essa mesma que essa mesma visita e que esse mesmo o reforço dessa atividade nos, nomeadamente, a atividade turística nos traz à nossa Cidade. -----

----- Em quarto lugar há uma diminuição acentuada da dívida e a preparação do Município para fazer face ao contencioso que ao longo de muitos anos foi sendo acumulado no Município de Lisboa, e tem a por fim um último grande processo que com este orçamento ficaremos preparados para enfrentar com toda a tranquilidade. ----

----- E por último, mas não em último lugar, porque é fundamental para a Cidade que assim aconteça, é fundamental para a Cidade que aqueles que desenvolvem o seu trabalho para a valorizar, para a manter todos os dias, possam ter a devida valorização, com eles também, e as devidas condições de trabalho, uma aposta continuada na valorização dos trabalhadores e do trabalho do Município.-----

----- Aqui este quadro mostra-nos a evolução do investimento para níveis máximos a relativamente a mais de uma década e meia da história do Município, estes níveis de investimento aproximam-se gradualmente daquilo que foi um pico, o maior pico de investimento de sempre do Município de Lisboa, aquando do combate ou da erradicação das barracas, foi nessa altura que se desenvolveram um conjunto de programas, nessa altura, com o conjunto de programas, suportados pelo Estado Central, hoje num esforço único do Município de Lisboa, níveis muito próximos de investimento de 507 milhões de euros, de investimento, o que faz com que tenhamos crescido relativamente ao ano passado 44 milhões. -----

----- Importa aqui sublinhar também que estes números só são possíveis e é aqui que houve alteração, a tal alteração que eu referi e que a Senhora Presidente referiu quando apresentou os nossos temas de hoje, que houve este reforço ou foi disponível pelo sucesso que foi a hasta dos terrenos de Entrecampos. Como todos sabemos foi um processo com algumas vicissitudes, nem todos estávamos interessados nesta operação, nem todos tínhamos a mesma noção da urgência, da importância e da importância quer para podermos antecipar e prepararmo-nos para os impactos negativos do Contencioso, quer para o aumento da nossa capacidade de investimento, nem todos tivemos,

nomeadamente, em habitação, que este acréscimo fica completamente destinado a essa linha de atuação, e nem todos tivemos como eu dizia esse sentimento de urgência, essa clareza de objetivos e ainda assim o mercado, até o Município soube responder a essas questões e essas dúvidas, e o mercado também soube responder àquilo que é um dos seus maiores cancros, do ponto de vista urbanístico, dando assim a oportunidade ao Município de resolver esse mesmo cancro e, ao mesmo tempo, poder a melhorar o seu Orçamento e as suas finanças de forma a podermos responder cabalmente aos desafios que estão colocados à Cidade neste momento.-----

----- Muito rapidamente, esses números já são conhecidos, há uma linha que é a linha neste investimento na habitação, a linha do PRA, do Programa de Renda Acessível que não tem expressão orçamental, mas eu não quis deixar de a colocar aqui, ela tem quer do lado da Câmara, quer do lado dos privados, uma evolução ao longo do tempo, recorde que no final deste processo, no processo PRA-Concessões, que também nem todos o encaram com a mesma determinação que nós, o Executivo, no final o Município de Lisboa ficará com mais alguns milhares de fogos, que poderá gerir e poderá gerir influenciando um próprio mercado habitacional de Lisboa e esse é um Programa que vai, em partilha com os privados, ter um investimento de, à data de hoje e corrigindo alguns daqueles dados, mas aqueles dados são completamente defensivos, porque entram com o valor patrimonial tributário, mas estamos a falar de uma operação que à data de hoje, com aquilo que são só os investimentos que já estão ou em curso ou em projeto ou em concurso ou previsto, os já vai ultrapassar até 2021 mil milhões de euros.-----

----- Depois a habitação Municipal que em 2019 cresce o investimento 122 milhões de euros, 122,4 milhões de euros, e até 2021 vai ter 367 milhões de euros, tudo isto só é possível, com facto, os resultados que Entrecampos nos permitiu gerar.-----

----- Uma outra aposta também não todos não consensual de toda esta Câmara, mas ainda assim determinada e encarada com grande determinação por parte deste Executivo, a aposta no transporte público de qualidade, num serviço público de transportes de qualidade e numa gestão pública desse mesmo serviço de transportes, a Carris vai ter um investimento de mais 29 milhões de euros, e a isso vai permitir que já foram já começaram as entregas dos autocarros, portanto, todos aqueles que nesta Assembleia, de alguma forma estavam intranquilos com o tempo que se estava a demorar, obviamente, não há um *stand* para comprar autocarros, mas ainda assim eles já começaram a chegar, estes novos 150 autocarros vão começar, estão a chegar e vão ser entregues durante o ano de 2019 e estamos a preparar um conjunto de outros concursos, para que possamos ainda melhorar esta oferta.-----

----- Vamos contratar mais motoristas, vamos alargar a oferta, como eu disse, e vamos também continuar o nosso projeto da rede ciclável, que prevê a mais 40 quilómetros de rede ciclável na Cidade no plano 2019 em construção, rede ciclável que vai ter um investimento de 12,3 milhões de euros.-----

----- Como sabem também o plano de drenagem teve um percalço concursal, mas será este o ano certamente, depois todas buriladas todas as questões que foram suscitadas, e que a aprendizagem feita com este processo único, ímpar e o maior concurso público

que vai ser realizado em 2019, não só no município de Lisboa, mas no País, ou pelo menos um dos maiores, 31 milhões de euros; na higiene urbana 25,6; nos espaços verdes 24,3 milhões de euros. -----

----- A continuidade também do investimento no Programa Escola Nova, 17 intervenções em 2018 que vão ter continuidade em 2019, intervenções a iniciar em 2019, nove novas intervenções, 28,8 milhões de euros. -----

----- Os manuais escolares ou aquilo que vier a complementar 5,5 milhões de euros e a construção de creches com 4,8 milhões de euros. -----

----- A nossa aposta é também, como todos sabem, na competitividade da Cidade, uma Cidade tem que ser competitiva, tem que gerar emprego que é um dos fatores mais determinantes naquilo que é qualidade de vida dos munícipes, e encarando uma Cidade moderna, competitiva e que diversifica os seus eixos de intervenção e de atuação na economia, merece-nos uma nova intervenção e um acréscimo de investimento no *Web Summit* e no *Hub Criativo do Beato*, projetos conexos e que vão trazer, e que vão continuar a colocar e engrandecer a colocação da Cidade de Lisboa no mapa do empreendedorismo europeu e mundial. -----

----- As opções também a para destacarem em termos de política fiscal, a pedido de muitas famílias, ou eu sei que gostam muito de ouvir esta minha parte da intervenção, nomeadamente, quando nós dizemos e reafirmamos que temos uma política de estabilidade fiscal, temos uma política que já dura há alguns anos que, aliás, foi acordada com o PSD, nomeadamente, e que a nos traz à Cidade essa tranquilidade de sermos a Cidade com a melhor posição na política fiscal e tributária da Área Metropolitana de Lisboa e que nos permite devolver a 67 milhões de euros, que ficam por cobrar, diria eu, relativamente àquilo que é a taxa máxima de IMI, havia essa possibilidade, o Município não a tem... -----

----- Eu sei que isso o inquieta, Senhor Deputado, eu sei que o inquieta! Sei até da sua importância em colocar isso nos mínimos, mas agora incomoda-o muito que agora nós tenhamos conseguido manter sem a vossa influência durante tantos anos, não é? É engraçado! E ainda assim o Senhor Deputado não conseguiu convencer os seus colegas de outros Municípios a fazer o mesmo! -----

----- O IRS, da devolução do Município temos uma taxa 2,5 e devolver os 32,4 por cento, e as tarifas de saneamento e resíduos urbanos são as mais baixas da Área Metropolitana de Lisboa, aquelas que tanto afligiam uma certa direita da Cidade. -----

----- Depois isto, de facto, em imagem fica muito mais bonito, lá estamos em primeiro lugar, como sempre, no IRS, no IMI e nas tarifas de resíduos urbanos e saneamento, depois se quiserem mostrar algum mapa de algum Município dos vossos, estamos completamente disponíveis. É incómodo, não é?" -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou:

----- “Senhores Deputados, peço desculpa, e também ao Senhor Vereador que não provocasse o diálogo com as Bancadas, porque vamos ter tempo ouvir todos.” -----

----- **O Senhor Vereador João Paulo Saraiva**, no uso da palavra, prosseguiu a sua intervenção: -----

----- “É difícil resistir, Senhora Presidente, é difícil resistir! -----

----- A taxa turística que muitos apelidaram de “taxas e taxinhas” e que seria a desgraça, a desgraça anunciada do turismo de Lisboa, o Turismo de Lisboa continua em forte crescimento e até nos vai permitir, ainda assim continuando a manter os níveis de competitividade, duplicar essa mesma taxa turística e repartir de forma muito mais incisiva aquilo que é a componente de crescimento e de melhoria do sistema relacionado com o Turismo em Lisboa e também aquilo que são os custos de reforço da estrutura da Cidade e os seus custos conexos, nomeadamente, com mobilidade transportes, higiene urbana e segurança. -----

----- Ainda assim e, ao contrário do que aconteceu em anos já longínquos, e que esperase que não voltem, a dívida a fornecedores do Município de Lisboa está em níveis muito baixos, os níveis são um dos mais baixos de sempre, e vamos mantê-los e também atingimos novamente um recorde, eu sei que não gostam dos meus recordes, mas aqui vai mais um, o passivo, o passivo vem pela primeira vez em muitos anos, recebemo-lo com quase 2 mil milhões de euros, e vai baixar abaixo neste final de ano abaixo dos mil milhões. -----

----- Também para as empresas a política de manutenção das nossas isenções da Derrama, acrescentámos, num acordo com outras forças políticas, a isenção da Derrama para atividades de restauração e pequeno comércio, que passou a ser o limite de isenção, 1,2 milhões de euros. -----

----- Com esta política, vamos devolver não os 4,5 milhões de euros que ali estão, mas um valor mais próximo dos 5 milhões de euros.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou:

----- “ Senhor Vereador, desculpe lá, não fica registada em Ata os apartes dos Senhores Deputados, portanto, terão ocasião, para que fique registado em Ata de dizer as vossas posições, e pedia ao Senhor Vereador, então também que participasse neste esforço de fazer a sua intervenção até ao fim, sem provocar as bancadas.” -----

----- **O Senhor Vereador João Paulo Saraiva**, no uso da palavra, prosseguiu a sua intervenção: -----

----- “Muito bem Senhora Presidente, eu vou continuar. -----

----- Redução da dívida em gestão de contingências, vamos amortizar a dívida corrente no valor de 67 milhões de euros, temos uma reserva de contingência, como eu referi, em 124 milhões de euros, que nos permitirá encarar com tranquilidade as contingências que o Município tem. -----

----- Por último o ponto que eu referi, o último ponto que eu referi de valorizar o trabalho e os Trabalhadores do Município, renovação do mapa de pessoal com a abertura de 29 novos concursos externos, cinco concursos internos, já terminámos a estamos em fase de, já recebemos todas as candidaturas, tivemos mais de 600 candidaturas para novos cantoneiros, estamos no seu processo seleção, outros concursos se seguirão, valorização dos trabalhadores, 37 procedimentos mobilidade intercarreiras, mobilidade no emprego, integração precários, processo que está em fase de análise de audiência de interessados e estará concluído no primeiro trimestre, descongelamento de carreiras, continuidade deste processo e isto significam cerca de 4,5 milhões de euros, edifícios e equipamentos, o COI, as EPI, portanto, os

equipamentos de proteção individual e os edifícios, que somam na sua totalidade mais de a 17 milhões de euros.-----

----- A situação do Município, não vou perder muito tempo com ela, ela é sobejamente conhecida, é tranquila, tem indicadores robustos, a autonomia financeira está em 67 por cento, 67,8 de solvabilidade financeira, 210,7 por cento, todos os outros indicadores invejáveis e, portanto, não vou continuar a massacrar os mais com aquilo que é uma evidência e é traduzida em números. -----

----- Empresas Municipais todas com resultados positivos, equilibradas, sem dívidas ou com dívida decrescente e pequena, completamente assimilável naquilo que é a estrutura financeira e orçamental da organização e, portanto, toda a tranquilidade, a transferir-vos, ou melhor, dar-vos essa tranquilidade que as Empresas estão a também elas todas equilibradas. -----

----- Os 5 Eixos da Cidade este já vos referiu, o Eixo A, melhorar a qualidade de vida, ele teve aqui um incremento com o Programa de habitação municipal e com renda acessível. Os outros já os referi. No Eixo B, o Programa Escola Nova já referi, Escola Inclusiva, um projeto que vai ter este ano o seu arranque com 1 milhão de euros de combate ao abandono escolar, a ação social escolar com 11,2 milhões, os manuais escolares com 5, 5 já referidos e os 4,8 para creches. -----

----- No Eixo C o *Hub Criativo* do Beato já referi, a promoção de mercados e comércio tradicional com 2,2 milhões de euros, os investimentos do Fundo de Desenvolvimento Turístico 15,5 milhões de euros, e a *Web Summit* tem os 3 milhões de euros já referidos. -----

----- No Eixo D, afirmar Lisboa como Cidade Global, promoção e eventos culturais, 16,7 milhões de euros, para a requalificação de eventos culturais 11,2, na nova Feira Popular 5,7, o Programa Municipal de Acolhimento de Refugiados 1,4. -----

----- O Eixo E, governação aberta, já referi a reserva de contingência, a reforma administrativa com a transferência para as Juntas de Freguesia daquilo que são as verbas estipuladas na reforma administrativa de 65,2 milhões de euros, o Orçamento Participativo com execução este ano de 3,3, e a requalificação instalações já foram referidas em 14 milhões, isto dá uma repartição do ponto de vista desta abordagem gráfica, como ali está referida, o Eixo A com a importância capital, como tem sido a comum nos últimos anos e, por fim, os números propriamente ditos, em que as Receitas Correntes crescem 86,4 milhões de euros, crescem devido ao IMT e à Taxa Municipal Turística, as receitas de capital, o essencial deste crescimento está correlacionado com a venda dos terrenos de Entrecampos.-----

----- Esta é uma estimativa prudente da Receita, não, como foi dito, nenhuma suborçamentação! Nós estamos obrigados a cumprir estritamente aquilo que a Lei nos determina sobre médias dos últimos 24 meses relativamente à Receita. -----

----- Quanto à despesa corrente, ela está muito contida, aqui este crescimento é um crescimento que decorre também daquela forma como classificámos toda a possível contingência a que o Município poderá vir a estar sujeito, em face dos processos judiciais que tem em curso e, portanto, essa mesma classificação fez uma distribuição

de 130 milhões de euros na despesa corrente e 277 em capital, portanto, é isso que está aí introduzido.-----

----- O crescimento do Orçamento é de 811 milhões de euros para 1.142 milhões de euros, um crescimento de 331 milhões de euros, que como é evidente está muito inflacionado em face daquilo que é a hasta de Entrecampos e respetivas contingências do lado da despesa.-----

----- Relativamente a se juntarmos aqui a despesa não definida, que está muito indexada a valores muito reais em face daquilo que é o saldo que prevemos que transite, ela vai poder ascender no total a 1.272 milhões de euros. -----

----- Se consolidar os Orçamentos do Município com as Empresas Municipais este valor, e deduzidos aqui a relação entre as empresas, entre elas, e entre cada uma delas e o Município, o total consolidado para 2019 vai ascender a 1.483 milhões de euros, um crescimento relativamente ao anterior ao ano anterior em 15,7 milhões de euros. -----

----- Para terminar esta minha intervenção e antes de poder responder-vos a todas as vossas questões, que entenderem colocar, gostava de vos deixar aquilo que é um dos indicadores para que mais trabalhamos na cidade de Lisboa e que é muitíssimo importante, como todos aqui certamente, valorizaremos para a qualidade de vida dos lisboetas, que são os valores relacionados com aqueles que se encontram inscritos no Centro de Emprego em Lisboa, e que tem vindo a cair sistematicamente, atingindo hoje níveis muito próximos daquilo que eram os níveis de 2008, é algo que nos dá a energia, nos dá a motivação para continuarmos a trabalhar com as pessoas e para as pessoas, para podermos atingir os resultados nesta questão, que a todos nos orgulha. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- (O PowerPoint da intervenção do Senhor Vereador João Paulo Saraiva fica anexado a esta transcrição como **Anexo IV** e dela faz parte integrante)-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “ Muito obrigada Senhor Vereador.-----

----- Senhores Deputados, antes de passar aos Senhores Deputados inscritos pergunto, o Senhor Deputado Hugo Lobo é que é o Relator destas Propostas, pergunto se o Senhor Deputado quer apresentar o Parecer ou não quer? Não quer, então passaremos às intervenções. -----

----- Iria sugerir o seguinte, o Regimento não é claro em relação a esta grelha F, se isto é por rondas ou se é tudo seguido, diz apenas “que a Mesa deverá intercalar, se possível, as intervenções dos vários Grupos Municipais”. -----

----- Temos um pedido do Bloco de Esquerda para que as suas intervenções sejam todas seguidas, se não virem inconveniente nós vamos intercalando, exceto no caso do Bloco de Esquerda, que diz expressamente para fazer tudo de seguida. -----

----- Desculpe Senhor Deputado? O PCP também quer fazer tudo seguido? Eu estou a dizer isto porque o Regimento não é claro, há uns a pedir e outros não pediram, eu tenho que perguntar como é que preferem e, portanto, deixo à vossa consideração, a regra que é regra geral do Regimento é que cada e Grupo Municipal gere o seu tempo como entender -----

---- Nesta grelha, não é obrigatória a Mesa alternar, portanto, nós vamos gerindo à medida que temos as inscrições, só peço que algum Grupo Municipal que tenha várias inscrições, que as quer fazer todas de seguida, que nos sinalize, o Bloco de Esquerda sinalizou e o PCP também, se mais alguém o fizer que nos sinalize, porque assim procederemos de acordo com o que está combinado.-----

---- O Senhor Deputado tem a palavra para uma Interpelação à Mesa.”-----

---- **O Senhor Deputado Municipal Ricardo Moreira (BE)**, no uso da palavra fez a seguinte Interpelação à Mesa:-----

---- “Senhora Presidente, eu agradeço muito mas só para esclarecer o porquê de não intercalarmos as nossas intervenções.”-----

---- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou:

---- Mas não vale a pena Senhor Deputado.”-----

---- **O Senhor Deputado Municipal Ricardo Moreira (BE)**, no uso da palavra fez a seguinte Interpelação à Mesa:-----

---- “Senhora Presidente, mas creio que é importante porque nós consideramos que tem razão e que a ideia de intercalar as intervenções seria muito mais interessante, no entanto, não temos visto em Debates anteriores a Câmara e respondendo aos Deputados Municipais para que possa haver um diálogo, e assim sendo, são os Deputados Municipais a responder aos Deputados Municipais, o que é, digamos, menos interessante, muito mais num Debate de Orçamento e, por isso, preferimos fazê-lo corrido. Muito obrigado.”-----

---- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou:

---- “Muito bem Senhor Deputado está esclarecido e agora fica ao vosso critério, como entenderem será feito pela Mesa.-----

---- A Mesa vai começar por quem se inscreveu primeiro e assim seguiremos.-----

---- Sendo certo que, agora pedia ao Senhor Vereador atenção, Senhor Vereador, só um bocadinho que o Senhor Vereador tem que ouvir isto, pedia ao Senhor Vereador, se porventura a Câmara quiser responder no momento a alguém também o pode fazer, porque a Câmara também tem a liberdade de intervir quando entender e, portanto, estejam atentos para no caso de se entender que devem intervir têm tempo para o efeito.

---- Vamos então dar início à primeira intervenção. A Senhora Segunda Secretária vai dar a palavra para a primeira intervenção.”-----

---- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra anunciou o seguinte:-----

---- “Tem a palavra o Senhor Deputado Modesto Navarro, do PCP.”-----

---- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou:

---- “E como já foi explicitado os Senhores Deputados do PCP falarão todos de seguida.”-----

---- **O Senhor Deputado Municipal Modesto Navarro (PCP)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

---- “Muito obrigado Senhora Presidente, uma primeira nota para salientar a ausência do Senhor Presidente da Câmara e de outros Vereadores com grandes

responsabilidades, com grandes responsabilidades, o que significa, de facto, a displicência com que tratam a Assembleia Municipal e também nesta Cidade. -----

----- As Grandes Opções do Plano 2019/2022 e a Proposta de Orçamento para 2019 evidenciam que Lisboa beneficia de um orçamento milionário, com parcelas importantes de receitas assentes na dinâmica do tecido económico, mas cujos impactos não estão a ser canalizados para melhorar a vida de quem vive, ou poderia viver na Cidade, bem como dos que aqui trabalham. -----

----- Evidenciam também que muitas das Propostas que a gestão da Câmara Municipal de Lisboa prometeu há um ano e que poderiam ter impactos positivos na vida da Cidade não chegaram a ser implementadas. No que se refere à habitação a propaganda em torno das rendas acessíveis, contrasta com o baixo e lento nível de execução dos projetos previstos, o programa municipal de arrendamento a custos acessíveis, parca, proposto pelo PCP e aprovada pela Câmara Municipal de Lisboa em Abril de 2018 parece marcar passo desde então, não lhe atribuindo o Orçamento PS/Bloco de Esquerda, para 2019, as correspondentes dotações. -----

----- Também na cultura, não se adivinha as respetivas dotações orçamentais no que respeita à realização do encontro literário de Lisboa, conforme proposto pelos Vereadores do PCP e aprovado na Câmara. -----

----- Por outro lado, é dada a crescente centralidade e maior financiamento municipal a iniciativas que vão na lógica de inserir Lisboa na competitividade entre cidades à escala global obliterando as consequências na vida dos seus habitantes e sacrificando os fundos públicos para a promoção de eventos internacionais, 3 milhões por ano para a *Web Summit* por 10 anos, este tem sido o caminho assumido pela atual maioria esquecendo-se de quem vive ou trabalha em Lisboa, sem dar prioridade à coesão social e ao território da Cidade acentuando com estas políticas, numa já longa recessão demográfica. -----

----- A Câmara Municipal de Lisboa volta a prescindir de 32,4 milhões de euros que vai gastar em devoluções de IRS, é uma medida regressiva, são as camadas e classes de maiores rendimentos que mais vão beneficiar, que mais vão receber devolução, grande parte da população da Cidade não beneficiará desta medida, esses recursos poderiam ser utilizados a favor de políticas e medidas de sentido inverso, corretoras das desigualdades e injustiças sociais, estamos a falar de quantias que representam praticamente o dobro investimento que a Gebalis irá fazer em conservação e manutenção nos 66 Bairros Municipais da Cidade. A Gebalis continua com um número insuficiente de trabalhadores face às necessidades, nomeadamente, para resolver as solicitações e os processos das casas, que continuam vazias, a diminuição de 12 para 11 Gabinete do Bairro evidencia o enfraquecimento da estratégia de proximidade e não são tomadas as medidas para resolver problemas de degradação nos bairros. -----

----- O princípio geral, transferências de competências da Câmara Municipal tem progressivamente esvaziado as suas competências, transferindo-as para Empresas Municipais cuja atividade escapa em grande parte ao escrutínio dos eleitos. -----

----- Votaremos contra as GOPI, o Orçamento da Câmara Municipal por considerar que não correspondem aos desafios da Cidade de Lisboa e às suas necessidades, mas sim

para o agravamento das desigualdades de uma Cidade que defendemos que deve ser de todos e para todos. Muito obrigado pela vossa atenção.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra anunciou o seguinte: -----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado Fernando Correia, do PCP.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Fernando Correia (PCP-Independente)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Boa tarde Senhora Presidente, Senhoras Secretárias, Senhores Deputados, Público, Senhor Vereador, Senhores Técnicos.-----

----- Ao contrário da sessão de marketing político e vendas a que assistimos há pouco pela apresentação do Senhor Vereador João Paulo Saraiva, esta Cidade funciona a ritmos diferentes, de facto, nalgumas coisas funciona lembrando a canção de Jacques Brel, “como a mil tempos”, tudo é rápido, tudo é eficaz, tudo se desenvolve em tempo recorde. São os negócios, são os terrenos para os hospitais privados, aqueles que tiram o Rio e quase esmagam a Ponte, mas que depois de prontos, para ficarem bonitinhos, não é? São os quartéis de bombeiros que deram lugar a hospitais, como a, digamos, a ampliação do Hospital da Luz, são a expansão das zonas tarifárias da EMEL, que se propagam por toda a Cidade com uma verdadeira praga, como uma cura milagrosa para os problemas de estacionamento da Cidade. -----

----- Tudo isto funciona de uma forma, de facto, é fantástica, eficaz, bem oleada! -----

----- Por outro lado, há coisas que ainda na área da Cultura, área pouco bafejada por este Executivo, que funcionam “*La Dona est immobile*”, não é *mobili*, é *immobile*, ou seja, as coisas não arrancam não descolam, não se resolvem. -----

----- Estou-me a lembrar da Carris, por exemplo, que depois de tanta vez que os autocarros já foram apresentados para o município mais distraído, os autocarros já andam a circular em Lisboa há pelo menos um ano, se não mais. Os autocarros já foram apresentados em todas as perspetivas e mais algumas, portanto, vinham, é a última notícia, “vinham no segundo semestre de 2018”, se calhar, queriam dizer na segunda quinzena de dezembro de 2018, que foi agora que eles vieram, e apenas 15. -----

----- Há acerca de um mês um porta-voz da Carris dizia a uma cadeia de televisão, numa reportagem em que os utentes se queixavam daquilo que nós aqui constantemente nos temos queixado, que é a falta de fidelidade nos tempos de espera nas paragens, a falta de informação, a falta de frequência dos autocarros, a sobrecarga nas horas de ponta, o que leva a que as pessoas ou vão a pé ou obtém pelo Metro, com as dificuldades que o Metro também tem, alguém da Carris, um porta-voz da Carris dizia “Até ao fim do ano”, isto há pouco mais de um mês, “estarão na Cidade de 100 autocarros, portanto, tudo isto facto, funciona a de uma forma a estranha, não é. Os autocarros”, portanto, tudo isto de facto funciona de uma forma estranha, não é? -----

----- Os autocarros agora começam a chegar, hão de ir chegando, mas a verdade é que o problema da mobilidade está longe de estar resolvido, por exemplo, em relação à Carris, ainda queria dizer mais qualquer coisa, só para o ano, pelos vistos, é que se vão cumprir promessas que tinham sido feitas para o Plano de Atividades 2018, como há pouco referi. -----

----- O Plano de Atividades é idêntico a 2019, é muito semelhante a 2018, de onde se pode concluir que a Carris não executou o Plano de 2018, nomeadamente, no que se refere à contratação também dos motoristas, lá vem o argumento de que não se contrataram motoristas porque não havia autocarros e, portanto, os motoristas ainda não entraram. A aquisição de autocarros, em relação aos motoristas, a aquisição de autocarros prevendo-se, no entanto, o recurso ao endividamento com previsíveis resultados negativos em 2021, o nível de endividamento será 30 por cento dos gastos previstos em 2019, não estava ali nos planos a médio prazo da Câmara, contrariamente ao que foi prometido os serviços da Carris não estão melhores e os utentes comprovam-no todos os dias. -----

----- Outra questão que ainda gostaríamos de referir, e que é uma questão da maior preocupação, porque envolve crianças, envolve os alunos das 88 escolas, das 90 escolas básicas deste Concelho, as 88 escolas, que, ao contrário do que acontece na maioria dos Municípios da Área Metropolitana de Lisboa, por autismo, com o devido respeito por quem sofre desta doença, por autismo da Câmara de Lisboa durante 10 anos, ignorou-se que era necessário fazer planos, medidas de segurança e planos de evacuação de emergência e, portanto, estamos na estaca zero, soubemos disto através da Escola do Leão de Arroios, porque os pais mobilizaram-se, fizeram um abaixo-assinado, foi discutido nesta Assembleia há quase há um ano, em janeiro deste ano, depois disso em fevereiro entrou aqui uma Petição de três grupos de alunos, de escolas do Concelho, alertando sobre o tema operacionalização e atualização dos planos de emergência das escolas do concelho de Lisboa, isto em 26 de fevereiro de 2018, que nós discutimos aqui em junho com uma Recomendação à Câmara, mas que é um assunto deveras sabido por demais sabido, por mais batido e que até hoje ainda não tem resultados práticos, vem agora a promessa recente de que o Senhor Vereador Manuel Grilo, do Bloco de Esquerda, responsável pelo pelouro de que, no princípio deste ano que vai entrar, 24 das 90 escolas e jardins-de-infância, vão ter e medidas de autoproteção, portanto, vamos ver que quando é que é o princípio do ano, será janeiro, ou quando é que será o princípio do ano porque, de facto, este é um assunto que nenhum de nós quer ter o ónus de hoje amanhã, por azar dos azares houver um problema numa escola, esperamos que isso nunca aconteça, não quer ter o peso sobre os ombros de nada ter feito, de nada ter divulgado, de nada ter denunciado para que esta situação se tivesse já resolvido, um Plano e as medidas de proteção e os planos de evacuação é uma coisa que se faz em dias, em dias, em dias qualquer pessoa experiente a elaborar estes planos, pega nas plantas de uma escola, parindo do princípio que lá estão os extintores, que lá estão a sinalização das saídas de emergência, que lá está aquilo que deve estar, imaginemos que isso está e com os meios tecnológicos que existem hoje, nomeadamente informáticos, quem tiver capacidade técnica de o fazer consegue fazê-lo, isto não é nada para quem está experiente neste trabalho, não é nenhuma obra que demora anos, que seja impeditiva que tenha um custo exagerado, que não seja possível até adjudicar de forma direta e não estar dependente de um concurso que não se faça, enfim, por adjudicação direta ou por consulta limitada. -----

----- Quando quiseram eu digo-lhe onde é que podem ir ver, onde é que se fazem essas coisas com toda a agilidade.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou:

----- “ Senhores Deputados, no mesmo sentido que eu pedi ao Senhor Vereador, eu peço agora também ao Senhor Deputado para não entrar em diálogo com as bancadas, e vamos prosseguir.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Fernando Correia (PCP-Independente)**, no uso da palavra prosseguiu a sua intervenção:-----

----- “Portanto, esta é uma questão, de facto, que é inadmissível que não se resolva e que estaremos seguramente aqui, logo no princípio do ano, a contabilizar quantos Planos estão resolvidos e quando é que o problema está resolvido, porque atenção, Senhores Deputados, esta questão não se resolve com um documento no papel, este documento vai ter que ser passado para os professores, para os auxiliares, para os alunos, vai ter que ser exercitado por eles próprios e, portanto, seguramente já não será neste ano escolar que para a eficácia nas escolas, provavelmente já será só no próximo, porque quando ele vierem há de acabar o ano escolar e não vai ser seguramente nas férias escolares que os meninos vão exercitar os planos de evacuação e os planos de emergência.”-----

----- Ainda sobre a questão da Educação ficava mais um alerta para o futuro próximo, todos sabemos que estas mesmas escolas, além de uma notória falta de obras em muitas delas que, às vezes nos leva a pensar a se os vossos filhos, em geral, sem dirigir a ninguém em particular, que estão nas escolas públicas de Lisboa, a maior parte destas escolas têm falta de obras de manutenção, precisam de ser remodeladas, precisam de grandes investimentos, a verba que ouvi ali para obras no parque escolar e mais ou menos idêntica à do *Hub* do Beato, a diferença são 3 milhões, se não me engano e, portanto, pelos vistos, o *Hub* do Beato está o nível, à mesma importância para a Câmara da reabilitação e a remodelação do parque escolar, mas atenção Senhores, para o ano, por vossa vontade expressa, não quiseram adiar, vão aceitar responsabilidades acrescidas em relação a todo o pessoal de apoio às escolas, a todo o pessoal auxiliar, a todas as escolas de todos os níveis que, neste momento, são do Ministério da Educação e que vão passar para a tutela da Câmara, é uma grande responsabilidade, sabemos que além da falta de obras e esta falta de obras são milhões, milhões que não estão contemplados neste Orçamento nem nos próximos anos, pelo menos gostaria de ver esta questão esclarecida, mas com o Ministério da Educação e o Governo não vão transferir para as Câmaras o que está previsto por ano, são 20 mil euros por escola, que perdoem-me a expressão, não dá para cantar e ninguém, não é? É uma verba irrisória, mas além da necessidade das obras nas escolas, há outra questão não menos importante, é que há vai ser necessário, porque a responsabilidade será da Autarquia, não vão mandar para o Ministério da Educação, vai ter que ser a Câmara a responder aos municípios, terão de seguramente estar atentos a isso, há uma carência enorme de pessoal auxiliar nas escolas, gritante, e isso vai ter que ser resolvida. Agora se isso vai demorar, tanto tempo como todos os outros concursos daqui a quantos anos é que esse pessoal vai estar disponível para entrar para o efetivo da Câmara?-----

----- Sobre esta questão ainda do pessoal e vamos abster nessa questão, pela primeira vez há um saldo positivo na contratação de pessoal, depois de anos e que isso não aconteceu, tudo leva a crer e, portanto, é uma questão que relevamos, que os precários serão integrados, o caminho está feito, correspondem aos resultados da CAP, serão integrados nos quadros do Município, de qualquer maneira consideramos que a nível dos assistentes operacionais há uma grande carência, é cada vez mais difícil contratar, é um facto, assistentes operacionais porque eles ganham miseravelmente, estamos a falar de gente ganha na base da carreira o salário mínimo e, portanto, é cada vez mais difícil contratar gentes ou profissionais, mas além daqueles que eu referi há pouco para o pessoal auxiliar das escolas era importante que houvesse mais contratação, não sei se está contemplado na despesa que vimos há pouco na área da higiene urbana, era importante também que houvesse um reforço da contratação de pessoal nesta área, nesta área da limpeza e higiene urbana, a Cidade bem precisa. -----

----- O que vimos na última Assembleia Municipal foi mais uma externalização de serviços, neste caso de limpeza e lavagem de contentores, coisa que podia ser seguramente feita pela Câmara não percebemos estas constantes externalizações de serviços, que podiam perfeitamente ser resolvidos pela Câmara, portanto, é uma questão que gostávamos de saber nesta contratação se está previsto os tais assistentes operacionais e também para as escolas, e também para o reforço da limpeza urbana entre outras áreas que seguramente, haverá carência a nível municipal, depois de tantos anos de congelação de admissões de pessoal. Tenho dito”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou:

----- “Muito obrigado Senhor Deputado.” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra anunciou o seguinte: -----

----- “Tem a palavra a Senhora Deputada Cláudia Madeira, do PEV.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou:

----- “Senhor Vereador se quiser usar da palavra tem que pedir aqui para a Câmara pedir á Mesa para dar o tempo, terá que ser o senhor Vereador João Paulo Saraiva a fazer isso.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Cláudia Madeira (PEV)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Obrigada Senhora Presidente, Senhores Vereadores e Senhores Deputados. -----

----- Relativamente à proposta de Orçamento da Câmara Municipal de Lisboa para 2019 e aos restantes documentos que a compõem, Os Verdes salientam os seguintes aspetos. -----

----- É inegável que a situação financeira do município é favorável, tal como foi apresentado pelo Senhor Vereador, beneficiando Lisboa de receitas que provêm da dinâmica que se tem vindo a verificar e da hasta pública dos terrenos da antiga Feira Popular. -----

----- Face a um Orçamento destas dimensões, com um valor que ultrapassa os mil milhões de euros, seria de esperar uma concretização acrescida de medidas no sentido de resolver um conjunto de problemas sérios que continuam a afetar a cidade e quem cá

vive e trabalha. Algo que também já era expectável durante o ano de 2018 e não veio a acontecer. -----

----- Várias medidas, sobre as quais o executivo fez uma grande propaganda, referindo que seriam muito importantes para a cidade, não chegaram sequer a ser implementadas, e chegamos à conclusão que não terá sido por falta de dinheiro. A questão da habitação é um exemplo bem evidente da reduzida e lenta execução dos projetos previstos. -----

----- Nesta altura, já deviam estar a ser reabilitadas casas municipais para constituir uma bolsa de arrendamento a custos acessíveis, porque é agora que é preciso concretizar o direito à habitação e as pessoas não podem esperar mais. -----

----- Ou seja, foi bem maior a publicidade do que a concretização e não é a publicidade que resolve os problemas das pessoas. -----

----- Também em relação à Carris, muito do que foi anunciado para 2018 não foi feito e, de anúncio em anúncio, transitou para 2019. -----

----- E, Sr. Vereador, é precisamente nesta diferença, entre a verba que a Câmara tem disponível para fazer mais pela cidade e determinadas opções inscritas neste Orçamento, que reside a maior divergência de “Os Verdes” com as propostas apresentadas, pois estamos perante um orçamento sustentado em vários princípios com os quais não concordamos. -----

----- Em primeiro lugar, os documentos apresentados dificultam a avaliação das taxas de execução, não se sabendo em concreto o que foi realmente feito e o que ficou por fazer. E é importante que a Câmara preste contas do que não foi feito e por que motivo. -----

----- Sobre o Eixo A - Melhorar a Qualidade de Vida e o Ambiente - constatamos que algumas propostas apresentadas pelo Grupo Municipal do Partido Ecologista Os Verdes ao longo dos anos, em matéria ambiental, estão, de certa forma, contempladas neste Orçamento, nomeadamente no que diz respeito, por exemplo, à descarbonização, à adaptação e mitigação das alterações climáticas, e à proteção e bem-estar animal. Mas, acima de tudo, é fundamental que estas medidas saiam efetivamente do papel e sejam concretizadas. -----

----- Contudo, há ainda um longo caminho a percorrer, mas que o executivo insiste em não fazê-lo, nomeadamente a nível dos espaços verdes, do Parque Florestal de Monsanto, da reversão da contratação de empresas privadas para a gestão dos espaços verdes e de outros serviços, e da reativação da Escola de Jardinagem e Calceteiros, entre outros. -----

----- Por exemplo, nas Grandes Opções do Plano a CML refere que quer requalificar espaços verdes, mas não faz qualquer referência a jardineiros nem à Escola de Jardinagem, e já sabemos o que isso quer dizer: recurso a empresas privadas. -----

----- Depois, há temas que são omissos, como o problema do amianto e dos solos contaminados. É preocupante que nos documentos distribuídos não haja referências a estas situações, ao acompanhamento que a autarquia deve fazer e à sua resolução. -----

----- Agradecemos que o executivo nos pudesse elucidar sobre, afinal, o que está previsto fazer. -----

----- Sobre o Parque Florestal de Monsanto, parece-nos insuficiente o que é apresentado, tendo em conta que muitas das medidas que já deviam ter sido

implementadas ainda não saíram do plano das intenções, como o Ecobus, as medidas de acalmia de tráfego, a melhoria da sinalética e o reforço de meios humanos que garantam a periódica vigilância e segurança do parque e dos seus utilizadores.-----

----- Voltamos a confrontar-nos com a reabilitação do Panorâmico de Monsanto. Afinal, quando vai ser reabilitado e para que fins?-----

----- Na parte da mobilidade, o executivo compromete-se a assegurar, junto do Governo, a concretização do plano de expansão do Metropolitano de Lisboa, que prevê a linha circular, que é um grande erro e sobre o qual grande parte das opiniões tem sido contrária, o que também ficou manifestado no debate promovido nesta Assembleia, em que trabalhadores, técnicos, a maioria das forças políticas e a população se manifestaram contra esta linha circular. -----

----- Passando ao Eixo B - Combater exclusões, defender direitos - o *slogan* “Que ninguém fique para trás” é bonito, mas como explica o executivo que quase uma dezena de projetos de apoio a pessoas sem-abrigo estejam atrasados, numa altura em que o Programa Municipal para a Pessoa Sem-Abrigo 2016-2018 deveria estar plenamente em vigor? -----

----- Em notícias recentes ficámos a saber que pelo menos três projetos poderão estar em risco, por terem perdido o financiamento municipal. -----

----- E onde anda, por exemplo, o Plano de Saúde para a População em Situação de Sem-Abrigo? Nesta altura, deveriam ter aberto três núcleos de apoio local, um espaço de formação profissional, entre outros espaços. Disto, o que foi afinal feito? -----

----- Na área da educação fica patente a descentralização administrativa nos 2º e 3º ciclo do ensino básico e no ensino secundário, ou seja, a municipalização do ensino, e Os Verdes entendem que estas são e devem continuar a ser competências da Administração Central. -----

----- Na saúde, os documentos referem o acompanhamento da construção do novo Hospital de Lisboa Oriental, assegurando junto do Governo toda a informação necessária para a avaliação do seu previsível impacto na rede hospitalar existente. O que é de lamentar é que o executivo esteja alinhado com o encerramento e desmantelamento das unidades hospitalares do Centro Hospitalar Lisboa Central, situação com a qual Os Verdes discordam totalmente. -----

----- No Eixo C - Dar força à economia - é bem evidente a opção da autarquia de renunciar a vários milhões para serem canalizados para a *Web Summit* – são 3 milhões de euros por ano, durante 10 anos - além das obras de ampliação da FIL, um espaço que nem sequer é municipal.-----

----- No Eixo D - Afirmar Lisboa como cidade global - refere-se a criação de um novo espaço para o Arquivo Municipal, que albergará o seu núcleo histórico, bem como outros núcleos dispersos na cidade. Mas onde será este espaço e quando se vai concretizar esta medida? -----

----- O Eixo E - Governação aberta, participada e descentralizada - deixa bem claro o aprofundamento da Reforma Administrativa. Aliás, todo o Orçamento espelha esta opção. Quando a Câmara deveria recuperar a sua capacidade de intervenção e corrigir vários erros, não o faz, quando são opções que estão na origem de muitos problemas

que têm consequências negativas a nível dos municípios, dos trabalhadores e dos próprios serviços.-----

----- Mantém-se o objetivo de esvaziar a CML através da transferência de trabalhadores para as Juntas de Freguesia, com externalizações e concessões, o que afeta a capacidade operacional do Município, sendo uma escolha política com a qual Os Verdes não concordam e que temos recorrentemente contestado.-----

----- Desta forma, este Orçamento é uma continuidade dos anteriores no sentido do esvaziamento de competências e dos serviços da Câmara. Além desta situação representar uma desresponsabilização do papel da Câmara, dificulta a fiscalização da atividade por parte de todos nós, enquanto eleitos.-----

----- Por exemplo, já deixámos bem clara a nossa posição contra a SRU passar a receber a quase totalidade das obras públicas que a CML promove, passando os eleitos na CML e na AML a não conseguir escrutinar devidamente estes investimentos. -----

----- Depois, temos ainda outros aspetos, sobre os quais já nos pronunciámos e que não podem colher a concordância de “Os Verdes”, como parte do IRS ser devolvida aos municípios (falamos de 32,4 milhões de euros), quando se trata de favorecer apenas quem tem rendimentos mais altos, e não todos. São as classes e camadas de maiores rendimentos que mais vão receber essa devolução, grande parte da população da cidade não beneficiará desta medida. E enquanto se mantiver esta medida injusta, não poderão contar com o nosso apoio. -----

----- Ou a Taxa Turística, agora duplicada, que não tem servido para resolver os problemas da cidade nem para melhorar a vida de quem cá vive, trabalha ou estuda, mas sim para financiar fins privados. Nas condições de utilização destas verbas e o seu encaminhamento para o Fundo de Desenvolvimento Turístico a Câmara nem tocou. ---

----- Dizer ainda que a participação dos cidadãos não se pode resumir ao Orçamento Participativo, uma ínfima fatia do orçamento municipal. Era importante que fossem chamados a pronunciar-se de forma mais alargada nas decisões que lhes dizem respeito e que afetam o seu dia-a-dia, através de verdadeiros processos de auscultação e participação, proposta de “Os Verdes” que foi aprovada e que esperamos que no próximo orçamento possa ser já uma realidade. -----

----- Passando ao Mapa de Pessoal, prevê-se um aumento de 1,6% face a 2018, havendo mais 156 postos de trabalho, o que é positivo, perfazendo um total de 7641 postos de trabalho ocupados, dos 10147 previstos, mantendo-se ainda mais de 2100 postos de trabalho cativos e 385 vagos. -----

----- Diz a CML que pretende renovar o Mapa de Pessoal, no entanto, há um acréscimo de apenas 1,3% na verba prevista para despesas com pessoal. É com este valor que se farão não só ajustes salariais mas também se aumentará o número de trabalhadores para colmatar necessidades? -----

----- Recorde-se que determinadas áreas têm apresentado carências de trabalhadores como coveiros, cantoneiros, jardineiros, bombeiros, assistentes operacionais para escolas e calceteiros, apenas para dar alguns exemplos, sendo também importante ter em atenção a idade média dos trabalhadores que é, em muitos casos, elevada.-----

----- Facilmente se percebe que o número de trabalhadores que, eventualmente, possam entrar, fica muito aquém das necessidades manifestadas ao longo dos anos e que se têm vindo a agravar.-----

----- Afinal os trabalhadores são ou não são o principal recurso do Município de Lisboa, e o seu maior ativo?-----

----- Sobre a proposta de alteração que nos é apresentada, decorrente da hasta pública dos terrenos de Entrecampos, com a qual o Município arrecadou mais 85,5 milhões de euros do que previa com a venda dos terrenos à Fidelidade para ali construir habitação, quando esta seguradora tem andado a vender o seu património e a provocar uma onda de despejos por todo o País, há duas questões que não podemos deixar passar em branco.-----

----- Esta hasta pública ocorreu sem que tivéssemos tido conhecimento da nova pronúncia por parte do Ministério Público, tendo em conta que até houve uma reunião e que a CML terá, ou não, clarificado algumas questões. Até hoje a Assembleia nada sabe.-----

----- Esta situação é completamente inadmissível e é por iniciativa do executivo que estes entraves foram criados, obstaculizando o cumprimento do nosso papel fiscalizador, enquanto eleitos, e a Câmara não pode inviabilizar o acesso à informação aos membros desta Assembleia.-----

----- Seria também desejável que esta proposta discriminasse com mais detalhe qual o programa de arrendamento acessível que vai ser implementado, questão também levantada na reunião de Câmara, uma vez que não há referências concretas ao Programa de Arrendamento a Custos Acessíveis (PACA). A propósito disto, continuam em falta várias ações previstas neste programa, como a elaboração de uma lista com o património edificado disperso que possa ser canalizado para este programa e o regulamento do concurso de atribuição dos fogos a arrendar, que ainda não está em vigor.-----

----- Ou seja, se há programas e instrumentos, têm que ser usados, têm que sair do papel e é preciso dar-lhes sequência.-----

----- Depois há outra questão que gostaríamos de ver clarificada: se a CML tem uma reserva de 124 milhões de euros, para situações que possam surgir, como indemnizações a pagar por ações em tribunal, qual a razão para o Orçamento do Estado ter uma verba prevista para a indemnização à Bragaparkes? Afinal quem vai pagar a indemnização, a autarquia ou a Administração Central?-----

----- Nesse contexto, perguntamos também se a vereação considera aceitável os restantes cidadãos do País arcarem com o ónus de pagar um imbróglie que foi criado pela CML, o que nos parece altamente criticável.-----

----- Em suma, perante os aspetos que acabámos de referir relativamente ao conjunto dos documentos que estão em discussão, e não obstante a sustentabilidade estrutural e a solidez das finanças do Município, este orçamento falha, na opinião de Os Verdes, na sustentabilidade das opções tomadas pelo executivo.-----

----- E há algumas questões que se impõem:-----

----- Por que razão não são os recursos utilizados a favor de políticas que corrijam as injustiças sociais? Por que não é este orçamento mais virado para a inversão da perda de população e da identidade de Lisboa? -----

----- Se não estamos perante uma Câmara com problemas financeiros, porque insiste o Partido Socialista numa estratégia que favorece determinados grupos, em vez de uma cidade capaz de oferecer qualidade de vida e oportunidades iguais a todos? -----

----- Para Os Verdes, os documentos apresentados têm inscritas várias opções e orientações com as quais não concordamos, que agravam as desigualdades e que contrariam as propostas que aqui temos apresentado e defendido ao longo de vários anos. -----

----- Por isso, consideramos fundamental inverter estas medidas, pois não correspondem às necessidades da cidade, que continua a ser desigual no acesso à sua fruição e, nesse sentido, continuaremos a lutar pelo direito a uma cidade para todos, não acompanhando, por isso, este Orçamento e as Grandes Opções do Plano. Obrigada.” --

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou:

----- “Muito obrigada Senhora Deputada.” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra anunciou o seguinte: -----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado Hugo Lobo, do Partido Socialista.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Hugo Lobo (PS)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhora Presidente da Assembleia, Senhoras Membros da Mesa, Senhores Vereadores, Caros Colegas Deputados Municipais.-----

----- Apreciamos hoje o Orçamento da Câmara Municipal de Lisboa para 2019 e as Grandes Opções do Plano para o quadriénio 2019/2022 e eu queria também, Senhora Presidente, começar por sublinhar, por deixar aqui uma nota, e essa nota tem a ver com a correspondência e a coerência que existe entre o Programa Eleitoral do PS mais que foi apoiado e sufragado maioritariamente pelos lisboetas, e o teor dos documentos que agora apresentamos.-----

----- Num tempo em que, de facto, a questão do afastamento entre eleitos e eleitores radica entre muitas outras questões, pelo facto de as políticas adotadas não corresponderem com aquilo que foi prometido aos eleitores, cremos que esta é uma nota da maior relevância e que queria aqui deixar. -----

----- Senhora Presidente queria sublinhar também que este Orçamento assegura, entende eu e entende o PS, os recursos financeiros para dar continuidade à execução de políticas estruturais que têm vindo a ser desenvolvidas por este executivo e por esta Câmara Municipal, desde logo e, com particular, destaque na matéria de política da Habitação e do instrumento por excelência que este executivo tem para tal, o Programa da Renda Acessível, sublinhava como nota muito positiva a disponibilização para 2019 de cerca de 100 milhões de euros em terrenos, para a materialização do programa e também e ainda prévia à questão de hasta, os 37 milhões de euros já inscritos para a construção e reabilitação de habitação, e é incontornável também Senhora Presidente referir aqui a questão da hasta, porque, de facto, a hasta pública dos terrenos de

Entrecampos é uma excelente notícia para a cidade, é uma excelente notícia para Lisboa, e é uma excelente notícia também já dada posteriormente pelo Senhor Presidente de Câmara que o excedente entre o preço base que estava de facto, na hasta e o preço efetivamente acordado, todo esse diferencial financeiro venha a ser afeto ao Programa de Renda Acessível. -----

----- Eu diria Senhora Presidente e uma vez que somos tantas vezes aqui apelidados como frente esquerda, meia frente de esquerda, etc., etc., que é, de facto, me recordo de um provérbio, ou de uma frase dos idos de 75, na altura com outros autores e com outros protagonistas, “*A hasta vingou e alguma oposição disfarçou*”. -----

----- Senhora Presidente, o Orçamento tem também uma aposta muito forte e muito vincada em matéria da mobilidade e, desde logo pelas verbas que consagra para a empresa Carris, 29 milhões de euros, e aqui para irritação da bancada do PCP, mas eu vou repetir, para permitir a aquisição dos 150 novos autocarros e para permitir a contratação dos 200 novos tripulantes. -----

----- Devo dizer que é com muita, muita dificuldade e com alguma perplexidade que aqui encaro as críticas que foram feitas à política de mobilidade do executivo e as críticas ao funcionamento da Carris. Eu não sei exatamente de que meios se socorre o PCP para ter as informações e para dizer aquilo que disse, posso-lhe falar, nomeadamente, até por experiência própria, daquilo que é a mobilidade na zona Ocidental de Lisboa e a zona da cidade que conheço melhor e nessa matéria queria salientar, só alguns dos progressos e algumas das melhorias já asseguradas desde que a Carris passou para a esfera do Município. O elétrico 18 passou a funcionar de sábado à tarde, era uma velha antiga reivindicação do PCP, tenho pena que o PCP não tenha vindo aqui saudar esse facto, o alargamento do horário do autocarro 760 até às 23 horas, tenho muita pena, outra velha reivindicação do PCP, porque é que o PCP não se veio congratular com esse facto? O alargamento do período de funcionamento da carreira 723, Senhor Deputado, outra velha reivindicação do PCP, nenhuma referência a esse facto, e Senhor Deputado, as carreiras de bairro, que serão uma evolução e será um elemento da maior importância para a mobilidade das pessoas nos seus bairros nas suas regiões e, portanto, nada disto é referido pelo BCP e nada disto é reconhecido, mas, de facto, estes factos que aqui referi, colidem totalmente com a apreciação negativa, e em nosso entender falsa, que o PCP quis trazer em matéria de mobilidade. --

----- Senhora Presidente, Senhores Deputados Municipais, em matéria ambiental são também muito relevantes e muito positivos, os compromissos consagrados nestes documentos, não só no que diz respeito ao plano geral de drenagem e, portanto, entraremos numa fase de materialização concreta da obra, o que é naturalmente muito positivo e creio que estamos aqui perante um aspeto e perante uma vertente do plano de atividades consensual, mas também pelas verbas substanciais que são alocadas à reabilitação dos espaços verdes e à reabilitação e à prossecução de melhorias, que diz respeito à higiene urbana, ainda outra, uma matéria, voltando um pouco atrás em matéria de mobilidade que são, de facto, os 40 quilómetros que a Câmara Municipal de Lisboa se propõe construir em 2019 da rede ciclável. -----

----- Eu tive a oportunidades na altura, entre alguma surpresa e até algum, enfim, com alguma ironia, com alguma piada, de ouvir aqui argumentos, então do PSD sobre a total impossibilidade de vingar este sistema das bicicletas e, portanto, das vias cicláveis, porque a orografia da cidade não permitia, porque era uma cidade envelhecida, porque jamais vingaria entre os lisboetas, penso que a realidade desmente totalmente estas previsões e estas análises. -----

-----Senhora Presidente, Senhores Deputados Municipais em matéria de educação entende também que este Orçamento traz notícias muito positivas e muito satisfatórias para a cidade e para os lisboetas, estão asseguradas condições, como foi referido pelo Senhor Vereador para intervir em 17 novas escolas, intervenções essas já iniciadas no ano anterior e também para iniciar 9 novas intervenções. -----

----- A questão dos manuais escolares gratuitos e as verbas que são afetas a esta matéria, são na minha perspetiva da maior relevância, eu próprio tenho perfeita noção quando era, enfim, estudante da escola primária, nomeadamente, da dificuldade que muitos dos meus colegas, que muitos colegas tinham, de facto, de adquirir esses manuais e, portanto, creio sinceramente que esta é uma grande medida de uma medida que merece todo o apoio da parte do Partido Socialista. -----

----- Senhora Presidente no que diz respeito à economia da cidade, este é um Orçamento que apoia de forma muito expressiva e muito concreta a economia e os agentes económicos da nossa cidade, conduzindo naturalmente, e como gráfico, o Senhor Vereador teve oportunidade de apresentar a criação de emprego e como é que este Orçamento apoia o emprego e a criação de emprego na cidade? Desde logo através do pagamento a pronto, aos fornecedores, que é uma condição absolutamente crítica para que estas entidades, este fornecedores possam continuar a desenvolver a sua atividade. -----

----- Por outro lado, no que diz respeito à Derrama, como o Senhor Vereador teve oportunidade de referir, a isenção da Derrama para todas as empresas com volume de negócios inferiores a 150 mil euros e também a isenção da Derrama para as empresas da área da restauração, com volume de negócios inferior a 1.200 mil euros. Eu notei que o Senhor Deputado António Prôa fez aqui algumas intervenções. Muito bem e cá estarei para o ouvir, mas era de facto para dizer que quando o Senhor António Prôa era Vereador, uma vez que vai falar, então pedia-lhe por favor que dissesse qual era o prazo de pagamento a fornecedores quando o Senhor Deputado era Vereador....” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou:

----- “Senhores Vereadores, Senhores Deputados, vamos lá manter o mesmo registo de não fazer intervenções cruzadas!” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Hugo Lobo (PS)**, no uso da prosseguiu com a sua intervenção: -----

----- “Queria Senhora Presidente, estou quase a concluir, o Partido Socialista, naturalmente que vê com muito positiva a aposta na inovação e no conhecimento, e no apoio concretamente à iniciativa aqui a referida, à *Web Summit*, e é aliás, com muita alegria e satisfação que vemos que aqueles que aqui há 3 ou 4 anos atrás, classificaram

esta iniciativa com uma vontade da Câmara de ter mais um Steve Jobs em cada lisboeta, agora vêm apoiar um Orçamento que consagra um apoio a esta iniciativa. ----

----- Senhora Presidente, apoiamos também a proposta de consolidação e expansão do *Hub* do Beato que, aqui o PCP procurou secundarizar, nós entendemos que é fundamental para revitalizar toda a região oriental da cidade de Lisboa. -----

----- Sobre as taxas já tivemos oportunidade de debater aqui com alguma profundidade esta matéria, não me irei de ter e fazer mais comparações do que aquelas que o Senhor Vereador teve oportunidade de aqui fazer, creio que a grande dificuldade da oposição nesta matéria, e nomeadamente, de oposição de direita é, de facto, é não serem eles a poder apresentar estas taxas e estas comparações, porque se assim fosse estou convencido que desaparecia prontamente qualquer tipo de e comodidade.-----

----- Uma palavra sobre a situação satisfatória e sobre a solidez e o equilíbrio financeiro das Empresas Municipais, da Carris, cuja atividade já aqui referi, da EMEL para poder levar a cabo a sua política de estacionamento, da EGEAC para prosseguir a sua política no âmbito cultural, da Gebalis para intervir na reabilitação e na requalificação dos bairros municipais e da SRU para dar seguimento e cumprimento a todas as incumbências, as que já tinha e as que foram atribuídas. -----

----- Ainda uma palavra, Senhora Presidente e Senhores Deputados para a valorização dos recursos humanos do Município, eu creio sinceramente que estamos perante uma marca de esquerda, uma marca socialista nesta matéria, o orçamento cria as condições para a progressão na carreira de todos os trabalhadores e funcionários que reúnam condições para esse efeito, o Orçamento tem recursos financeiros disponíveis para a eliminação da precariedade no Município de Lisboa e também tem verbas que permitam a contratação de novos funcionários, em todas as áreas em que tal se justifique. -----

----- Em termos mais macroeconómicos Senhora Presidente, poderíamos dizer que estamos perante um Orçamento de investimento com um valor global superior a 500 milhões de euros, um Orçamento que assegura a redução do endividamento, porque é algo de que muito nos orgulhamos e que é uma trajetória que vai ser prosseguida em 2019, é um Orçamento que contém os recursos necessários para que o Município enfrente com tranquilidade, as situações de contencioso que ainda persistem, e algumas que vêm muito antes da tomada de posse deste ou de anteriores executivos socialistas, em suma, Senhora Presidente, é um Orçamento com ambição, mas com responsabilidade. Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou:

----- “Muito obrigada Senhor Deputado.” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra anunciou o seguinte: -----

----- “Tem a palavra a Senhora Deputada Rita Calvário, do Bloco de Esquerda.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Rita Calvário (BE)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Vereadores, Senhores e Senhoras Deputadas Municipais. -----

----- O Bloco de Esquerda bate-se pela melhoria das condições e da qualidade de vida de quem vive e trabalha na cidade de Lisboa. Com o acordo que fizemos com o Partido Socialista para o Governo da Cidade assumimos isso mesmo, o compromisso por uma cidade com mais e melhor educação, saúde, habitação e direitos sociais, por uma cidade que protege e defende quem mais precisa não numa perspetiva assistencialista mas a direitos básicos e do direito a ter direitos contra a invisibilidade.-----

----- Sabemos que o acordo não resolve tudo, nem representa o todo da nossa visão de uma cidade mais justa e igualitária, mas não abdicamos de cada melhoria na vida das pessoas no que é essencial. O acordo é isso mesmo, fazer a diferença no dia-a-dia dos e das lisboetas, é por isso, para cumprir o que propomos para a cidade que votaremos a favor na globalidade o Orçamento para 2019. -----

----- Ora, vejamos onde está essa diferença trazida pelo Bloco de Esquerda para a cidade, asseguramos a gratuidade dos manuais escolares para os anos do 2º e 3º ciclo em 2019, esta medida irá estender-se o ensino secundário e Lisboa foi mesmo exemplo, para o resto do país, e é assim que deve ser. -----

----- Já cumprimos uma política de plásticos zero nas refeições escolares e já em 2019, queremos garantir que todas as escolas públicas da cidade de Lisboa tenham confeção local e assim assegurar o direito das crianças e jovens a uma alimentação saudável.-----

----- Até 2029 iremos abrir mil novas vagas em creche, respondendo a uma carência grave da cidade, uma taxa de cobertura da rede não lucrativa e de acesso não restrito assegurando também o seu equilíbrio territorial, esta é uma política que apoia as famílias em especial as mulheres no acesso e integração no mercado de trabalho, mas também apoia as crianças no seu desenvolvimento integral e no seu bem-estar. -----

----- Avançámos ainda, permitimos ainda que se avançasse, com uma política de combate à precariedade através do PREVPAV, assegurando o fim dos e das precárias no Municípios de Lisboa. -----

----- Com o acordo assegurámos também a duplicação da taxa turística em 2019 para mitigar os impactos do turismo na cidade, em especial nas zonas mais afetadas, porque o turismo traz uma pressão adicional sobre os serviços municipais de recolha de resíduos e não só, uma pressão extra que deve ser reconhecida e compensada, esse reconhecimento é finalmente feito e está ganho. -----

----- Agora é garantir que as verbas que servem para isso mesmo, não para alimentar o setor empresarial do turismo e iremos fazer por isso, mas não basta mitigar, a habitação é um direito e não pode ficar em causa pela pressão do turismo e das suas novas formas sob o alojamento local, com o acordo garantimos também que há medidas de contenção à expansão deste tipo de negócio turístico, através de quotas nas zonas centrais da cidade, não é suficiente bem o sabemos, mas é um primeiro passo para combater a desregulação de o mercado desregulado, é o mínimo necessário.-----

----- A política da cidade é feita para quem vive em Lisboa e pelos seus órgãos eleitos e não é feita pelos especuladores imobiliários, é assim que deve ser, reverter anos de ausência de política pública de habitação não é fácil, ainda menos o é reverter a lógica que deixou para o setor privado o acesso à habitação, através da compra ou arrendamento, em que ter uma casa para viver deixou de ser um direito para passar a

ser um bem de investimento, com o programa de renda acessível, pilar público, é isso mesmo que se quer reverter, aumentar a habitação pública e garantir direitos com rendas acessíveis e garantir estabilidade, é um passo, mas é um passo importante!-----

----- Este são alguns exemplos de como queremos construir uma cidade de direitos em Lisboa, de como fazemos a diferença e não abdicamos de ação concreta que faz acontecer, provámos que é possível fazer mais e melhor que a política com a esquerda pode ser diferente, cá estaremos para isso mesmo, melhorar o que puder ser melhorado para dar sinais claros do que ser deve ser uma política de cidade. -----

----- Este é o nosso compromisso com os e as lisboetas, nem mais nem menos.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou:

----- “Muito obrigada Senhora Deputada.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra anunciou o seguinte:-----

----- “Tem a palavra a Senhora Deputada Isabel Pires, do BE.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Isabel Pires (BE)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados.-----

----- A mobilidade é uma das principais prioridades das grandes Opções do Plano e tem uma incidência orçamental que o Bloco de Esquerda considera importante, e a mobilidade é essencial para pensar o que queremos das nossas cidades, como as queremos construir, como as queremos acessíveis a todos e a todas, e como é que as queremos mais ou menos amigas do Ambiente, e nessa área tem sido feito um caminho importante que valorizamos, foi determinante que a Carris tivesse passado para a esfera do Município.-----

----- Depois de o anterior Governo de tudo ter feito para ajudar a destruir as empresas públicas de transporte foi um marco que se tivessem travado os processos de privatização em curso, e o Bloco de Esquerda orgulha-se de ter feito parte da solução que permitiu este retorno à esfera pública e é aí que devem estar os serviços públicos essenciais, e não a serem a desbaratado destruídos para depois privatizar.-----

----- A gestão pública dos transportes é fundamental para pensar a mobilidade e para fazer da cidade um local para todos e todas e, apesar desta questão importante não temos dúvidas sobre os desafios imensos que existem pela frente, porque não basta tornar público, há que reverter também o desinvestimento feito e as suas consequências, e isso não é tarefa nada fácil, implica um investimento como poucas vezes se viu, implica repensar as prioridades e estratégias para a mobilidade na cidade e apesar dos objetivos comuns que temos e que foram plasmados em acordo por escrito, o Bloco de Esquerda foi tendo e continua a ter algumas divergências na análise dos problemas e nas soluções apresentados. Convergimos no esforço que está a ser feito na Carris, com reforço de autocarros e carreiras, com a contratação de motoristas, criação de um plano de mobilidade para a zona ocidental e a expansão do elétrico para o Parque das Nações, por exemplo, são objetivos antigos e os passos dados agora são

concretos e não são apenas promessas, porque o Bloco de Esquerda o inscreveu no seu acordo. -----

----- Mas sobre o Metro também o Município, e esta Assembleia devem ter uma palavra a dizer, e as divergências neste aspeto são conhecidas de todos e de todas, continuamos a considerar que opção pela linha circular é um erro, é um erro porque não acrescenta mobilidade à cidade e aos lisboetas, e apenas acrescenta uma obra enorme que vai parar a cidade com um ganho residual para quem cá mora e trabalha. -----

----- Pode funcionar para o turismo, mas não se deve ver desta maneira a mobilidade e, em vez disso, consideramos que seria mais importante reforçar os esforços sobre a expansão da linha para Ocidente ou até para fora da cidade de Lisboa.-----

----- Uma palavra também para dar nota de que a mobilidade não pode ser pensada de forma estanque apenas na cidade de Lisboa e, por isso, saudamos também a proposta do Governo sobre os passes que, aliás, vai ao encontro de uma proposta histórica também do Bloco de Esquerda, criar um sistema de passes uniformes na Área Metropolitana de Lisboa, ou noutras áreas metropolitanas, tem o potencial para mudar radicalmente a vida desta área geográfica e das pessoas que aqui habitam e trabalham e, portanto, as famílias voltam a ter um incentivo forte a utilizar em transporte público e isto sim, são medidas que ajudam, por exemplo, a combater as alterações climáticas de uma forma muito concreta e muito prática na vida diária. -----

----- Mas é uma medida, temo-lo dito que, por si sozinha, não muda tudo e, portanto, é importante fazer a par da descida dos preços que exista também um grande investimento público nas infraestruturas que estão aqui associadas, e podemos ter passes mais baratos, mas se não tivermos comboios ou autocarros para os utilizar de forma segura e fidedigna nos horários, não vai adiantar de muita coisa e, portanto, continuamos empenhados e empenhadas nesta luta, também o fizemos noutras instâncias.-----

----- Uma outra questão que gostaríamos de abordar prende-se com a empresarialização crescente do Município, o recurso a *outsourcing* e os riscos da descentralização que se avizinha, e é notório que a escolha tem sido reforçar empresas municipais, entidades com as quais o Bloco de Esquerda não tem propriamente simpatia por princípio, porque elas não favorecem a democracia e embora possam ter vantagens de execução acabam por depois escapar algum escrutínio, que seria mais saudável, mas é mais do que isso e tem existido uma crescente externalização de serviços que também nos parece errada e, aliás, tem-se demonstrado em algumas áreas que a em algumas áreas que tem tido consequências diretas na vida também dos cidadãos e das cidadãs. -----

----- Mas mais importante será mesmo referir a descentralização proposta pelo Governo e que tem acordo entre PSD e PS, e logo no início de janeiro, sabemos se haverá apreciações parlamentares ou não, vários partidos apresentaram esse pedido, o Bloco de Esquerda também porque consideramos que não é saudável avançar para estas medidas sem uma reflexão mais completa e mais complexa sobre as consequências das mesmas, porque falamos de uma proposta que representa na prática uma municipalização e não uma verdadeira descentralização e, portanto, municipalizar serviços como está a ser feito como está a ser proposto é apenas dizer que o Estado se desresponsabiliza de

determinadas obrigações, não garantimos sequer que os Municípios as conseguem fazer cumprir quando, em alguns casos, falamos de obrigações do Estado Central, que pela Constituição estão efetivamente no Governo Central e não nos Municípios e poderão desestruturar determinados serviços, como sejam alguns serviços da Segurança Social, por exemplo, mas outros que não nos parece correto e, portanto, é um caminho que, no nosso ponto de vista totalmente errado, se o que deseja é uma descentralização, que ajuda a aproximar as pessoas dos órgãos de decisão, este não é o caminho, desresponsabilizar o Estado não é aproximar as pessoas dos órgãos de decisão, é apenas colocar em perigo os serviços públicos e os bens que tem constitucionalmente que ser garantidos pelo Estado e, portanto, o debate nesta matéria ainda não acabou, mas podemos verificar que o processo de descentralização de Lisboa teve consequências que hoje estão muito visíveis e que, apesar de ainda não ter tido um tempo de maturação suficiente, já se começa a verificar, apesar dos estudos e do acompanhamento anual que tem sido feito, começa a verificarem algumas áreas que, por exemplo, coisas que foram transferidas para as Juntas Freguesia ainda existe uma dificuldade muito grande em fazer cumprir na totalidade e com qualidade os serviços aos cidadãos e, portanto, não podemos permitir que um processo semelhante a este passe do Estado para os Municípios, com as consequências ainda mais gravosas que se poderá vir a ter, mas, desse ponto de vista, o Bloco de Esquerda está aqui para fazer o debate e continuaremos a fazê-lo a bem dos serviços públicos.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou:

----- “Muito obrigada Senhora Deputada.” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra anunciou o seguinte: -----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado Ricardo Moreira, do Bloco de Esquerda.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Ricardo Moreira (BE)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Obrigado Senhora Presidente, Senhora Secretária, muito obrigado Senhores Vereadores, Senhores Deputados, boa tarde a todos e a todas. -----

----- Nós neste debate assinalámos os avanços e fizemos a leitura do Orçamento da Câmara Municipal, segundo a ferramenta que nos é mais importante, o cumprimento do acordo entre o Bloco de Esquerda e o Partido Socialista e, por isso já o dissemos antes aqui hoje, sem surpresa, iremos votar favoravelmente os documentos deste orçamento municipal, mas já nos conhecem, assinalamos os avanços e também as convergências, mas não abandonamos a crítica quando alguma coisa não está a correr bem.----- -

----- E no topo dos problemas da cidade dizemos mais uma vez, está o problema da habitação, o problema principal é a crise da habitação, uma cidade que expulsa os seus jovens, as pessoas que trabalham e os mais velhos é uma cidade sem futuro. -----

----- Uma Lisboa de monocultura do turismo, uma Lisboa Disneylândia é uma Lisboa sem futuro, o futuro pelo contrário, está na defesa do direito à cidade, está na defesa do direito ao lugar. -----

----- Sabemos que a situação é difícil, a lei das rendas da sessão que de Assunção Cristas acabou com o pouco mercado de arrendamento que existia, recordemos os

números do INE, em 2011, os novos arrendamentos representavam 11,3 por cento das novas casas postas no mercado em Portugal; em 2017 esse valor tinha diminuído 9 pontos percentuais para 1,4 por cento, 1,4 por cento, este valor espelha bem, porque é que a lei das rendas de Assunção Cristas não se pode chamar a lei das rendas, mas sim lei dos despejos! -----

----- Mas a questão não é só essa, vejamos também os Vistos Gold criados em 2012 pelo Governo PSD/CDS, segundo dados do Governo desde a sua criação em outubro de 2012 apenas 11 dos 6279 Vistos Gold atribuídos resultaram na criação de emprego e a esmagadora maioria, 5930 corresponderam a compra de imóveis num valor mínimo de 500 mil euros, alimentando a especulação imobiliária, -----

----- Esta situação afeta especialmente, especificamente, Lisboa, dos 718 Vistos Gold atribuídos em 2017, 70 por cento foram para a especulação imobiliária em Lisboa.-----

----- O acordo entre o Bloco de Esquerda e o PS permitiu várias medidas no combate à crise da habitação, com a regulação do alojamento local, a criação de um pilar público de renda acessível para a atribuição de casas às classes médias e a reabilitação dos bairros municipais, mas este exemplo, que estamos a fazer em Lisboa, não está a ser seguido na Assembleia da República, onde o PS escolheu retirar à Senhora Presidente Helena Roseta do Grupo de Trabalho sobre Habitação, virar as costas à esquerda e negociar benefícios fiscais para os senhorios, com a direita. -----

----- Senhoras e Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados, em Lisboa ainda vamos pagar caro esta escolha que o PS fez na Assembleia da República. Apesar disso! Em Lisboa podemos completar o caminho para defender as pessoas que aqui vivem, em Lisboa podemos fazer a diferença. -----

----- No alojamento local podemos adotar um critério de precaução, de prudência e estender a moratória às zonas que estão sob observação, reparem no centro histórico 41 por cento das casas já estão em sistema de alojamento local e, por isso, desafiamos toda a esquerda a trabalhar connosco neste alargamento já para janeiro, o direito à cidade, o direito de todas e todas vivermos aqui expressa-se nas questões da habitação, mas também nas questões do espaço público, e quem vive e trabalha em Lisboa está a ser expulso de partes da cidade! -----

----- Há uma visão de que Lisboa pode ter espaços públicos que abrem e fecham como se o espaço público fosse um estabelecimento comercial, veja-se o exemplo do Adamastor que está agora fechado, veja-se o exemplo do Martim Moniz e veja-se como as populações têm lutado contra estas más soluções, exigindo ser ouvidas, exigindo participar, exigindo estar no processo de decisão. -----

----- Se já vimos que da direita não virá nenhuma solução para a crise da habitação ou para qualquer problema da cidade, precisamos de discutir à esquerda estas visões e à esquerda precisamos de escolher entre uma cidade de 100 pessoas e sem espaço público onde só existem hotéis, hotéis e restaurantes gourmet ou uma cidade partilhada, onde todos e todas têm lugar. -----

----- Cá estamos para esse debate! Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou:

----- “Muito obrigada Senhor Deputado. -----

----- Uma vez que o Senhor Deputado referiu a minha pessoa, no contexto daquilo que disse não foi exatamente o que se passou, eu penso que a Assembleia não levará a mal que eu retifique, e diga que, na verdade, o que se passou na Assembleia da República comigo, na matéria da habitação não foi o PS que virou as costas ao meu trabalho, fui eu que disse que não queria continuar naquelas condições, embora tenha continuado a colaborar com o Partido Socialista e o resultado está à vista que amanhã teremos votações, e vamos ver se a Assembleia comprova aquilo que foi aprovado. -----

----- Agradeço a chamada de atenção da Senhora Deputada Margarida, CDS-PP, quando eu a chamei, no princípio desta Sessão e vos dei a informação do que se tinha passado na Assembleia da República. Não terei talvez tido o cuidado de dizer que foram apenas aprovações, em sede de Comissão, só amanhã em Plenário é que podemos ter a certeza da não aprovação final de todas as propostas que estão em cima da mesa e depois ainda faltará aquilo que for aprovado ser promulgado pelo Senhor Presidente. Muito obrigada por essa chamada de atenção. -----

----- Está o Senhor Deputado Ricardo Moreira a pedir a palavra.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Ricardo Moreira (BE)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Obrigado Senhora Presidente, queria só agradecer a sua interpelação e por me ter corrigido em como foi escolha sua ter abandonado o grupo de trabalho. Obrigado.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra anunciou o seguinte: -----

----- “Tem a palavra a Senhora Deputada Inês Sousa Real, do PAN.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou:

----- “Temos a circunstância de ter uma piada que só chegou a uma parte da bancada porque o Senhor Deputado não tem microfone, mas fiquem com ela, que depois quando chegar a sua vez, espero que possa partilhar com todos aquilo que acharam tanta graça, vamos perseguir. “-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Inês Sousa Real (PAN)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Excelentíssima Senhora Presidente se puder então tomar da palavra. Excelentíssima Senhora Presidente e restantes Membros da Mesa, Excelentíssimas Senhoras Vereadoras, Excelentíssimos Senhores Vereadores, Colegas Deputadas e Deputados, restante Público na plateia e Comunicação Social. -----

----- Aprovar as Grandes Opções do Plano 2019/2022 e o Orçamento de 2019 é também aprovar a forma como se vai gerir a cidade e as prioridades deste executivo, independentemente de termos programas políticos distintos, também temos convergências. -----

----- Começamos por destacar precisamente o resultado positivo da venda em hasta pública dos terrenos de Entrecampos que permite assim que exista verba disponível para matérias de verdadeiro interesse do Município, não podemos, no entanto, deixar de ressaltar o desfecho do processo junto do Ministério Público, cujo ponto de situação ainda é do nosso desconhecimento.-----

----- No entanto, o relatório semestral das Contas do Município que recebemos esta semana, refere precisamente a falta de especialização dos exercícios que não nos permite identificar se existem eventuais custos ou proveitos que, de acordo com aquele princípio, devam ser ressalvado, incluídos nas Demonstrações Financeiras intercalares e que refletem a forma como o Orçamento e as suas demonstrações se tornam, por vezes indecifráveis, no entanto, acreditamos que poderá ser feita de uma forma positiva esta alteração e reconhecemos também que houve aqui uma diminuição da dívida que o próprio Relatório de forma positiva reconhece, mas foquemos nas Grandes Opções do Plano e no Orçamento para 2019, pois os documentos apresentados não são tão claros ou transparentes, como gostaríamos e não são decifráveis sobretudo por qualquer cidadão ou cidadã e, que por outro lado, destacam-se também alguns valores que entendemos serem claramente desajustados face às necessidades da cidade. -----

---- Vejamos desde logo a título, de exemplo, a distribuição de investimento, por exemplo, para o ano 2019 nas iluminações de Natal, onde se prevê um gasto de 800 mil euros para esta rubrica, já o Plano Municipal de Prevenção Contra a Violência de Género tem apenas uma verba de 200 mil euros, o Plano Municipal da Igualdade de 10 mil euros e o Plano Municipal LGBTI de 10 mil euros, o que perfaz um total de 220 mil euros, talvez seja altura de rever os algumas prioridades no cabe a disponibilização de recursos financeiros.-----

----- Mas não podíamos também deixar de referir o quanto achamos estranho o *Hub* Cretico do Beato ter uma verba de 20 milhões de euros, de 20,3 milhões de euros, ou seja, cerca de um terço da verba destinada ao Programa Habitação Para Todos com 61 milhões de euros e somente 4 milhões de euros menos que os Espaços Verdes. -----

----- Apesar de agora com o produto da venda dos terrenos de Entrecampos existir a possibilidade de reforço da verba alocada a esta rubrica, a qual gostaríamos de ver efetivamente investir em programas com uma Renda Acessível, Residências Universitárias, Creches e de uma forma prioritária no Programa *Housing First*, esta última medida proposta pelo PAN em sede de audição do orçamento e que até agora não teve qualquer tipo de acolhimento, ou seja, podemos deduzir que o *Hub* do Beato vai criar tanto emprego entre tanto capital que compete diretamente com os espaços previstos, com a verba prevista para Espaços Verdes da Cidade, quando Lisboa vai ser a Capital Europeia Verde 2020. -----

----- Contudo não conhecemos o estudo que está subjacente a este interesse e a este elevado investimento numa zona tão específica da cidade, quando, por exemplo, já o Orçamento Participativo tem uma dotação de 3 milhões quando é a única em ferramenta disponível para a população apresentar ao executivo o que gostaria de ver executado na sua cidade, e também a verba que depois vai dar para apoiar e outras iniciativas privadas como a própria *Web Summit*, não discutindo aqui a qualidade dos eventos não podemos deixar de assinalar que até ao presente, não conhecemos o estudo que indica os benefícios do *Web Summit* ou do *Hub* Criativo do Beato para a cidade. --

----- Entendemos, no entanto, que são verbas muito elevadas, comparadas com todas as verbas destinadas ao combate às exclusões, aos direitos humanos, à integração, à inclusão, à cultura, à educação e ao desporto.-----

----- No que concerne ao próprio pessoal da autarquia, a análise do orçamento não nos deixa transparecer que existem verbas na ordem dos 29 milhões de euros com abonos eventuais ou variáveis. Em que parte desse valor de 12 mil milhões de euros, 12 milhões de euros em horas extraordinárias e 3 milhões de euros numa classificação económica designada “Outros”, só com estes dois valores, cerca de 15 milhões de euros poderíamos contratar pessoas, poderíamos diminuir a taxa de desemprego e, sobretudo afetar positivamente a vida de muitas pessoas que vivem na incerteza e a precariedade.-

----- Em sede de audição, apresentámos algumas propostas ao executivo que depois formalizamos, algumas até no seguimento de Recomendações que foram apreciadas neste plenário, enquadradas no que sentimos estar em défice nos documentos, agora em análise, vejamos então algumas das nossas preocupações, e é com apreço que se verificarmos que foi acolhida uma das medidas por nós apresentadas para garantir desde logo o atendimento *online* com tradução simultânea para língua gestual portuguesa, sempre que não seja possível assegurar a presença de um intérprete nos serviços municipais de atendimento ao Público. -----

----- Esta medida aliada à Recomendação foi aprovada precisamente por esta Assembleia para a presença de intérpretes em todas as reuniões, acreditamos que a partir de 19 vai ser uma realidade é, sem dúvida, um marco nas garantias da participação cidadã. -----

----- Uma outra das nossas propostas visa a elaboração do próximo orçamento forma sensível ao género, verifica-se que os compromissos assumidos não têm sido devidamente salvaguardados com as medidas necessárias para a concretização dos programas, como aliás, referimos ao longo do início da nossa intervenção com as verbas disponibilizadas para esta área em 2019, uma outra proposta que apresentámos porque consideramos que este orçamento não priorizar o combate à pobreza, é precisamente para o reforço da verba destinada ao desenvolvimento da estratégia de combate à pobreza, pois, com a dotação de apenas 25 mil euros, igual à do ano passado, não sairemos nunca do plano de intenções e nunca chegaremos a concretização de medidas necessárias para por um lado, combater a pobreza e por outro, como prevenir essas mesmas situações. -----

----- Exemplo, disso, como já referi, é o projeto *Housing First* que nos parece, de facto, haver uma diminuição em cerca de 75 por cento, daquele que é o investimento alocado ao alojamento destas pessoas, considerando um valor aproximado de cerca de 5 mil euros por pessoa, que inclui arrendamento, água, luz, acompanhamento técnico, necessitaríamos de cerca de 2 milhões e meio por ano, para cerca de 380 habitações neste regime, aproximadamente. -----

----- Relembramos também que é visível o aumento de pessoas inclusive de famílias completas a viverem em veículos na cidade, embora seja um assunto que parece que ninguém quer abordar, por outro lado, está para além da nossa compreensão a falta de preocupação nesta Vereação com o Pelouro das Escolas relativamente à qualidade das refeições escolares, é no espaço escolar que as crianças e adolescentes comem aproximadamente metade das suas refeições diárias, devendo por isso existir uma oferta de refeições equilibradas, completas, variadas e que se adequem às

necessidades energéticas e nutrientes, pois seria então de grande importância que em 2019 se alocassem verbas necessárias para garantir o direito a uma alimentação adequada. -----

----- Por este motivo propusemos a contratação de nutricionistas, com a responsabilidade de implementar e aplicar uma política alimentar escolar estruturada. Já quanto ao Orçamento Participativo parece-me então importante visitar esta matéria, pois ainda estamos a programar a execução de projetos que ganharam o ciclo do Orçamento Participativo 2013, acaba por de alguma forma defraudar as expectativas das cidadãs e os cidadãos. -----

----- Uma última nota apenas sobre este Orçamento Participativo pois, de acordo com o plano plurianual de investimentos 2019/2022, alguns dos projetos vencedores do OP 2015, terminam em 2020, o do OP 2016 em 2021, ou seja, existe um padrão de 5 anos entre a proposta da população e a sua concretização, pelo que acreditamos que, de facto, deve ser revisitados este regime do Orçamento Participativo se necessário até eliminando aqueles projetos, como já foi aqui falado nas diferentes audições que não possam, de alguma forma ser executados, para de uma forma mais clara, e mais profícua se acompanharem aquilo que são expectativas dos municípios de Lisboa. -----

----- Relativamente à área de proteção animal, referir que as políticas públicas municipais devem, desde logo refletir o fundo e que e que humanitário que queremos ter, e que não pode ser alheia ao respeito pela vida animal, em particular aos animais que partilham connosco a vivência na nossa cidade, motivo pelo qual o PAN não pôde deixar de referir aqui, e é com muito agrado que recebemos por parte do executivo o acolhimento de duas medidas por nós propostas, desde já e a saber, a aquisição de leitores *microchip* para as autoridades Policiais, para que possam de imediato fazer a leitura dos *chips* dos animais perdidos ou abandonados na cidade, e uma verba também alocada para a realização de uma campanha de esterilização para animais de famílias em situação de carência económica, pelo menos, no mínimo de 25 mil euros, não podemos deixar de reconhecer o empenho que tem sido levado a cabo pela Casa dos Animais de Lisboa, em parceria com o movimento associativo na implementação do programa SEDE, capturar, esterilizar e devolver, e também em resposta aos animais da população em situação de sem-abrigo, que nos deve levar a crer que precisamente mais longe, alargando o âmbito de aplicação destas ações, razão pela qual nos congratulamo-nos por estas medidas agora aprovadas. -----

----- Estes são dois importantes passos que irão agora ser colocados em votação, aliás, estes são dois importantes passos dados neste Orçamento, no entanto, não podemos deixar de referir alguns aspetos do longo caminho que há a percorrer. -----

----- Mais uma vez, o PAN reforça a necessidade da criação de um plano sectorial de Veterinária, de um plano de emergência e de proteção civil municipal, que inclui entre outras situações o resgate e a evacuação de animais, o alojamento temporário em estruturas de apoio previamente montadas, com pessoal e condições capazes de proteger, enquanto estes estiverem deslocados, e o sistema também de procura de detentores, estruturação de equipas de salvção e resgate de animais inseridas na

Proteção Civil, as quais deve incluir médicos veterinários municipais e a definição de espaços que permitam o acolhimento de agregados familiares com os seus animais.----

----- É essencial prever a verba necessária para que tudo isto aconteça, pois, infelizmente, os desastres naturais acontecem e os animais não humanos não estão devidamente incluídos nos planos. -----

----- Por outro lado, a Câmara Municipal tem também que cumprir a lei no que no que respeita à recolha de animais de companhia em situação de errância na via pública ou que são vítimas de maus tratos. Sejam eles de companhia ou de pecuária, pelo que apresentámos também propostas de alteração neste sentido, sobretudo para que, até que as obras da Casa dos Animais de Lisboa estejam concluídas, tal possa ser assegurado, encontrando-se a Casa dos Animais Lisboa, precisamente uma situação lotada e por essa razão fragilizada, não entendemos que o plano de investimentos não traduza a necessária execução, nem o facto de estarmos um ano sem qualquer investimento nem sequer para a manutenção das infraestruturas já existentes, designadamente a lei da maternidade e sequestro, pelo que propusemos precisamente a alocação de verbas para esse efeito. -----

----- Já relativamente à implementação dos pombais contracetivos e considerando que existe uma verba no orçamento de cerca de 98 mil euros, destinada ao controlo de pragas e pombos, associação de palavras que nos desagrada, talvez esta verba pudesse ser canalizada para métodos de controlo de natalidade não agressivos e, por isso, voltamos a insistir na previsão de uma dotação orçamental para os pombais, deixando em aberto a possibilidade de a mesma ser posteriormente delegada Juntas de Freguesia.

----- É importante referimos também aqui nesta matéria a necessidade de apoio às associações zoófilas que têm sido parceiros privilegiados da Autarquia na prossecução desta missão. -----

----- Em Lisboa existem pelo menos duas associações sem fins lucrativos com albergue de animais, a União Zoófila e a Focinhos e Bigodes, com maior expressão nas instalações da União Zoófila que suporta, de facto, todas as despesas de tratamento diário de alimentação, cuidados, veterinários e que têm a seu cargo presentemente, cerca de 700 animais, no entanto, apesar do elevado número de efetivo animal que existe nas suas instalações, vêm sacar com despesas que chegam a orçamentar o valor de 3 mil euros por mês em taxas municipais, pelo que achamos que é essencial que a Autarquia dê continuidade às linhas de apoio, à semelhança do que já existe para outras associações da cidade e que, de alguma forma possam colmatar estas mesmas despesas.

----- Ora em relação à área do Ambiente não podemos também deixar aqui de referir, olhando para o Orçamento que a cidade vive, de facto, as grandes e as pequenas opções, as Grandes Opções do Plano são a visão que o Executivo tem para a cidade que nos diz que há uma ambição clara em tornar Lisboa uma das melhores cidades do mundo para se viver, uma cidade sustentável e de bem-estar que aposta na permanente melhoria do ambiente urbano e na qualidade de vida, e mais à frente diz ainda que é a cidade que é uma aposta na Rede Ecológica Metropolitana, tendo como objetivo central a sustentabilidade da cidade e renaturalização da sua paisagem. -----

----- Temos pouco tempo hoje, é facto, para debater esta questão, mas queremos começar por dizer que a política de calcetar as caldeiras não nos parece nem positiva, nem ecológica, por mais interessante que possa parecer a nível de desenho arquitetónico, também muito menos ainda a betonagem de raízes, uma vez que as armas vão acabar por morrer por falta de sustento, e no entanto, diariamente nos chegam imagens da nossa cidade em que é isso que tem vindo a acontecer.-----

----- O PAN propôs que a Autarquia adquirisse também e distribuisse em relação à questão das matérias da proteção de incêndios extintores retardantes de longa duração ao Regimento de Sapadores Bombeiros e às diversas corporações que atuou no Concelho, dado que as experiências com estes produtos comprovam que atrasam a propagação do incêndio, que facilitam ataque dos meios terrestres, sobretudo tendo em vista proteger o nosso património natural, desde logo Parque Florestal de Monsanto. --

----- Mais uma vez e tal como em 2018, reforçamos a necessidade de incluir nas ações previstas para a rubrica Educação, Sensibilização e Divulgação Ambiental, matérias como cidadania, proteção animal, alterações climáticas, e alterações de hábitos de consumo, dado que são temáticas interligadas com o ambiente e só assim poderemos fazer a diferença nesta nossa casa mãe, através da Educação em todas estas áreas para mudarmos de atitudes e de comportamentos. -----

----- Conforme já aqui apresentado e aprovado por maioria propusemos ao Executivo o reforço da segurança de quem visita aos parques e as matas da cidade e na salvaguarda da biodiversidade, nomeadamente, através da Polícia Municipal, ou dos elementos da Polícia Florestal, que quer durante a semana, quer durante os fins de semana, faltando agora a sua concretização, sendo necessário para isso a alocação de verbas específicas para o efeito, o que não acontece neste orçamento 2019, nomeadamente, para a concretização da contratação ou requisição de recursos humanos para o cumprimento das funções de vigilante da natureza. -----

----- No orçamento deste ano estão previstos cerca de 800 mil euros para as iluminações de Natal, como já referimos, não só se irá gastar eletricidade como serão gastos diversos produtos e materiais não recicláveis, apelamos por isso para que a Autarquia recorra a parcerias com empresas privadas e também a materiais sustentáveis de forma a evitar este gasto do erário público e que sejam critérios considerados critérios de sustentabilidade, designadamente em materiais reaproveitáveis. -----

----- Em 2016 apresentámos ainda uma Recomendação que tinha por objetivo a criação pelo Município de uma loja de empréstimos, a qual foi aprovada por maioria, passados 2 anos, nada foi ainda concretizado. Esta loja tinha por ideia-base o modelo de extrair, fabricar e descartar, e já não é possível pois os recursos naturais estão a esgotar-se, como tantas vezes aqui falamos e referimos.-----

----- Propúnhamos, tal como voltamos a propor, pois ainda não encontramos sobre esta matéria que Lisboa tenha dado um passo em frente e assumir um compromisso no pacote de economia circular, adotado pela Comissão Europeia e no acordo de Paris, pois não apenas nas Grandes Opções do Plano também o Orçamento deve espelhar de forma clara e inequívoca o compromisso com estas soluções, uma loja de empréstimos e incentivos a oficina de reparações, que poderá ser através da cedência de espaços

municipais, para já as oficinas, ou através de ajuda de apoio nos orçamentos das empresas, ou na criação de plataformas *online* de divulgação da existência das mesmas, terá como objetivo prolongar a vida útil dos objetos, minimizar a utilização dos já escassos recursos e voltar a dar valor, mesmo quando os produtos não sejam úteis aos seus possuidores o que, de facto não se traduz nestas rubricas orçamentais.-----

----- No orçamento 2019 pode ler-se que continuar-se-á também a implementar a rede de suporte do sistema de remoção de resíduos para a instalação das eco-ilhas, mas nada é dito quanto à economia circular, dando aqui seguimento, àquele que é um compromisso da Autarquia, talvez esta seja precisamente uma boa altura para repensarmos precisamente todo este sistema, pois entendemos que a realidade de Lisboa deve adotar uma estratégia de zero resíduos assentes na definição de metas exigentes de redução de produção de resíduos e de fomento da economia circular. -----

----- Assim embora que tenhamos observado que já há verbas previstas para algumas das medidas para estas matérias, considerando o forte impacto do turismo na cidade e da dificuldade de sensibilizar as pessoas para os problemas com que nos debatemos, na gestão dos resíduos, propomos um reforço das verbas, quando já existam medidas e a criação de novas rubricas, para aquelas que não são existentes.-----

----- Para concluirmos esta breve análise do Orçamento e das Grandes Opções do Plano, sabendo desde logo nós distinguir o que é o Governo e o que é a Câmara Municipal, o que é a Assembleia da República e a Assembleia Municipal, o que é o País e o que é Lisboa, o Governo todos os anos submete para aprovação as Grandes Opções para o ano seguinte, em consonância, claro está, com as Grandes Opções do Plano, com o qual no fundo foi eleito e o que detém, como o próprio diploma refere, legislativo, todos os elementos definidores da visão estratégica para o País. -----

----- Assim todos os anos, o Governo com a dimensão de uma tarefa, que esta tarefa implica, atualiza as medidas e os eixos de atuação face aos desenvolvimentos e aos desafios que aconteceram ao longo do ano que passou. Não sendo esta uma obrigação legal da Autarquia achamos, no entanto que devem ser introduzidas metas, de facto e formas de uma motorização de um ano para o outro, para que, de forma clara o Orçamento possa efetivamente espelhar aquele que tem sido feito por um lado, nas rubricas plurianuais e, por outro aquilo que se pretende fazer para dar corpo àquilo que são as Grandes Opções do Plano para a Cidade, obviamente, que o PAN está e estará sempre disponível para colaborar com a Autarquia na execução destas medidas, gostaríamos, obviamente, de ver outras iniciativas espelhadas neste Orçamento, e que, de facto, passemos do plano das intenções para o plano das execuções. Muito obrigada.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada Senhora Deputada.” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra anunciou o seguinte: -----

----- “Tem a palavra o Senhor Vereador João Paulo Saraiva.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “O Senhor Vereador tinha pedido a palavra há pouco, mas nós não vimos o pedido de palavra e a Senhora Deputada já estava aqui em cima, portanto, era para responder, creio eu, à intervenção do Senhor Deputado Ricardo Moreira.”

----- **O Senhor Vereador, João Paulo Saraiva** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Sim, eu queria responder a um conjunto de questões foram colocadas até agora, se não se importam eu vou começar muito rapidamente, muito rapidamente e não me podendo debruçar sobre todas as questões colocadas, mas fazendo, no fundo um voo sobre as questões mais importantes que foram colocadas. -----

-----Começando pelo fim, a Deputada Inês Sousa Real, do PAN, sabe que a temática da proteção da vida animal, é uma temática à qual nós somos sensíveis, não temos exatamente as mesmas opiniões sobre tudo, mas há um conjunto de matérias sobre os quais partilhamos ideias, preocupações e, portanto, para além um conjunto de preocupações que já estão refletidas no Orçamento, eventualmente, não tanto quanto o PAN gostaria e com o destaque que o PAN gostaria, mas elas estão lá, algumas delas referiu-se a elas, alguma destas medidas, depois e, portanto, o que eu gostava de sublinhar é que a algumas das medidas que falou estão introduzidas no Orçamento desde algumas dos contracetivos, as questões de acessibilidade dos munícipes com necessidades especiais aos serviços municipais, há um conjunto de medidas de proteção social, temos toda a disponibilidade para um longo tempo e ao longo do próximo ano em diálogo com toda esta Assembleia, mas, em particular com o PAN, que tem mostrado essa disponibilidade de abordarmos estes temas e de virmos a melhorar alguns deles e a sua forma como eles estão inscritos e têm reflexo orçamental.-----

----- Por exemplo, algumas questões que colocou sobre o OP já foram traduzidas neste último Orçamento Participativo, o maior envolvimento das Juntas de Freguesia, acabar com uma prática muito comum no Orçamento Participativo por parte da Câmara que é o Já Agora, que é introduzir um conjunto de outras matérias que fazem do projeto algo muito mais complexo, e depois demoram muito mais na execução como referiu, só para referir algumas matérias, a economia circular é algo que também está nas nossas preocupações quer na área da economia e inovação quer na área dos espaços verdes e de toda a preparação, Lisboa Capital Verde e, portanto, dizer-lhe que sublinho e reconheço rudo aquilo que fomos acordando ao longo dos últimos tempos, e que existe a maior disponibilidade para continuarmos esse processo.-----

----- Congratulámo-nos com esta disponibilidade do PAN para que isso possa acontecer. -----

----- Quanto à intervenção do Bloco de Esquerda dizer que, de facto, como tem sido evidente para esta Assembleia e para a Cidade é muito mais o que nos aproxima do que aquilo que nos separa, mas, mas ainda assim, não é não é amor, não é amor, não vamos casar, não vamos casar, mas ainda assim, temos um relacionamento que nos permite melhorar a cidade, que é o que os Senhores não gostam, isso causa-nos uma certa urticária, mas ainda assim, temos de facto, um conjunto de matérias sobre as quais a

temos mais dificuldade em entender-nos. Em algumas temos feito alguns progressos, outras nem tanto, mas esta cidade hoje pode ter a intervenção na área da mobilidade que tem, porque nós nos entendemos, isso nenhum destes Senhores aqui à volta podem reivindicar, o PCP tem uma quota-partezinha, mas não tão gorda, mas o Bloco de Esquerda tem mais. Aqui à direita, à direita, de facto e foi sempre a tentar destruir! De maneira que há essa diferença! Aqui é construir, ali é destruir! E, portanto, há essa questão que eu gostava de sublinhar, no entanto, eu gostava de vos dizer que hoje sabemos, hoje sabemos e é profundamente injusto para um conjunto de pessoas, entre as quais a Senhora Presidente desta Assembleia, que tanto fez em matéria de habitação dizer que “10 anos perdidos sobre habitação”, é profundamente injusto! Eu percebo que no calor da discussão parlamentar que se possa dizer, tenho alguma dificuldade em engolir em seco, porque não é verdade em primeiro lugar, e não é verdade, porque alguns eventualmente não estariam cá, dos senhores, mas há 10 anos atrás, não havia regulamentos, a atribuição de casas municipais era feita de forma, eu não vou classificar, mas hoje sabemos, podemos dizer não a medida não está bem, os critérios podiam ser afinados aqui e ali, mas hoje há um regulamento, há transparência no processo e, portanto, há uma diferença colossal sobre essa matéria. -----

----- Depois também há outra matéria sobre habitação que eu também gostava aqui de corrigir, o investimento em habitação há 10 anos atrás, há 12 anos atrás, há 15 anos atrás, não tem comparação com aquele que foi feito nos últimos anos no Município de Lisboa, o investimento em habitação, quer na habitação municipal, quer na preparação de todos os novos programas de renda acessível, público, em que estamos de acordo e ainda bem que estamos de acordo nós, e aí o PCP felizmente também está connosco.--

----- Já na renda acessível, concessões, eu confesso que tenho uma secreta esperança de vos conseguir demover, porque eu não gostava de poder dizer no fim que as 6 mil casas do PRA-Concessões, que agora estão previstas e que certamente vão aumentar, fizeram-se, apesar, a cidade ficou com mais de 6 mil casas novas, e que vão ser do Município e vão estar ao serviço dos munícipes foram feitas, apesar da oposição do Bloco de Esquerda, isto para mim, confesso, que sou de esquerda, vai ser triste dizer isto, mas se os Senhores insistirem nessa política e nessa lógica vão ter que ouvir, vão ter que o ouvir.-----

----- Quanto ao Adamastor e quanto às questões que estão em cima da mesa sobre espaço público, também é mais o que nos aproxima do que aquilo que nos separa, eu não gostava só de lembrar que este Município teve política muito diferente em termos de espaço público, de muitos anos e muitos anos de política municipal, nomeadamente, quando Uma Praça Em Cada Bairro foi discutida, com papel em branco com a população de Lisboa, praça a praça, com todos aqueles que quiseram envolver, com discussões públicas, com discussões específicas, isso é um capital que ninguém nos tira e faz toda a diferença, portanto, não venham dizer que há uma política de não participação, de ocultação dos processos, nada disso é verdade!-----

----- Depois, dizer-vos também que temos uma diferença colossal relativamente a algo que os Senhores, aliás, partilhado com o PCP dizem que é externalizar, uma empresa municipal não externalizar, empresa municipal é tirar cem por cento pelo Município, é

o Município que determina o que é que se passa numa empresa municipal, e o Município, qualquer um dos seus órgãos não está minimamente vedado a poder escarpelizar todas as questões, e nós já prometemos e vamos cumprir em janeiro, vamos apresentar-vos um pacote que vai permitir ser discutido para monitorizarmos de forma mais intensa, aquilo que são as atividades das empresas municipais, agora uma coisa nos podemos garantir, há uma coisa, há uma linha daquilo que é o vosso raciocínio está profundamente prejudicada por esta classificação de externalidade e a forma como abordam as empresas municipais, aliás, como o PCP, é que nós temos consciência que a habitação é um tema que a todos, e aí da esquerda à direita de formas diferentes, evidentemente, nos preocupa mas nós esquerda sabemos que a habitação pública é fundamental, e que precisamos de a incrementar e a forma mais rápida mais célere de podermos construir a habitação pública, que os Senhores reivindicam e que estamos todos de acordo é com a ajuda, com o desdobramento com a empresa municipal e com a intensificação do trabalho conjunto entre a Câmara e a Empresa Municipal e as Empresas Municipais, sejam elas a Gebalis ou a SRU.-----

----- Por último o PCP, o PCP, eu gostava muito mais também, todos sabem aqui que eu gostaria muito mais e não me vou, porque é, de facto, fico triste, o meu sentimento é de tristeza, porque vejo no PCP, uma abordagem a matérias em que o PCP ajudou a lutar por elas, nomeadamente, as matérias relacionadas com mobilidade e com a Carris e fico triste com uma abordagem muitíssimo mais populista, que eu só posso interpretá-la como um desvio de campanha de lógica pré-eleitoral, já a pensar na nas eleições nacionais e da necessidade imperiosa de criarem uma diferença.-----

----- Nós sobre matéria social, eu costume ouvi-los dizer e falar muito de habitação e têm que reconhecer, aliás, reconhece-se nas vossas votações que a política de habitação é algo que vos preocupa, como a política de mobilidade e não reconhecerem que a cidade está completamente diferentes sobre mobilidade e está que um projeto, sabe para onde vai, de facto os Senhores, e damos aí a mão à palmatória, se não concordam ele, mas não é isso que estou a discutir, eu estou a discutir a eficácia aquilo que são as mudanças, aquilo que é o caminho e ouvirmos dizer que era possível comprar autocarros, como se fosse ir ali em baixo *stand* e comprar um autocarro, e dizer que isso é um falhanço da nossa política de mobilidade, é inacreditável, é claramente tentar utilizar os mesmos argumentos, do lado da direita, de tal forma que a direita aplaude, a direita aplaudiu a vossa intervenção, aplaudiu a vossa intervenção quer em mobilidade quer em habitação e, portanto, têm que reconhecer que podemos não fazer tudo o que gostaríamos que fizessem, mas estamos no bom caminho, no caminho que os Senhores preconizam e isso é muito importante. Muito obrigado.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “ Muito obrigada Senhor Vereador, vamos prosseguir.”-----

----- O Senhor Vereador Manuel Grilo pede a palavra também e tem a palavra no tempo da Câmara.”-----

----- **O Senhor Vereador Manuel Grilo**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:

----- “Muito obrigado Senhora Presidente, só alguns pequenos esclarecimentos em relação à intervenção há pouco do Senhor Deputado Municipal Fernando Correia, do PCP, chamar a atenção do seguinte, as medidas de autoproteção não são matéria simples, não são matéria como eram antes de 2010, que eram simplesmente planos de evacuação e planos de emergência, as medidas de autoproteção são bem mais complexas, para dizer que, em relação às medidas de autoproteção elas têm a ver com a proteção civil, a proteção civil teve, de facto, Vereador próprio de há algum tempo atrás, hoje a Proteção Civil está sob a responsabilidade do Senhor Presidente da Câmara Municipal de Lisboa e não do Pelouro da Educação e dos Direitos Sociais e na verdade, foi preciso esperar, foi preciso esperar 10 anos, foi preciso esperar pela eleição de um Vereador do Bloco de Esquerda, para que se fizesse o esforço necessário junto do Serviço Municipal de Proteção Civil, para que hoje, hoje finalmente, temos equipas a fazer o que nunca foi feito, a fazer medidas de autoproteção para as primeiras vinte e quatro escolas, aliás, está prevista uma audição conjunta entre a 1ª e a 7ª Comissões aqui da Assembleia Municipal de Lisboa exatamente para esclarecermos e para o Senhor Diretor da Proteção Civil esclarecer aquilo que está a ser feito nestas vinte e quatro escolas, e que será alargado ao conjunto de todas as escolas. -----

----- Mas não é verdade que se façam medidas de autoproteção de um dia para o outro, não é verdade, são tarefas bastante complexas e, portanto, creio que não se deve fazer chicana política com um assunto tão sério, e isto é necessário....” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou:

----- “Senhores Deputados, mais uma vez sem tenho que pedir a vossa atenção, têm que ter paciência e vamos ouvir.” -----

----- **O Senhor Vereador Manuel Grilo**, no uso da palavra, prosseguiu a sua intervenção: -----

----- “Creio que é necessário termos um critério de seriedade quando abordamos matérias tão complexas, mas igualmente tão importantes, como as medidas de autoproteção nas escolas.-----

----- Relativamente à falta de Assistentes Operacionais e Assistentes Técnicos nas escolas é um facto, ontem mesmo apresentámos uma Moção na Reunião de Câmara Municipal de Lisboa, aliás, aprovada por unanimidade, no sentido de se instar o Ministério da Educação, que é quem pode e deve colocar os Assistentes Operacionais e os Assistentes Técnicos nas escolas, a instar o Ministério da Educação e encontrar mecanismos, a encontrar mecanismos de substituição célere de Assistentes Operacionais e Assistentes Técnicos em falta, na maior parte dos casos por doença, na verdade, o rácio foi alterado há muito pouco tempo, o rácio entre o número de alunos e o número de Assistentes Operacionais e Assistentes Técnicos nas escolas foi alterado e melhorou relativamente ao passado, melhorou muito em relação ao passado, o que não é possível melhorar é quando não há mecanismos possíveis para substituição de Assistentes Operacionais e Assistentes Técnicos, e foi esta proposta que apresentámos que ontem foi mesmo aprovada, tal qual outras que já aqui aprovámos no passado. ----

----- Relativamente à Senhora Deputada Inês Real do Partido do PAN, nós agradecemos as sugestões que o PAN fez relativamente às pessoas em situação de sem-abrigo.-----

----- Quem trabalha no terreno sabe que esta é uma questão complexa, que precisa de um sistema de suporte delicado, que é necessário montar e sustentar, não basta dizer mais trezentas, não é assim, queremos fazer o reforço deste programa do *Housing First*, mas de forma sustentada, por isso estamos a preparar o novo Programa Municipal com mais investimento, novas medidas integradas, incluindo, naturalmente, o *Housing First*.

----- E relativamente às refeições escolares...”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou:

----- “Senhores Deputados, eu peço desculpa, temos que gerir bem a tempo. O Senhor Vereador Manuel Grilo veja também o relógio de Câmara, porque a Câmara já só dispõe de oito minutos.-----

----- E eu peço aos Senhores Deputados, eu bem sei que a prática parlamentar permite estes apartes, mas vai tornando tudo isto mais lento, portanto, eu peço a vossa paciência! Pode concluir Senhor Vereador, eu não lhe queria tirar a palavra, pode concluir, estou só a pedir para gerirem o tempo com atenção.”-----

----- **O Senhor Vereador Manuel Grilo**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “É só para dizer que em relação às refeições escolares, já aqui assistimos a intervenções da Senhora Deputada do PAN, de sentido contrário do que fez hoje, e portanto, nos parece pouco interessante que venha dizer que as refeições não têm qualidade, as refeições melhoraram, são hoje todas elas de confeção local, todas elas transportadas, ou realizadas na própria escola, ou transportadas diariamente de uma para outra escola, e portanto tem tido uma melhoria extraordinária.-----

----- Que aliás, tivemos aqui o prazer de assistir a Senhora Deputada há bem pouco tempo a elogiar.-----

----- Muito obrigado.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado Senhor Vereador.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra anunciou o seguinte:-----

----- “Tem a palavra a Senhora Deputada Nádía Teixeira do MPT.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Nádía Teixeira (MPT)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Boa tarde Excelentíssima Senhora Presidente da Assembleia Municipal, Excelentíssimos Senhores Vereadores, Caros Colegas Deputados.-----

----- Somos hoje mais uma vez aqui convocados para debater as propostas apresentadas pelo Executivo relativas ao orçamento desta feita para 2019, assim como as grandes opções do plano para a cidade de Lisboa para os próximos quatro anos, a tabela de taxas municipais, e o mapa de pessoal.-----

----- Ainda que as semelhanças com os documentos apresentados no ano transato sejam por demais evidentes, incluindo a ausência de informação relevante a um entendimento transparente e objetivo do orçamento do Município, parece-nos que o sucessor do turismo, enquanto troféu deste Executivo será o novo polo tecnológico que tem vindo a florescer na zona do Beato, tantos anos esquecida pelo mesmo. -----

----- Começemos pela análise do orçamento propriamente dito. -----

----- Correndo o risco de me repetir, estamos novamente perante o orçamento mais ambicioso de que há memória. -----

----- A receita corrente por si só totaliza setecentos e setenta e cinco, vírgula e oito milhões de euros, apresentando um aumento significativo de oitenta e seis, vírgula quatro milhões de euros comparativamente a 2018. -----

----- Esta receita é essencialmente conseguida através do crescimento do turismo, e conseqüentemente do mercado imobiliário, mas não podemos esquecer que boa parte desta receita se deve também ao aumento de trinta e três vírgula, dois milhões de euros de impostos indiretos, bem como de vinte e nove vírgula, três milhões de euros, cobrados sob forma de taxas, multas e outras penalidades. -----

----- Ora arrecadando o Executivo uma receita tão avultada, não seria justo devolver aos seus munícipes uma parte dos rendimentos obtidos?-----

----- Já que no que diz respeito à receita de capital, verifica-se um aumento de duzentos e quarenta e quatro, vírgula e sete milhões de euros, passando de cento e vinte e dois milhões de euros em 2018, para trezentos e sessenta e seis, vírgula sete milhões de euros em 2019, meus Senhores, isto equivale a uma variação de 200,6%. -----

----- E a que se deve este aumento extraordinário?-----

----- A nada mais, nada menos do que a alienação dos terrenos da antiga Feira Popular, também conhecida por “Hasta Pública de Entrecampos”, que permitiu um encaixe de duzentos, vírgula setenta e três vírgula nove milhões de euros, oitenta e cinco, vírgula e cinco milhões de euros acima do que se previa inicialmente. -----

----- Ora, este encaixe adicional de oitenta e cinco, vírgula cinco milhões de euros permitiria um maior investimento por parte do Executivo, no campo das políticas de habitação, nomeadamente no âmbito do “Programa Renda Acessível”, que neste orçamento contempla quinze operações, algumas das quais já lançadas, estando previstos seis mil novos fogos. -----

----- Contudo, políticas de habitação Senhor Vereador, requerem fiscalização, monitorização, mas também um melhor acompanhamento das famílias que se encontram ao abrigo deste programa nos diversos bairros municipais. -----

----- Como pode um casal com dois filhos, ou um que seja viver num T1 ou num T0? -

----- Na Reunião de Câmara de quinta-feira passada, a proposta relativa ao “Programa de Renda Acessível”, de Benfica e de Marvila, não foi e bem, julgamos nós, aprovada.

----- Isto porque este Executivo acha que “consegue atirar areia” para os olhos dos lisboetas, quando anuncia a construção de mais trezentos e quatorze fogos, para atribuir no âmbito deste programa. -----

----- O que não é tão publicitado, é a intenção de encaixotar quatorze fogos por andar, num edifício de vinte e três andares, fazendo lembrar o estilo seguido na ex-União Soviética. -----

----- Noutra perspetiva da receita, vimos a duplicação da taxa municipal turística de dormidas, que prevê um encaixe de trinta e seis milhões de euros, como uma forma de melhorar a qualidade de vida de quem cá vive e trabalha. -----

----- Isto se a receita arrecadada com a sua implementação for corretamente direcionada. -----

----- Questionamos portanto, Senhor Vereador, de que modo prevê utilizar estas verbas? -----

----- Pretende manter a sua gestão nas mãos de associações privadas, designadamente a Associação de Turismo, e a Associação de Hoteleiros? -----

----- Por outro lado, intriga-nos a previsão do aumento de vinte e dois milhões de euros face a 2018, de receitas provenientes do turismo, na medida em que tem vindo a ser aprovadas nesta Assembleia, uma série de medidas que visam condicionar o alojamento local, em Freguesias na zona histórica. -----

----- Considerando que nestas Freguesias o número de alojamentos não aumentará, será que o Executivo prevê uma espécie de êxodo de turistas para as Freguesias periféricas?

----- Se é esse o caso, de que forma as receitas da taxa turística poderão atenuar o seu impacto nas mesmas? -----

----- Resta ainda saber se a receita proveniente do turismo continuará a ser aplicada em áreas que não estão associadas a esta atividade económica, porque no nosso entender esta taxa deve ser essencialmente aplicada de forma a minimizar os impactos negativos do turismo, ou seja, na higiene urbana, na segurança e na mobilidade, que está catastrófica, que como ficou patente no debate por nós proposto, demonstram ser as áreas mais fragilizadas, como consequência do crescimento turístico. -----

----- No que diz respeito, à despesa, verifica-se que relativamente, ao ano transato há um aumento de três milhões de euros para despesas com o pessoal, concretizados na contratação de mais cento e cinquenta e seis trabalhadores, cento e quarenta e dois, dos quais técnicos superiores. -----

----- Isto reflete um investimento por parte da Câmara na melhoria dos seus serviços, quer através da abertura de procedimentos concursais, quer na integração de trabalhadores sem vínculo adequado ao Município através do PREVPAP. -----

----- No entanto, verificamos que na categoria de assistentes operacionais, prevê-se apenas o aumento de vinte e três trabalhadores, face a 2018. -----

----- Questionamos Senhor Vereador, se considera que as lacunas cada vez mais evidentes na higiene urbana poderão ser supridas por um aumento tão residual nesta equipa, já para não falar na diminuição de dezassete trabalhadores na categoria de encarregados operacionais. -----

----- O reforço da frota, com a aquisição de trinta viaturas, é sem dúvida imprescindível para a árdua missão que se tornou manter a cidade de Lisboa limpa, mas sem assistentes técnicos suficientes, o Senhor Vereador está a tornar a sua missão impossível. -----

----- Ainda a este propósito, suscitou-nos curiosidade a alínea i) do ponto dezassete da rubrica A4 do eixo A das GOPIS, que refere a criação dos Serviços Municipalizados de Higiene Urbana. -----

----- Será este o mote para a criação de uma empresa municipal de higiene urbana? ----

----- Continuando na *senda* da despesa, prevê-se ainda para 2019 um aumento de 143% em subsídios para as empresas municipais, sob forma de contratos-programas.-----

----- O Executivo ostenta orgulhosamente o equilíbrio das contas das empresas municipais, mas qualquer empresa alcançaria o feito, se visse anualmente sustentada por subsídios, só à Carris serão concedidos cento e quarenta e dois milhões de euros, e a SRU verá o seu subsídio duplicar para os trinta milhões de euros. -----

----- Não poderíamos de deixar de reforçar hoje, a nossa posição relativamente ao alargamento do objeto das empresas municipais no âmbito das suas competências, e consequente esvaziamento dos Pelouros análogos. -----

----- Veja-se bem que agora até a EMEL poderá vir a intervir no espaço público. -----

----- Contata-se ainda a intenção de aumentar a despesa de capital dos duzentos e setenta e oito, vírgula quatro milhões de euros, para os quinhentos e seis milhões de euros, correspondendo a um aumento de duzentos e vinte e sete, vírgula e seis milhões de euros. -----

----- Os documentos apresentados discriminam como parte dessa despesa a passagem para propriedade plena do Município do *Hub* do Beato, que representa um investimento de vinte, vírgula três milhões de euros, ao qual acresce um investimento de três milhões de euros para a realização do *Web Summit* que muito louvamos por reconhecermos o retorno financeiro, e o impacto positivo na economia local e nacional.-----

----- Contudo, também é referido que parte da despesa de capital servirá como complemento da reserva de contingência, no valor de quarenta e dois milhões de euros.

----- Gostaríamos de saber, no entanto para que é necessário uma reserva de contingência na ordem dos centos e vinte e quatro milhões de euros para 2019? -----

----- Será para investir? Ou para reduzir a dívida? -----

----- Ainda sobre esta matéria, e considerando que amortizar a dívida do Município poderá significar uma garantia de investimento no futuro, serão sessenta e sete, vírgula um milhões de euros suficientes? -----

----- De que serve uma reserva de contingência tão avultada quando existi dívida para amortizar. -----

----- Caros Colegas, para terminar a análise do orçamento, deixaremos aqui três, notas evidenciadas na nota de abertura do documento em apreciação.-----

----- A primeira diz respeito à distinção “Lisboa como Capital Europeia Verde 2020”, que muito nos agrada, por nos revermos nos princípios promovidos por iniciativas desta natureza. -----

----- Seguimos para a mobilidade, para o reforço da frota da Carris, mas também para o investimento no plano de acessibilidades pedonal e ciclável, consideramos a aquisição de novos autocarros, obviamente necessária para a melhoria do serviço prestado aos lisboetas. -----

----- No entanto o investimento concedido pelo Município tem que ter um retorno que seja vantajoso para o mesmo, na medida que desde o início deste processo, suspeitamos que a passagem da Carris para a esfera municipal iria comprometer a situação financeira do Município, e parece que não estávamos longe da verdade, caso contrário o Município não teria que aditar sucessivamente verbas aos contratos de concessão que para 2019, prevê um reforço de vinte e nove milhões de euros.-----

----- Já o plano de acessibilidades pedonal e ciclável viu-se contemplado com uma extensão de quarenta quilómetros há rede existente.-----

----- Ficamos então à espera, que a EMEL cumpra o prometido, reforçando a rede de bicicletas partilhadas, sob pena de vermos estes quarenta quilómetros dispensados de utilidade.-----

----- Como última nota, destacamos o plano geral de drenagem que tem sido desde sempre alvo da nossa preocupação, e que neste orçamento previa um investimento, de trinta e um, vírgula um milhões de euros, para entre outras medidas, obras de construção de túneis e reforço da rede de colectores.-----

----- Considerando o longo e penoso historial deste processo, que leva já mais de dez anos nesta Câmara, ficamos surpreendidos perante as notícias que anunciavam por parte do júri a não aprovação da proposta para adjudicar a construção dos dois túneis previstos, sobre o argumento de que a maioria das propostas apresentava valor superior ao preço base.-----

----- Meus Senhores, debrucemo-nos por último para o plano plurianual de investimentos.-----

----- Mais uma vez, os direitos sociais são o parente pobre das Direções neste Executivo.-----

----- Se no ano transato considerávamos que o investimento previsto para esta área já era diminuto dada a sua importância, este ano somos confrontados com valor ainda mais baixo, menos três vírgula e oito milhões de euros.-----

----- Já Direção Municipal de Higiene Urbana, também viu o seu investimento ser reduzido, o que se justifica pelo facto de algumas das suas competências terem sido transferidas para as Juntas, mas ainda assim este valor supera o atribuído aos Direitos Sociais.-----

----- Numa cidade com desigualdades sociais cada vez mais evidentes, em parte devido ao fenómeno de crescente turismo e aumento de preços na cidade de Lisboa, não se compreende que o Executivo não demonstre interesse no combate ao aumento do número de sem-abrigos e à diminuição da qualidade de vida e acesso a bens essenciais dos seus cidadãos.-----

----- Torna-se clara uma preferência em dotar determinados serviços camarários em detrimento de outros, como é o caso dos Direitos Sociais.-----

----- E não colocamos em causa a importância da higiene urbana, Senhor Vereador, mas se este investimento se traduzisse em eficácia.-----

----- Terminada a análise do orçamento eis-nos perante as grandes opções do plano para o quadriénio 2019 a 2022.-----

----- Num pequeno parêntese, gostaríamos de agradecer ao Executivo o facto de nos presentear com um documento, em tudo semelhante ao do ano transato.-----

----- Se por um lado facilita, por outro entretém, já que se afigura aos nossos olhos como um jogo do tipo “descubra a diferenças”, ou até mesmo um jogo de atenção para que se identifiquem programas já concretizados, mas anunciados na mesma para 2019, como é o caso da construção das Escadinhas da Mouraria de acesso à colina do Castelo.

----- Começemos então pelo Eixo A, o de maior dotação global do plano plurianual de investimentos.-----

----- Gostaríamos neste Eixo de referir a rubrica A6, “Cidade Segura”, que se destaca por lhe ser atribuído um menor valor de investimento.-----

----- Numa cidade com uma afluência crescente de turistas, e sendo o tema da segurança pertinente, a ponto de ter sido alvo de debate nesta Assembleia, julgamos imprudente esta rubrica ser dotada de apenas de seis milhões de euros, principalmente quando confrontados com a construção de um novo quartel para o Regimento de Sapadores Bombeiros em Chelas, depois da demolição do Quartel em Benfica, que custou ao Município, doze milhões de euros para viabilizar a expansão do Hospital da Luz.-----

----- Relativamente ao Eixo B, “Combater as Exclusões, definir direitos”, destacamos a rubrica B2, a de maior dotação neste Eixo e onde é possível perceber que o Município pretende investir vinte, vírgula cinco milhões de euros, dos quais cinco, vírgula cinco milhões de euros para manuais escolares.-----

----- Ora se o Estado assumiu para 2019 a gratuitidade dos manuais escolares, do 1º ao 12º anos de escolaridade, seria de esperar que o investimento em manuais escolares diminuísse, e o que vemos é um aumento de um, vírgula cinco milhões de euros, relativamente a 2018 que gostaríamos de ver esclarecido.-----

----- Por último, gostaríamos de salientar no Eixo D, “Afirmar Lisboa como cidade global”, a conclusão da nova Feira Popular em Carnide, que prevê um orçamento de cinco, vírgula sete milhões de euros será que a venda dos terrenos de Entrecampos, quebrou o enguiço da Feira Popular, e 2019 será o ano em que veremos por fim o desfecho deste processo?-----

----- Para finalizar, reiteramos as lacunas que temos vindo a constatar nos documentos apresentados por este Executivo, designadamente no quadro respeitante ao Plano Anual de Atividades, que mais uma vez não permite uma análise política objetiva, por não enquadrar os projetos vertidos no orçamento.-----

----- Caros Colegas, apesar do Partido da Terra concordar com muitas das medidas elencadas nas grandes operações do plano, a verdade é que muitas têm uma taxa de execução muito abaixo do desejável.-----

----- Concluimos como iniciamos esta intervenção.-----

----- Este é realmente o orçamento, o mais ambicioso de sempre, porém ficamos apreensivos pelo facto de se traduzir num manual de meras intenções, em sequência da incapacidade de concretização por parte do Executivo, que tem vindo a perder as suas competências para as Empresas Municipais.-----

----- Por tudo isto, não poderemos acompanhar favoravelmente a proposta em apreciação.-----

----- Muito obrigada.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada Senhora Deputada.-----

----- Senhores Deputados, antes da Senhora Deputada usar da palavra a Senhora Deputada Inês Sousa Real tinha pedido a palavra para responder à intervenção do Senhor Vereador Manuel Grilo, eu não vi o pedido de palavra, portanto, se não se importam vou dar agora a palavra à Senhora Deputada Inês Sousa Real, que devia ter sido antes, mas eu não vi.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Inês Sousa Real (PAN)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada Senhora Presidente.-----

----- Só para esclarecer dois aspetos, desde logo à questão do *Housing First*, nós conhecemos de facto de quem está no terreno, as preocupações de quem está no terreno, foram ouvidos precisamente para esta proposta do reforço do número de habitações para retirar as pessoas da rua. -----

----- O ano passado, em 2018 o orçamento previa uma verba de um milhão de euros, que vemos descer em cerca de mais de 75%, para duzentos e sessenta dois mil euros, e portanto, se de facto que está no terreno nos diz que com cerca de trezentas habitações podíamos tirar as pessoas da rua, se isto não deve ser uma prioridade, espanta-nos muito, que o Bloco não acompanhe o PAN nesta matéria, e nesta decisão aqui proposta.

----- Em relação à questão das refeições escolares, Senhor Vereador, com todo o respeito que me merece, acho que deve viver numa realidade paralela ao ter ouvido isso, numa realidade paralela, porque de facto, nunca elogiámos aqui a questão das refeições escolares.-----

----- Uma coisa é acompanharmos algumas medidas que podem de facto melhorar e devem melhorar a qualidade das refeições escolares, o que o PAN vem aqui propor é a presença de um nutricionista, que mais uma vez também não compreendemos como é que o Bloco, precisamente com esse Pelouro, não nos acompanha nesta matéria. -----

----- Muito obrigada.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada Senhora Deputada.-----

----- Vamos então prosseguir com a lista das inscrições.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra anunciou o seguinte: -----

----- “Senhor Deputado Luís Newton do PSD.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Temos agora um conjunto de inscrições todas do PSD.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Luís Newton (PSD)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhora Presidente, restantes Membros da Mesa, Senhoras e Senhores Deputados, Senhores Vereadores. -----

----- Eu quero começar por dizer, que esta ausência do Presidente da Câmara, e do próprio Executivo é um desrespeito por esta Casa, e que é promovido pela maioria Partido Socialista, Bloco de Esquerda que governa esta cidade. -----

----- Porque se vocês, não promovem este desrespeito, então usem a vossa maioria para suspender os trabalhos. -----

----- Não!?

----- São vocês que promovem este desrespeito, são vocês!” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhor Deputado, desculpe mas eu nem sequer percebi o que o Senhor está a dizer, não se importa de repetir, porque quem suspende os trabalhos é a Mesa!-----

----- Peço desculpa que esclareça lá isso, o que o Senhor Deputado está a pedir.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Luís Newton (PSD)**, no uso da palavra fez a seguinte interpelação à Mesa: -----

----- “Senhora Presidente, eu agradecia que não interrompesse a minha intervenção, hoje estou a ter uma intervenção política, e agradecia que a Mesa não usasse dessa prerrogativa para interromper a minha intervenção política.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Peço desculpa, é que não a percebi, peço desculpa, mas... calou-me já.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Luís Newton (PSD)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “É muito simples Senhora Presidente, limitou-me a dizer há uma maioria nesta sala que pode interpelar a Mesa para fazer a suspensão dos trabalhos, Senhora Presidente. -----

----- E não o fez! -----

----- E é isto que estamos a ter neste momento, Senhora Presidente. -----

----- E por isso, é esta maioria que promove este desrespeito por esta mesmíssima casa. -----

----- Depois, também não vejo Vereadores do Partido Socialista! -----

----- O Deputado do Bloco, não há PS mais, é PS menos, ou inexistência do PS, aliás, eu vejo uma maioria que me agrada, na Vereação aqui representada. -----

----- Vejo uma maioria de respeito por esta Casa, na Vereação aqui representada. -----

----- Vejo uma maioria que apesar de não ser maioria no Executivo Municipal, é maioria suficiente para respeitar a Casa dos Representantes dos lisboetas, e de vir cá ouvir aquilo com o qual inclusivamente não concorda, mas respeita. -----

----- Depois, eu vejo o Deputado Ricardo Moreira aqui a falar, e lembro-me de ver há uns anos atrás um jovem Deputado também do Bloco, também Ricardo a criticar as medidas do PSD e CDS, eu espero que as semelhanças gritantes entre estes dois

Ricardos não levem o Bloco de Esquerda a escolhê-lo para Vereador, Senhor Deputado.-----

----- E olhe, se o Bloco de Esquerda o vir a escolher para Vereador, deixo-lhe um conselho, não se vá meter em negócios imobiliários, é que se o fizer Senhor Deputado, lá está, corre o risco de largar esses ideais do Bloco que várias vezes aqui acabam por cair perante a realidade da vida.-----

----- Eu quero também dizer, Senhor Presidente e Senhores Deputados que estamos perante umas GOPIS no mínimo poéticas.-----

----- Por um lado um orçamento que é uma prosa aos números, Senhor Vereador, e que pretende suportar um plano de atividades que vive numa dicotomia algo esquizofrénica, entre aquilo que o PS escreve, como gostaria que fosse a cidade de Lisboa, e a dura realidade da cidade que está abandonada pelo seu Executivo Municipal.-----

----- E por isso, onde divergimos?-----

----- Divergimos no facto de existir uma diferença substancial entre um PSD que hoje o Senhor Vereador como há sete anos atrás o fizemos, pretendemos promover uma nova redução da carga fiscal sobre os lisboetas, e um Partido Socialista que quer continuar a sugar os rendimentos aos lisboetas.-----

----- Uma diferença substancial entre um PSD que quer ver diminuída a derrama que pesa nas finanças das empresas lisboetas, e um PS que quer continuar a sugar essa produtividade do nosso tecido empresarial, aliás, fonte principal do mapa de emprego na cidade que tão orgulhosamente veio aqui apresentar, e mostrou contentamento por um resultado de um trabalho que é dos privados, Senhor Vereador.-----

----- E que o Senhor como um “tio Patinhas”, que quer a riqueza gerada pelos capitalistas, e pelo crescimento do emprego e o grande capital tem proporcionado em Lisboa, aparece para recolher, essa também é uma grande diferença, Senhor Vereador.

----- Outra diferença, substancial entre um PSD que propõe há três anos uma revisão profunda de um Regulamento de Taxas, desadequado, e um PS que se limita a reconhecer essa desadequação e a nada fazer.-----

----- Uma diferença substancial na preparação de uma taxa a aplicar em Lisboa, onde o PSD quer começar por evitar sobretaxar os lisboetas, e um Partido Socialista que só sabe olhar para o Seixal, para a Amora ou para Cascais, e não olha para Roma, ou Paris, não fazendo o seu trabalho de casa, e taxando desnecessariamente os lisboetas. -

----- Uma diferença substancial entre um PSD que olha com equidade para os lisboetas, e não discrimina entre as crianças que frequentam o ensino público, e as que frequentam o ensino privado, e um PS, que considera as crianças que frequentam um ensino privado como não merecedoras de qualquer tratamento equitativo.-----

----- Uma diferença substancial entre um PSD que apoia a agilização e a dinamização do crescimento da cidade, e até da própria intervenção da Câmara no tecido urbano, mas, sujeita ao rigoroso escrutínio dos representantes dos lisboetas, esta Assembleia.--

----- E um PS, que acha que isso da Assembleia fiscalizar é uma maçada, e que entende que mais vale pôr empresas públicas a tratar de tudo, em suma, divergimos profundamente em política fiscal, um dos principais regulamentos para a gestão da

cidade, da não preparação das matérias de isenção de taxas para os lisboetas, em proteger os lisboetas, e em assegurar essas salvaguardas.-----

----- Na falta de equidade, junto da população que servimos ao discriminar crianças do público e crianças do privado, porém, com uma visão de gestão da coisa pública, em que privatizar a intervenção urbana na cidade em prejuízo do escrutínio público desta Assembleia é no entanto um grande apanágio do Partido Socialista.-----

----- Divergimos, e votaremos orgulhosamente contra!” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhor Deputado Luís Newton.-----

----- O Senhor Deputado Luís Newton, aqui no início da sua intervenção disse “*que a maioria podia suspender os trabalhos, ou deveria suspender os trabalhos, enquanto não está presente o Senhor Presidente.*” -----

----- É evidente que a responsabilidade de garantir a legalidade do que se passa nestas Sessões é da Mesa, nós temos bem consciência que o Senhor Vereador João Paulo Saraiva está aqui com competências delegadas pelo Senhor Presidente como seu substituto legal, nos termos da Lei, e portanto, se o Senhor Presidente quando não está, pode delegar a sua presença no Senhor Vereador João Paulo Saraiva, o Senhor Deputado poderá fazer as acusações políticas que entender, mas a Mesa tem o dever também de se fazer respeitar.-----

----- E portanto, se eu entendesse e nós entendêssemos na Mesa, que não estávamos em condições legais em continuar estes trabalhos, naturalmente seríamos os primeiros a suspender. -----

----- E é isso, que o Senhor Deputado tem de compreender, esse é o papel da Mesa, foi por isso que eu o interrompi, não foi para estragar o efeito do seu discurso, pode ter a certeza disso.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Luís Newton (PSD)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhora Presidente, eu quero começar por agradecer o facto de relevar ao ponto de ter necessariamente que intervir, após a minha intervenção, e procurar defender aqui aquela que é inevitavelmente a honra de um partido do qual a Senhora também não pertence, que é o Partido Socialista. -----

----- Eles não estão cá!-----

----- O meu debate e a minha acusação foi política não foi legal, isto é uma vergonha, Senhora Presidente! -----

----- Uma vergonha!-----

----- E é inadmissível que em momento algum uma maioria qualquer no principal documento de discussão da cidade de Lisboa, não tenha cá o Presidente da Câmara. ---

----- Sim, Senhora Presidente, ele pode delegar, ele pode delegar! -----

----- Ele também poderia, Senhora Presidente delegar a gestão da cidade ao PSD e ao CDS, que nós certamente estaríamos cá a fazer melhor trabalho.-----

----- Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhor Deputado, muito obrigada, não foi uma interpelação à Mesa, mas muito obrigada naturalmente. -----

----- O Senhor Deputado José Leitão está a pedir a palavra para? -----

----- Para um protesto. -----

----- O Senhor Deputado José Leitão fará o seu protesto.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal José Leitão (PS)**, no uso da palavra fez a seguinte protesto à Mesa: -----

----- “Eu protesto mais este número do Senhor Deputado Luís Newton, que muito bem sabe que todos os Vereadores que constituem a maioria foram Eleitos nas listas do Partido Socialista, portanto, qualquer Vereador que aqui está que foi Eleito nas listas do Partido Socialista representa, também nos representa, representa o Partido Socialista perfeitamente.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada Senhor Deputado.-----

----- Contraprotesto Senhor Deputado Luís Newton?-----

----- E a Câmara pede a palavra para?-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Luís Newton (PSD)**, no uso da palavra fez o seguinte contraprotesto à Mesa: -----

----- “Senhora Presidente é muito simples eu quero protestar não estar cá o Presidente da Câmara, é só. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Já está registado o seu protesto, tomámos devida nota.-----

----- O Senhor Vereador João Paulo Saraiva pede a palavra também para protestar, faz favor.”-----

----- **O Senhor Vereador João Paulo Saraiva**, no uso da palavra, fez o seguinte protesto à Mesa: -----

----- “Eu quero protestar Senhora Presidente, porque esta memória seletiva do PSD é interessante. -----

----- Porque é que hoje o Senhor Presidente teve dificuldade de aqui estar? -----

----- Porque esta matéria já podia ter cá vindo numa Sessão normal, que foi a última Sessão da Assembleia. -----

----- E porque é que veio aqui hoje? -----

----- Porque o Senhores Vereadores do seu partido se opuseram a que fosse discutida esta mesma matéria no dia treze, de forma a que pudesse vir aqui a esta Assembleia, e portanto como não foi possível alterar duas linhas, porque não conseguiam, mas teria disponibilidade para vir, e não veio, não veio, não veio, mas tinha disponibilidade para vir e hoje é que era mais difícil de vir, peço desculpa.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada Senhores Deputados. -----

----- Penso que pudemos considerar encerrada esta questão. -----

----- E vamos prosseguir com a lista das inscrições.” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra anunciou o seguinte: -----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado Rodrigo Mello Gonçalves do PSD.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Rodrigo Mello Gonçalves (PSD)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Senhores Deputados Municipais. -----

----- Discutimos hoje, ainda com a ausência do Senhor Presidente da Câmara, o plano e o orçamento para a cidade de Lisboa, para o ano de 2019.-----

----- Em relação a esse plano e orçamento, eu tenho duas questões muito concretas que gostava de colocar à Câmara, na esperança de hoje ter respostas da Câmara, coisa que não é muito habitual nesta Assembleia. -----

----- O primeiro ponto prende-se com o Plano Geral de Drenagem de Lisboa. -----

----- Foi um plano elaborado em 2006, pelo Executivo PSD-CDS, aprovado em 2008 já pelo um Executivo Socialista, e que depois ficou não se sabe bem aonde. -----

----- Em julho de 2015 foi novamente apresentado o Plano Geral de Drenagem por Fernando Medina na altura, com direito a reportagem na RTP e a dizer passo a citar “*o investimento do futuro.*” -----

----- Em dezembro de 2015 a Câmara aprova a versão final. -----

----- Entretanto o coordenador geral do plano, em julho de 2015 dizia “*que a obra iria começar no segundo semestre de 2016, para estar concluída em 2019.*” -----

----- Entretanto o tempo passa, e obra nada! -----

----- Só em abril de 2017, a Câmara de Lisboa pede a declaração de impacto ambiental, e em novembro de 2017 lança o concurso, concurso, esse que agora vai ser anulado. --

----- A proposta que vai a Reunião de Câmara amanhã, se mantiverem o agendamento prevê o lançamento de um novo concurso. -----

----- Ora, o orçamento que a Câmara apresenta aqui hoje, na parte do Plano Geral de Drenagem, tem inscritos trinta e um vírgula um milhões de euros, a proposta que a Câmara leva a Reunião de Câmara amanhã, tem no Plano de Drenagem para 2019, vinte e três milhões trezentos e vinte mil euros. -----

----- Temos aqui uma diferença de oito milhões de euros, Senhor Vereador. -----

----- A primeira pergunta é qual é a razão desta diferença? -----

----- Porque se formos ver o histórico, temos do orçamento de 2017, onde o Plano de Drenagem tinha dezassete, vírgula dois milhões de euros, no Relatório de Execução, página cento e trinta e oito, pode-se ler, “*no Plano de Drenagem de Lisboa, houve uma execução de um, vírgula seis milhões de euros*”, no orçamento de 2018 tinha inscrito trinta e quatro, vírgula cinco milhões de euros, esperamos para ver qual é a taxa de execução de 2018. -----

----- E no orçamento de 2019, temos agora trinta e um, ponto, um. -----

----- Ao fim de onze anos, desde a aprovação do plano anuncia-se o concurso. -----

----- Podemos mesmo dizer, que foram dez anos com a “*Câmara a meter água*”, ou foram dez anos a “*deixar Lisboa de molho*” cada vez que havia chuvadas fortes.-----

----- Vai ou não a Câmara avançar com este projeto estruturante e fundamental para a cidade? -----

----- É que se for para continuar sem nada fazer, mais vale então pegar em parte desta dotação e lançar um novo concurso, mas desta feita para a aquisição de gôndolas para os lisboetas poderem andar em Lisboa no inverno. -----

----- Senhora Presidente e Senhores Deputados, a segunda questão, que eu gostaria de colocar à Câmara, prende-se com o que vem referido na página vinte e um, do orçamento.-----

----- E passo a citar “*O PRA Programa de Intervenção no Edificado Disperso Municipal, dá continuidade à reabilitação deste património, permitindo o lançamento de bolsas de habitação em diferentes pontos da cidade, tal como feito nos últimos anos.*” -----

----- Património, disperso este que ninguém conhece, apesar dos sucessivos pedidos das oposições na Câmara e nesta Casa, a Assembleia não disponibiliza a informação, e ela existe! -----

----- Porque na Informação Escrita do Presidente, do período de 1 de junho a 31 de agosto deste ano, pode-se ler na Direção Municipal de Habitação e Desenvolvimento Local o seguinte: “*Plano de intervenção edificado disperso, foi documentado e apresentada superiormente a sistematização de todo o património habitacional municipal e edificado disperso como uma proposta de estratégia de intervenção nos mesmos, com a identificação da sua atual situação para decisão do Executivo quanto ao seu destino.*”-----

----- Portanto, os serviços da Câmara fizeram a informação, ela estará pelo que vem na Informação do Senhor Presidente, com o Executivo, por que razão é que continuam a não divulgar essa listagem?-----

----- Por que razão não dizem qual é o património municipal disperso, e o seu respetivo estado de conservação?-----

----- Porque isso é uma matéria estruturante em matéria de habitação, habitação, essa que é um dos problemas fundamentais desta cidade, ou, e aí, eu terei a compreender a posição da Câmara. -----

----- Os Senhores Vereadores, neste caso do Partido Socialista têm medo que ao divulgarem esta informação com as casas que estão desocupadas, têm medo que no dia seguinte estejam ocupadas pelo Bloco de Esquerda.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada Senhor Deputado, vamos prosseguir.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra anunciou o seguinte: -----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado António Prôa do PSD.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal António Prôa (PSD)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Vereadores. -----

----- Senhora Presidente, eu começo por insistir numa referência que o Senhor Deputado Luís Newton já fez, mas que me parece que deve merecer a reflexão de todos. -----

----- Trata-se da ausência do Senhor Presidente da Câmara nesta Sessão. -----

----- O documento que nós hoje estamos a discutir, e que foi trabalhado durante muitas Sessões, com a presença dos Senhores Vereadores, como é sua obrigação nesta Assembleia, tem hoje a sua discussão e votação final. -----

----- É um momento importante para esta Assembleia, e é um momento importante para a cidade, e é por isso o momento, ou devia ser um momento fundamental para o Executivo Municipal. -----

----- Ninguém concebe partidaritos à parte, ninguém concebe que o Presidente da Câmara quem lidera o Executivo não esteja aqui hoje a dar a cara, a defender este documento que é fundamental para a sua gestão. -----

----- E por isso, eu queria apelar Senhora Presidente, gostava naturalmente que os partidos em geral, e em particular o Partido Socialista, que apoia o Senhor Presidente da Câmara, pudesse fazer uma reflexão sobre o papel, e a importância, a relevância desta Assembleia, mas também sobre a dignidade desta Assembleia, e à Senhora Presidente queria também pedir que como rosto principal desta Casa, pudesse fazer mais pela obrigação de respeito que esta Casa merece. -----

----- E não me parece que seja respeitar esta instituição a ausência do Senhor Presidente, e a ausência de vários dos Senhores Vereadores, saúdo-os os presentes, mas lamento muito que os que não estão cá não assumam esse seu papel de respeito para com os representantes dos cidadãos. -----

----- Isto pode parecer útil no debate e no combate político agora, mas isto tem consequências a prazo, e este é um precedente que eu acho que nenhum Eleito nesta Casa deve admitir, em nome do respeito de nós próprios, mas também daqueles que se seguirão a nós na representação dos cidadãos nesta Casa. -----

----- Eu já estive na Assembleia Municipal, já estive na Câmara, como Vereador na oposição, com Pelouros, já regresssei aqui, e sempre procurei e quem me conhece há mais anos sempre procurei respeitar esta Casa, e acho que é assim que deve ser, em nome da saúde da democracia na cidade de Lisboa, e por isso peço reflexão sobre esta questão, não pela situação de hoje, mas pelo seu significado. -----

----- Senhora Presidente, queria fazer também e agora referências ao documento que estamos hoje a discutir. -----

----- Começando naturalmente, por me referir à intervenção do Senhor Vereador que aqui hoje representa legalmente a Câmara, e com galhardia, não gosto do estilo, mas também sabe que não gosto do estilo, mas é o seu. -----

----- Mas ainda assim, Senhor Vereador, neste momento que apresenta um documento que é um documento de números e de propostas e também de desafios e de

compromissos, mas também de números, julgo que era sua obrigação, ser mais rigoroso, na apresentação desta proposta.-----

----- Bem sei que é o seu estilo, mas o Senhor Vereador hoje está aqui como Vereador das Finanças, e não como Vereador da propaganda, e esteve mais na sua intervenção como Vereador da propaganda e muito menos, de menos como Vereador das Finanças, que na minha opinião devia ter outra postura, mas essa é a sua, não concordo com ela.

----- Mas há coisas que não podem passar em claro Senhor Vereador.-----

----- Bom, a primeira das quais para tentar arrumar a conversa do que aconteceu há dez anos, e do que aconteceu no governo anterior, sejamos claros, este não é um debate de campanha eleitoral, este é um debate sobre a vossa proposta é isso que nós estamos aqui a fazer hoje. -----

----- Estamos a apreciar e a julgar a proposta e a vossa atividade, noutros momentos julgámos o desempenho de outras maiorias e foram julgadas com o resultado que democraticamente deve ser respeitado, e portanto, eu acho que ninguém ganha, e sobretudo os lisboetas não compreendem, que o Senhor Vereador, que os políticos em geral utilizem sistematicamente o recurso que à culpa que é dos outros, não! -----

----- O que estamos a fazer hoje é a analisar a vossa proposta, e também a analisar a vossa prestação recente, e era nisso que eu gostava que o Senhor Vereador fosse capaz de se centrar. -----

----- Mas quanto a rigor dizia eu, há duas ou três coisas que em nome desse mesmo rigor têm que ser ditas. -----

----- Em primeiro lugar, o IMI Senhor Vereador gosta de referir isso, há vários anos que o refere há tantos quantos aqueles em que é Vereador com a pasta das finanças, ainda assim há menos daqueles que eu tenho atividade autárquica em Lisboa, mas devo-lhe dizer Senhor Vereador que de facto é o IMI mais baixo porque é o mínimo no contexto na área metropolitana. -----

----- Mas vale a pena dizer Senhor Vereador em nome do rigor, que esse valor mínimo foi adquirido pela cidade, e já lá irei em torno de um consenso muito positivo que foi liderado do ponto de vista da maioria pelo Doutor António Costa, mas recorde-lhe em nome do rigor que a proposta em 2011 do Partido Socialista, para fixação da taxa do IMI não era zero trinta, era zero trinta e cinco, a vontade do Partido Socialista era que fosse zero trinta e cinco, e foi o PSD que numa negociação para um consenso em torno de matéria fiscal, impôs, e o termo é este, desculpe-me dizer-lhe mas é mesmo este, impõe que fosse zero trinta, tal como impôs uma outra coisa, impôs que fossem devolvidos aos lisboetas, dois ponto cinco por cento da receita do IRS, metade daquilo que a Lei permite. -----

----- Não foi uma iniciativa do Partido Socialista, mas o Partido Socialista concordou com ela, e este é o rigor, este é o rigor. -----

----- Mas também em nome do rigor, Senhor Vereador, Senhoras e Senhores Deputados, vale a pena dizer que quando o Senhor Vereador se refere aquele que tem sido a evolução fiscal do Município, quando fala em rigores esqueceu-se de falar da trapalhada da taxa turística no que diz respeito à taxa de chegadas, que foi uma teimosia do então Vereador hoje Presidente da Câmara, e que foi seguida pelo Senhor

Vereador, que apesar de todos, mas todos mesmo dizerem que não era exequível, que nunca seria cobrada, o Senhor Vereador insistiu em colocá-la, e isso não é rigor, propor e estimar uma receita que não se concretiza, saber que isso não se concretiza, porque é apenas uma teimosia, não é rigor.-----

----- Tal como não é rigor a taxa turística que o Senhor Vereador habilidosamente omitiu, o Senhor Vereador, e esta maioria insistiu durante dois anos em cobrar uma taxa de proteção civil sem o poder fazer, e a prova que não o podia fazer é que a Lei veio dizer e o Tribunal veio dizer que não o devia ter feito, e isso também não foi rigor.

----- Claro que agora têm a sorte do vosso lado e o resultado da venda do terreno de Entrecampos cobre estas imprecisões todas e estas faltas de rigor todas, ainda bem, e ainda bem e eu fico satisfeito por isso, era isso que eu também queria aqui dizer.-----

----- Queria aqui dizer que eu fico satisfeito quando o Município tem receitas avultadas, fico satisfeito porque sou lisboeta e porque gosto que Lisboa evolua e é preciso investimento, fico satisfeito com isso.-----

----- A propósito de há muitos anos atrás, vale a pena também quando queremos ser rigorosos, comparar aquilo que eram, as receitas há mais de dez anos atrás e as atuais, o IMT por exemplo, que é uma das principais receitas do Município, mas enfim, eu acho que nos temos que centrar é no presente, e relativamente ao presente, eu quero dizer sem problema nenhum, fico satisfeito quando há receitas para fazer investimentos na cidade.-----

----- E portanto, quando vejo obras concretizarem-se, fico satisfeito com elas, é o vosso programa, mas eu enquanto lisboeta, e enquanto Eleito fico satisfeito.-----

----- Mas fico preocupado quando com tanta disponibilidade financeira, continuo a ver ano após ano, não aproveitar essa disponibilidade financeira, e em concreto refiro-me um exemplo já foi dado de modo exaustivo e rigoroso pelo meu Colega Rodrigo Gonçalves, o Plano Geral de Drenagem, é o melhor exemplo daquilo que já devia estar feito, estava pronto, não havia dinheiro, agora há, já há dinheiro alguns anos, mas a Câmara nunca considerou que o Plano de Drenagem e a sua execução fosse uma prioridade para a cidade.-----

----- Começou finalmente a considerá-lo em 2015, mas o que é facto até hoje apesar da disponibilidade financeira de Plano de Drenagem temos muito pouco ou quase nada, um atraso portanto.-----

----- Mas temos mais atrasos que também já foram referidos.-----

----- Temos atrasos relativamente à Carris.-----

----- Eu ficarei satisfeito quando vir a Carris a servir melhor os lisboetas, fico, fico, agora não vale é anunciar aos lisboetas várias vezes que vamos ter cem novos autocarros até ao final do ano, e chegar ao final do ano e ter apenas quinze autocarros, isso não é rigor, e é também criar expectativas que depois não se cumprem.-----

----- Como fico incomodado quando verifico que a Feira Popular que já devia estar praticamente a ser inaugurada, está quase na mesma, está muito atrasada relativamente aquele que era o calendário proposto mesmo separando a feira propriamente dita do parque urbano, está muito atrasado e o Senhor Vereador sabe muito bem.-----

----- Como está atrasado o “MUDE”, muito atrasado a obra do “MUDE”.-----

----- Como estão atrasadas cronicamente diria eu as obras nas escolas, e quando o Senhor Vereador fala aqui do Programa “Escola Nova”, chamava-lhe a atenção para que de uma vez por todas conseguissem cumprir aqui também as expectativas que são criadas às famílias e aos alunos, quando são feitas obras evitando que elas se atrasem que se prolonguem de forma inadmissível a situação de ter alunos, centenas de alunos enfiados em contentores a terem aulas. -----

----- Eu dou-lhe um exemplo que foi recentemente trazido aqui, uma escola bem perto daqui, a Escola Teixeira de Pascoais, que tem os alunos em contentores a terem aulas há dois anos, e o que a Câmara lhe promete é que durante mais dois anos esses mesmos alunos, e outros que seguirão vão ter aulas em contentores, isso não é rigor, mas isso também não é respeito, e é isso que me preocupa, e é sobre isto que gostava que o Senhor Vereador hoje aqui também perdesse algum tempo.-----

----- E a propósito de escolas, Senhor Vereador, Senhoras e Senhores Deputados, não posso deixar de referir a questão dos Planos de Segurança e das Medidas de Autoproteção, na verdade, aliás, era essa a matéria que me traria aqui inicialmente na intenção que tinha de usar da palavra na discussão do orçamento. -----

----- Não acho admissível que depois da denúncia que todos nós tivemos conhecimento, e se me permitem também partidários à parte, não acho admissível que depois de fevereiro o problema ter sido denunciado, que depois em junho terem sido aprovadas aqui um conjunto de recomendações e a Câmara Municipal, não era o atual Senhor Vereador, era um outro ter assumido o compromisso, e aliás, é significativo que o Senhor Vereador do Bloco de Esquerda que se foi embora, assumiu, apesar de formalmente não ter a Proteção Civil, tinha a Educação e tinha sobretudo a responsabilidade de ser Vereador na cidade de Lisboa, e assumiu essa preocupação, e assumiu também um compromisso que em vinte e quatro escolas até ao final deste ano, as medidas de autoproteção estariam implementadas, foi isso que foi o compromisso da Câmara Municipal, e que logo no início do ano seria lançando um procedimento para serem preparadas as restantes medidas de autoproteção que faltam nas escolas de Lisboa, e que põem em causa a segurança do dia-a-dia da vida de milhares de estudantes da cidade.-----

----- E vejo a despreocupação com que esta Câmara trata este assunto, desde o início de outubro, que eu sendo Presidente da Comissão de Segurança, e depois em articulação com a Presidente da 7ª Comissão que tentamos obter informação da Câmara Municipal procurámos reunir com o Senhor Vereador, estava desde outubro estava marcada precisamente para hoje e não se realizou, porque se realizou esta Sessão Extraordinária, mas também estava comprometido por parte da Câmara que seria em setembro entregue um relatório sobre os desenvolvimentos desde junho até agora. -----

----- Não sabemos nada! Não é admissível que responsáveis pela gestão da cidade de Lisboa, não se importem que durante meses haja insegurança nas escolas da cidade, não tenham cumprido os vossos compromissos, e nem sequer deem nenhuma satisfação e nem sequer manifestem nenhuma preocupação “*por aí além*”, inclusivamente o Senhor Vereador da Educação fez questão de dizer “*que ele nem sequer tem nada a ver com a questão da Proteção Civil*” é outra coisa ele é Vereador, ou não é!? -----

----- Ele é responsável desta maioria ou não é!?-----

----- Não é sério fazer isso! -----

----- E digo em abono desta maioria, em abono desta maioria, que não é admissível que um Vereador, perdoem-me a expressão mas “sacuda a água do capote” com uma irresponsabilidade inadmissível, não é admissível.-----

----- E eu acho que esta questão da insegurança das escolas tem que ser uma prioridade.

----- Eu prometi, tive ocasião de dizer isto, eu não ficaria descansado tendo sabido do problema, enquanto o problema não estivesse resolvido, não tenho nas minhas mãos a possibilidade de o resolver, mas tenho voz, e como tenho voz não me calarei enquanto a Câmara não fizer aquilo que é a sua obrigação. -----

----- Há dez anos que existe uma Lei, há dez anos que existe uma Lei que não cumprida, não me interessa quem é que esteve na maioria, nunca coloquei a questão nesse plano, o Senhor Vereador do Bloco de Esquerda fez questão de colocar essa questão, eu nunca a coloquei, a minha questão é outra. -----

----- O problema tem que ser resolvido e tem que ser dado aqui um sinal de preocupação com esta questão.-----

----- Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Vereadores, já vou alongado na minha intervenção e por isso não irei dizer mais nada, queria apenas reforçar e deixar esta nota. -----

----- Gostava que hoje aqui a Câmara assumisse um compromisso e procurasse tanto quanto possível, não incumprir mais aquilo que foram os seus compromissos com os lisboetas, mas também com esta Assembleia, porque como iniciei a minha intervenção a ausência do Senhor Presidente da Câmara significa uma falta de respeito e desprestígio esta Casa, mas o incumprimento de compromissos apresentados nesta Casa perante os cidadãos também não contribui para o prestígio desta Casa e dos cidadão que nos representamos. -----

----- Muito obrigado Senhora Presidente.” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho,** no uso da palavra anunciou o seguinte: -----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado Francisco Rodrigues dos Santos do CDS.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhores Deputados, enquanto o Senhor Deputado Francisco Rodrigues dos Santos está a aproximar-se da tribuna, quero informar os Senhores Deputados que irei levar à próxima Conferência de Representantes a questão que foi aqui suscitada pelo PSD da presença do Senhor Presidente da Câmara nas Sessões, ele ou Vice-Presidente, e trataremos isso politicamente como se entender, mas tomarei essa iniciativa, porque também entendo que há aqui responsabilidades que têm que ser assumidas. -----

----- Uma interpelação à Mesa do Senhor Deputado Modesto Navarro.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Modesto Navarro (PCP),** no uso da palavra fez a seguinte interpelação:-----

----- “Não era só para lembrar que o primeiro a levantar a questão da não presença da Câmara e do Senhor Presidente da Câmara, fui eu Senhora Presidente. -----

----- Era só por isso.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhor Deputado Modesto Navarro tem toda a razão.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Modesto Navarro (PCP)**, no uso da palavra fez a seguinte interpelação:-----

----- “Lá estaremos para discutir o assunto, e para realmente responsabilizarmos a Câmara Municipal sobre esta ausência. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhor Deputado tem toda a razão, peço desculpa de não ter feito essa referência.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Francisco Rodrigues dos Santos (CDS-PP)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Retomando. -----

----- Senhora Presidente da Assembleia Municipal, Senhoras e Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados Municipais. -----

----- A primeira nota que o CDS gostaria de consignar nesta intervenção, é um voto de repúdio pela ausência do Senhor Presidente de Câmara, que configura no nosso entendimento um atentado ao prestígio e à credibilidade desta sede, mas não só, um esvaziamento de um Mandato popular que lhe foi conferido por todos os lisboetas que desta forma está a ser censurado e tratado de forma bastante leviana, com base naquilo que sabemos bem, porque já é típico deste nosso Presidente de Câmara Municipal, alguma teimosia que redundava nalguns tiques de “caudilho”. -----

----- Porque na verdade quando as regras são como Senhor Presidente de Câmara gosta e define está tudo certo, quando não são, faz lembrar aquelas crianças amuadas que não gostando do jogo sai com a bola debaixo do braço e marca falta e não está presente no debate democrático, fica-lhe mal, é feio, é grosseiro e é um desrespeito para todos os lisboetas. -----

----- Mas que fique aqui muito claro, como dizia Schopenhauer “*Nós sentimos a dor mas não sentimos a ausência*” do Senhor Presidente de Câmara. -----

----- E mais, como diria também um dramaturgo francês muito célebre Philippe Destouches “*Os ausentes nunca têm razão*”. -----

----- E eu sei que isto pode ser interpretado com alguma simpatia porque há uma união de facto nesta Câmara Municipal, e um dos unidos de facto está presente, mas enfim, a Câmara é um sistema “presencialista”, mesmo os Independentes, que Independentes permitam-me a expressão têm pouco ou rigorosamente nada, são Eleitos nas listas do Partido Socialista, e esta conversa já tivemos aqui algumas vezes, portanto, exigia-se que o Senhor Presidente de Câmara que estivesse presente, sem desprimor é uma figura que é muito cara, por quem eu tenho bastante respeito e admiração pessoal que é o Senhor Vereador João Paulo Saraiva, a quem não entenda isto como depreciação

peçoal, mas mais uma vez terei que dirigir a si estas críticas que o CDS vai fazer ao orçamento da Câmara Municipal.-----

----- Em primeiro lugar dizer que os dados preparatórios deste orçamento foram alternando entre passos de tartaruga e passos de lebre.-----

----- Passos de tartaruga porque eu considero, e esta é a opinião do CDS uma obscenidade, termos chegado à data da discussão do orçamento, que estava prevista para terça-feira e não ter sido dado a conhecer às forças políticas que escrutinam o papel da Câmara Municipal os dados da execução do orçamento corrente.-----

----- E eu gostaria de relembrar ao Senhor Vereador João Paulo Saraiva, que a quando da audição que solicitámos, o CDS, no seu gabinete na Câmara Municipal ao abrigo do estatuto do direito à oposição foi nos prometido que as contas semestrais seriam apresentadas a tempo e horas desta discussão, e a verdade é que isso não aconteceu.---

----- Tivemos apenas dois dias que são manifestamente insuficientes para aferir todos os padrões que nós consideramos necessários sobre este orçamento da Câmara Municipal.-----

----- E logo aqui se nota uma grande diferença entre o conceito definidor de critério, rigor, minúcia, exigência, que separa o CDS desta Câmara Municipal, de facto temos conceitos muito disparos, e de facto o incumprimento da Lei tem sempre que ser objeto de reparo e de repúdio por todas as forças políticas, não podemos permitir que o Executivo seja um estrangulador do órgão de fiscalização que é a Assembleia Municipal, ao arrepio de todos os deveres e princípios de transparência, mas também das regras da apresentação de contas que deviam nortear a ação da Câmara Municipal, e perante as quais está obrigada.-----

----- Depois dizer, que ainda fazendo jus a este chavão da transparência logo na primeira página das “Grandes Opções do Plano”, nós vemos uma frase de lapidar que diz “*esta é uma cidade que procura uma governação aberta e transparente.*”-----

----- Enfim, começemos por aí, se assim é, que garantias, gostávamos nós de conhecer, foram dadas aos compradores dos terrenos da antiga Feira Popular para fazer um investimento na casa dos trezentos milhões de euros, façam jus aquilo que anunciaram nas grandes opções do plano, porque em bom rigor, eu sei que a esquerda tem um complexo crónico com a economia privada, com os investidores, e ouvimos na Convenção do Bloco de Esquerda, a dizer “*que os empresários são todos “estúpidos”*” mas não são “estúpidos”, porque é muito mais difícil gerir o dinheiro próprio do que gerir o dinheiro dos outros “a lá Socialista”, então vejamos o seguinte.-----

----- Eu gostaria de lhe perguntar, porque sendo uma qualquer empresa tem que prestar contas aos seus acionistas, e uma empresa não investe trezentos milhões de euros nos terrenos se houver suspeitas quanto ao objeto de compra, de dúvidas legais e policiais.

----- Portanto, gostávamos em primeiro lugar de colocar esta questão, se foram prestadas pela Câmara Municipal alguns tipos de garantias.-----

----- Depois foram dados passos de lebre, ultrapassados os tartaruga, vamos à lebre.---

----- Enfim, a Câmara foi muito célere e “tiramoss-lhe o chapéu” aumentar as rubricas orçamentais para acomodar o acréscimo desta receita obtido em consequência desta mesma venda, caso assim não fosse o cenário era fácil de delinear, a Câmara começava

o ano a tributar e acabava o ano a pedir, saiu-lhe o euromilhões antecipado, um presente de Natal que bem pode agradecer. -----

----- E aqui quero dizer-lhe que tomámos muito boa nota de todas as considerações que estão em *sitas* no Relatório Semestral. -----

----- Um relatório que mesmo assim continua a ser ambíguo, inconclusivo em muitas matérias, eu diria até que é um relatório que “depois de o ser nunca o fora”, e eu já aí vou, já explico porquê. -----

----- Ora, nós vimos o seguinte, que no âmbito da despesa existia um aumento de cinquenta e dois milhões de euros, mas ainda assim, essa mesma execução está nos 35%, e refiro-me agora ao primeiro semestre do ano de 2018, são os dados que temos.

----- Na parte da receita nós vemos que houve uma redução da execução para a taxa de 48%, e gostaríamos de questionar este Executivo para perceber porque é que a receita teve uma *performance* abaixo daquilo que foi orçamentado. -----

----- E depois foram suscitadas algumas questões de relevo encontradas neste mesmo relatório. -----

----- Um relatório que deixe-me dizer-lhe é um fato absolutamente à medida, do carácter opaco e nebuloso, que normalmente costuma enquadrar estes orçamentos do Partido Socialista. -----

----- Porque depois diz “*que o valor de contas a receber é de noventa e sete vírgula dois milhões de euros*”, mas o saldo é negativo, porque depois há um valor de contas a pagar, que é de cento e setenta e nove, vírgula três milhões de euros, mas não está estudado o impacto nas contas semestrais, das confirmações diretas a terceiros se foram ou não realizadas, portanto temos aqui uns auditores que fizeram um parecer sobre este orçamento, que nem sequer se dignaram a perceber se aquelas contas são devidas, se não são, se estão confirmadas, ou se estes números são meramente fantasiosos. -----

----- Depois relativamente à previsão dos processos judiciais. -----

----- Ascendem a duzentos e setenta e cinco, vírgula quatro milhões de euros, portanto concluiu-se que é um elevado grau de julgamento que é feito pela Câmara Municipal, mas de acordo com os trabalhos que foram executados por esta auditoria, não se pode concluir ou não, se estão corretos, se não estão, há apenas aqui uma nuvem que nos leva a concluir que este valor pode não ser exato. -----

----- Bem, mas por último, eu queria deixar uma nota do seguinte. -----

----- Notamos que a receita cobrada líquida de 37% não foi executada, ou seja há duzentos e oito milhões de euros, que provém do saldo de gerência anterior que transitam para este exercício orçamental. -----

----- Bem e aqui, eu quero recapitular uma coisa que já tinha tido ocasião de lhe dizer.

----- Ao cidadão o Estado deve dar mais em troca daquilo que lhe pede, ou por outro lado, pedir menos em troca daquilo que está em condições de reciprocamente de lhe dar, portanto, eu já me parece que houve aqui um tipo de cativação na casa dos duzentos e oito milhões de euros, o que é caso para dizer, que os bons alunos aprendem com os bons mestres, à moda de Centeno, nós aqui em Lisboa somos todos João Paulo Saraiva. -----

----- Mas continuando, agora falando de impostos municipais, eu já tive ocasião também de o sublinhar, houve um aumento estima-se de cinquenta e cinco, vírgula, setenta e cinco por cento em 2019, o que perfaz um incremento de aproximadamente de sessenta milhões de euros. -----

----- Bem, mas o CDS deu-se ao trabalho de com base dos censos de 2011, perceber qual é o peso da carga fiscal da Câmara, do Município nas famílias lisboetas, porque tem sido *slogan* deste Executivo dizer “*que a Câmara é amiga dos munícipes e das famílias*”. -----

----- Bem, aqui percebe-se que em primeiro lugar o seguinte. -----

----- Que não há futuro económico e social, quando o problema principal não é o excesso de consumo privado, ao contrário daquilo que Vossas Excelências nos querem fazer crer, mas sim o excesso de consumo público, e a monstruosidade de despesas que não são executadas, mas cujo dinheiro é retirado às famílias. -----

----- E depois percebe-se que o peso em 2019 deste Município nas famílias é de mil oitocentos e quatro euros, eu repito, mil oitocentos e quatro euros, percebe-se desta maneira que o novo “BFF” (*Best Friend Forever*) dos lisboetas vai ter que ser o nosso amigo João Paulo Saraiva. -----

----- Porque tem enfim esta Câmara, um paternalismo e uma tentativa de imprimir um sentimento de posse sobre o dinheiro dos outros, de onde é que deve ser retirado, onde é que deve ser aplicado, de escolher em nome das pessoas que não respeitem essa mesma autonomia, o que me leva a questionar qual é que deve ser o conceito de amigo nos dias de hoje. -----

----- Porque quem têm amigos destes com certeza que não precisará de outro tipo de parcerias nem de cooperativas. -----

----- Ora e eu recorro a uma definição *Aristotélica* que diz “*que amigo é uma alma com dois corpos*”, mas na verdade, eu, isto leva-me até crer que os lisboetas dispensariam bem este corpo, este peso pesado que é a Câmara Municipal no seu orçamento familiar, que os persegue que vai consigo para todo o lado e que consubstancia mais uma renda, mais uma mensalidade um valor de um empréstimo e juros são pagos altíssimos que é a má governação socialista na Câmara da cidade, incapaz de resolver os seus reais problemas. -----

----- E agora avançando, eu gostaria de ir novamente ao próximo ano para perceber que finalmente, estamos a falar de números estratosféricos, o orçamento passa um bilião de euros, mas aqui no seu cálculo designadamente na área das receitas nós, tivemos um momento de *Harry Potter*, de contabilidade mágica e criativa. -----

----- E eu aqui refiro-me Senhor Vereador João Paulo Saraiva à taxa turística. -----

----- Ora vamos lá fazer contas. -----

----- A taxa turística duplica, portanto presumivelmente dir-se-ia que as receitas também duplicariam, mas a verdade o que está neste orçamento é que o aumento é de vinte e dois milhões de euros, proveniente da taxa turística, não o aumento para dobro cem por cento, mas cento e cinquenta e dois por cento. -----

----- Ora, Senhor Vereador, se de facto já estamos a dizer, e este é o discurso da Câmara, que “*já chega de turismo*”, estamos a criar zonas de contenção e se tivermos

todos os estudos que desmentem que haja um aumento da atividade turística em Lisboa, bem pelo contrário, dizem que vai haver uma desaceleração, de resto como foi dito pelo Presidente da Associação de Turismo de Lisboa, Vítor Costa, no Debate Temático realizado nesta sede, que contas são estas Senhor Vereador João Paulo Saraiva?-----
 ----- É que se os dados fossem os mesmos era para o dobro, vai diminuir, e aumenta para mais do dobro? Bem vi, este esclarecimento tem que ser dado, desculpe Senhor Vereador, mas não podemos ficar por estes atos de demagogia, que não têm o mínimo de sustentação, Senhor Vereador João Paulo Saraiva. -----
 ----- Muito obrigado Senhor Vereador, ainda bem que estamos de acordo. -----
 ----- E agora avançando para o IMI. -----
 ----- O IMI foi se quisermos o ato em que a Câmara optou por uma certa timidez, penso eu, bem nós já estamos arrecadar tantos impostos indiretos a quantidade é tão avassaladora, que aqui vamos fingir que de facto isso não vai ser tão mau quanto se espera, não vai ser tão grande o saco fiscal e vamos corar de vergonha, e fazer uma estimativa que na minha opinião é bastante tímida, diria assim. -----
 ----- Porque se nós sabemos que a corrida a compras de casas está efetivamente ainda em ritmo bastante intenso, estará aqui escondida alguma suborçamentação? -----
 ----- Gostava-lhe de perguntar?-----
 ----- Continuando. -----
 ----- Sobre a tabela de taxas, Senhor Vereador. -----
 ----- Tabela de taxas, agora vamos à tabela de taxas. -----
 ----- Depois isto está a ser gravado, depois recapitulo e terá ocasião de perceber em que ponto é que eu fiquei. -----
 ----- Vamos agora à tabela de taxas. -----
 ----- Cento e sessenta e cinco taxas aplicáveis, “o record”, a medalha para melhor cobrador de impostos, o “homem do fraque”, cento e sessenta e cinco taxas aplicáveis, um embaraço de taxas, algumas de valor tão reduzido que não cobrem sequer o serviço que prestam, portanto nem acabam por ser cobradas, portanto acabamos por tantas taxas, “a páginas tantas” não percebemos para que? -----
 ----- Mas o que interessa é continuar a dar um folgo de cobrador. -----
 ----- O CDS aqui apresenta uma proposta para que haja um estudo aprofundado que possa flexibilizar as taxas, simplificar e rever os casos em que não há necessidade de as aplicar e onde devem ser vertidas isenções e reduções, porquê? -----
 ----- Porque o Estado em que nós acreditamos o CDS é forte, é eficaz e é útil, não é gordo, não é omnipresente, nem é esbulhador.-----
 ----- E para ser respeitado tem que se dar ao respeito, e dar-se ao respeito passa por respeitar a autonomia dos contribuintes, os seus rendimentos e explicar porque é que eles estão a ser tributados.-----
 ----- No aumento da despesa nós verificamos um aumento de 51% nas despesas de capital e realçamos um aumento também de cem milhões de euros nas despesas correntes. -----
 ----- Mas aqui queremos dizer o seguinte. -----

----- Uma Câmara justa não estimula as dependências recusa até fazê-lo, mas da mesma maneira que se obriga a ética e moralmente a apoiar os mais vulneráveis, os que caíram em desgraça, mas também a fornecer uma mola para todos aqueles que querem ascender socialmente.-----

----- E eu quando olho para estes números avultados de despesa, e quando comparo com aqueles que vão ser efetivamente aplicados na área da habitação, nos direitos sociais, da escola e da higiene urbana, não percebo onde é que estão as prioridades deste Executivo, porque estes valores são marginais e representam os principais flagelos na cidade de Lisboa.-----

----- Quero também dizer ao Senhor Vereador João Paulo Saraiva na ausência do nosso Presidente de Câmara, muito estimado, no que toca ao quadro de pessoal, do Município, nós também fizemos uma análise criteriosa, e verificámos que o quadro de pessoal está altamente desfalcado quanto aos técnicos superiores e aos assistentes operacionais.-----

----- Está envelhecido e não há reforços há muito tempo, nalguns departamentos até há quinze anos, e muitos dos trabalhadores, a realidade é esta, estão desmotivados, o que acaba por afetar a sua *performance*, o seu desempenho e a sua produtividade.-----

----- Há carreiras que estão congeladas há dez, doze anos.-----

----- E por último, seria útil e oportuno que a Câmara Municipal definisse mecanismos de incentivo ao mérito que premeie os funcionários mais competentes e empenhados, para não termos situações como neste momento nos consta que estão a ocorrer, onde num departamento por exemplo que têm onze trabalhadores, a classificação de relevante seja dada alternadamente ano após ano, sendo que um trabalhador só poderá obter novamente essa classificação passados dez anos.-----

----- E também essa mesma classificação de relevante não seja atribuída infelizmente em função das competências e das valências, e da produtividade e do mérito individual, mas sim que acabe por premiar apenas aqueles que têm os salários mais baixos para desta forma poder ajudar de forma mais célere à sua recuperação económica e social e à sua ascensão nas carreiras.-----

---- E também no quadro do pessoal, eu gostaria de lançar uma pergunta, que não foi respondida nem pelo Senhor Vereador Manuel Salgado, nem pela Senhora Doutora Catarina Vaz Pinto.-----

----- Que tem que ver com o Departamento Municipal de Cultura.-----

----- É que depois da permuta do Palácio dos Machadinhos e dos terrenos da Feira Popular serem alienados qual é que é a solução que vai ser apresentada para os funcionários?-----

----- Neste momento ainda não sabemos, isto obviamente preocupa-nos.-----

----- Para terminar, gostaria de dar nota que o número de casas propriedade da Câmara Municipal que continuam vazias não desce significativamente, não sendo refletido neste orçamento uma aposta na sua efetiva recuperação.-----

----- Eu, aqui provavelmente recomendaria se calhar ao Ex-Vereador Ricardo Robles pudesse dar uma mãozinha à Câmara na requalificação deste património e os resultados que estão à vista ele é bom no que faz.-----

----- Sobre a higiene urbana, esperávamos um aumento do investimento direto nesta área que colmatasse as falhas do serviço, e que não se restringisse apenas às zonas de menor e maior pressão turística.-----

----- A cultura ao abrigo do contrato de programa com a EGEAC continua a levantar-nos bastantes dúvidas quanto às explicações que não foram dadas sobre a aplicação das verbas, e só nos deixa uma certeza é que parece-nos que não há um rumo definido, e uma estratégia assumida por este Município.-----

----- Passámos de uma liderança que era bicéfala, entre a Câmara e a EGEAC agora parece que é tricéfala porque já entra a ATL, e chegamos à conclusão que uma cabeça pelos vistos era capaz de pensar melhor do que três.-----

----- Dar também a devida ressalva para um perigo e um alerta que é muitas vezes reiterado pela esquerda que é o facto de Lisboa poder perder a sua identidade.-----

----- Mas a verdade, nem nas grandes opções do plano, nem nas orientações estratégicas da Câmara Municipal, nem no plano de atividades existe uma linha sequer para o apoio à cultura popular e aos seus agentes, que são efetivamente os guardiões da cultura, das tradições e dos costumes tradicionais que definem e conseguem imprimir uma identidade própria à nossa cidade que a distingue de todas as outras.-----

----- E no ano de 2018, nós percebemos que quer para a Câmara Municipal, mas sobretudo para a EGEAC o ascetivismo cultural existente na nossa cidade só serve para realizar as marchas populares em junho, e para organizar alguns arraiais nos principais bairros da nossa cidade.-----

----- Termino esta minha intervenção, dizendo que da parte do CDS continuaremos a fazer uma oposição construtiva, pela positiva, queremos o melhor para a nossa cidade e o melhor não é certamente este orçamento.-----

----- Muito obrigado.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra anunciou o seguinte:-----

----- “Tem a palavra a Senhora Deputada Ana Gaspar dos Independentes.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Ana Gaspar (IND)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Estava só a ouvir esta intervenção de um jovem político que muito estimo, que de facto é sempre um ponto de vista, é sempre um ponto de vista.-----

----- Começando.-----

----- Caríssima Presidente, Secretárias, Executivo, Caríssimas e Caríssimos Deputados Municipais, Cidadãos e Cidadãs ainda presentes e restante gente aqui.-----

----- Ao abordar este orçamento e as GOPIS e sempre que o fazemos é sempre a falar obviamente sobre estes desafios, desafios e opções para a cidade, e portanto eu diria que é um pouco como as cifras com os números, atravessámos o tal espelho de um livro que todos já lemos há muito tempo, “O Espelho da Alice”, para depois entraremos no

mundo real da cidade e do modo como todos nós a queremos, de modos diferentes mas como todos a queremos.-----

----- Assim, o investimento em 2019 para estas áreas estruturantes da qualidade de vida das pessoas, e é esse o atravessar do espelho acresce cerca de 40%, isto não é de facto despiciente.-----

----- Vou elencar alguns assuntos, enfim alguns que já foram aqui referidos, que nos pareceram mais importantes.-----

----- Relativamente à mobilidade, o facto de haver um número significativo e um aumento de autocarros, que é absolutamente indispensável, para que se faça mobilidade nesta cidade, de facto o caos que advém daqui é porque nós não temos ainda o hábito de quem vem de fora da cidade com carros partilhados, como noutras cidades, enfim europeias, e portanto este aumento dos autocarros é absolutamente decisivo, o alargamento das carreiras que foram muito prejudicadas anteriormente, e também esta questão dos motoristas que tendencialmente são depois gente que se especializa, e é de facto o emprego que se crie, e isso é importante.-----

----- A rede ciclável também, vocês sabem que nós somos, eu acho que somos todos a favor, alguns ainda com receio mas a favor de uma outra mobilidade da cidade, isso sim, a mobilidade tem que ser feita, porque nós temos que criar um mundo sustentável e a nossa cidade tem também que o ser.-----

----- O plano de sustentabilidade ambiental no que diz respeito a um plano absolutamente decisivo na nossa cidade, que é o Plano de Drenagem, a questão da higiene urbana, dos espaços verdes e urbanos, e o significativo orçamento que é cabimentado para aqui, oitenta e um milhões.-----

----- Relativamente às escolas, enfim, este poderia ser um dos temas da minha eleição, saudamos o apoio ao 1ºCiclo, questões tão vastas como a natação, o remo, a questão da alimentação propícia, de facto que estes meninos comecem a ter direito iguais, e nós temos que pugnar todos, por uma sociedade, por uma cidade promotora dos direitos iguais dos meninos, que não entram iguais, mas que podem permanecer iguais, aspas nisto.-----

----- O investimento também interessante nos manuais escolares, das creches B-a-Bá parece-nos que deve ser reforçado muito os transportes que permitirão este acesso às creches, e também ainda como sabem um tema favorito da minha parte, o fortalecimento do ensino dos adultos, que é fundamental num país e numa cidade, ainda tão analfabetizada como a nossa.-----

----- Relativamente à questão da competitividade, a inovação, eu acho que temos de voltar a ter esta questão do que é o “*Hub Criativo do Beato*”, o *Web Summit*, alguns de nós somos favoráveis, mas era necessário se calhar que se produzisse algum relatório, para nós percebermos quais são os resultados reais, daqui.-----

----- O Programa Renda Acessível e a habitação municipal que são completamente decisivos, porque de facto a habitação têm que deixar de ser apenas um ato financeiro é o *domus* que muitas vezes falámos, e um dia destes falaremos sobre Entrecampos, que fica ali, e que abrange também a minha Junta de Freguesia.-----

----- Dizer-vos ainda que há questões importantes nas GOPIS, que nos parece que são a requalificação dos segundos e terceiros ciclos, muitas destas escolas incluem também o secundário, embora dependente de um acordo do Governo, porque de facto nós gerimos mais diretamente, é mais fácil chegarmos a estas escolas que são decisivas, porque são as primeiras idades que têm de continuar. -----

----- Também a cabimentação de cinco milhões nos projetos do ensino secundário, que são perfeitamente decisivos porque nós queremos uma escolaridade mais partilhada, e há quem não tenha muito. -----

----- Por outro lado, a questão das medidas de autoproteção que alguns de nós ainda chamámos, e eu, também “Os Planos de Emergência das Escolas”, sim! -----

----- Implica sempre um grande trabalho em rede e só damos este início que é absolutamente fundamental, o que nos parece é pode haver algum cerzir entre este plano e também os planos locais de emergência que as Juntas de Freguesia, ou pelo menos algumas já estão, que é para tudo ficar liso, pais, meninos, funcionários, penso que podemos cerzir estes planos, e é uma boa aposta. -----

----- Temos uma proposta, um desafio para o Vereador. -----

----- Que o Pelouro da Educação informe trimestralmente o ponto da situação destes diferentes programas inscritos nas GOPIS, deixamos este desafio.-----

----- Por outro lado também parece-nos muito interessante e positiva a consolidação das redes de bibliotecas de Lisboa, e queremos muito, e pensamos que ao nível das Juntas de Freguesia também pode haver aqui pontes. -----

----- Há um aspeto muito importante que é a da valorização interna dos trabalhadores, através dos descongelamentos, da integração dos precários, as novas contratações, este é de facto também um mercado de trabalho que dependem muita gente, muitas famílias, e nós não somos bons cidadãos se não valorizamos quem está dentro das nossas casas a trabalhar connosco.-----

----- A questão da política fiscal, não ia insistir, vocês já sabem qual é a nossa posição, é de facto um ponto de vista, é de facto um ponto de vista, mas afeta sempre o rendimento das famílias, sempre que se diminuiu uma pequena taxa, enfim, não tão pequena assim.-----

----- Há de facto uma redução do passivo da Câmara Municipal e da dívida, há uma gestão prudente das contas públicas, e diria eu há aqui, e isso para nós é importante uma afirmação nítida da diversidade do tecido social, é importante a validação daquilo que nós chamamos “monoculturas urbanas”, e portanto, uma visão estratégica da cidade, que tem que ser sustentável, de progressiva economia singular, que já falou a Colega do PAN, acho eu e que saudamos, e também porque monitorizada e porque monitorizada de inclusão. -----

----- Ou seja, voltamos à velha e ao lindíssimo poema do Álvaro de Campos “*Lisboa com as suas casas de várias cores.*”-----

----- Queremos que Lisboa continue com muitas casas e as suas casas de várias cores, mas agora num conceito completamente atual de inserção, de inclusão de grande mobilidade e de grande entendimento entre nós, para que isto seja assim, porque se

trata dos direitos das pessoas e do tal atravessar do espelho, que é decisivo para aquilo que nós queremos caminhar, a que eu chamo simplesmente equidade. -----

----- Obrigada.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhora Deputada.” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra anunciou o seguinte: -----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado Rui Costa, Independente.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Rui Costa (IND)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado, Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados Municipais. -----

----- Ainda não foi desta que saí desta Assembleia, desta Sessão anual para aprovar o orçamento com a certeza, de que relativamente às medidas de despesa que as oposições de direita proporia que fossem eliminadas para fazer face à baixa de impostos que pretendem. -----

----- Sistemáticamente reclamam baixa de impostos, mas ainda não os ouvimos aqui dizer em função dessa baixa de impostos, quais é que seriam as medidas e as políticas constantes das opções do plano que eliminariam. -----

----- E isto traduz-se, e isto traduz-se em não fazer política séria e, portanto, estas críticas não podem ser aceites nem podem colher. -----

----- Queria só no pouco tempo que tenho assinalar e assinalado, que está o bom relacionamento entre o Partido Socialista e o seu parceiro de governação, o Bloco de Esquerda, pedir as duas forças políticas que se entendam, que façam um esforço adicional para se entenderem e que façam um esforço adicional para se entenderem e para que venha com a execução orçamental deste ano, o regulamento do património com o princípio da não alienação em pleno solo municipal e com o princípio da consignação dessas receitas à recuperação do património municipal. -----

----- E peço-vos também que se entendem para que num quadro de receita estrutural instável em função do IMT e dos anos de “vacas gordas” que vivemos, peço que se entendam também para introduzir medidas de justiça fiscal, designadamente aquelas que têm que ver com a questão da precariedade, ou então que aproveitem também a boa sugestão que o Partido Comunista Português aqui apresentou hoje, de eliminar a redução da devolução de IRS aos municípios para financiar por exemplos políticas públicas de habitação, e que boa contribuição o PCP soube dar a este debate, e de que forma digna se comportou em relação à análise da questão fiscal e quero realçar. -----

----- E por último, a sustentabilidade social e ambiental na contratação pública tardam Senhores e Senhoras Vereadores, tardam a adoção destes critérios, toda a despesa que o Município de Lisboa realiza e quem externaliza pode estar a ser feita em sentido contrário daquilo que são as políticas definidas no papel. -----

----- Já no ano passado por isso pugnei, é preciso introduzir considerandos e condições de natureza social e ambiental na contratação pública do Município, enquanto não

fizemos isso e continuarmos a contratar externamente continuaríamos a desrespeitar todos os dias, um bocadinho das opções do plano que aqui aprovamos.-----

----- Disse!” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado.” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra anunciou o seguinte: -----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado Carlos Teixeira, Independente.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Carlos Teixeira (IND)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados.-----

----- Na apreciação das grandes opções do plano 2019-2022, não podíamos deixar de salientar de forma muito positiva o destaque merecido ao eixo “A” que agrega as opções estratégias para melhorar a qualidade de vida e o ambiente da cidade de Lisboa.

----- Com efeito não existe indicador mais importante da perceção mais imediata para os cidadãos quanto ao que significa viver na cidade de Lisboa do que a qualidade de vida, e esta está sempre incomparavelmente associada ao estado do ambiente em Lisboa, e a este respeito saudamos a expansão da rede ciclável em Lisboa, fundamental às nossas metas de redução das emissões de gases de efeito de estufa, e de incremento dos modos de sustentabilidade suave, de mobilidade suave, contudo, recordando os diversos alertas que já aqui trouxemos a este respeito, consideramos absolutamente necessário assegurar que de formas mais, ou menos diretas, não acabemos por boicotar este estímulo positivo, avançando paralelamente com obras que continuam a suportar e alimentar o uso do automóvel individual, como o estacionamento extra, à que prosseguir com o investimento do transporte público e na interligação entre diferentes modalidades e infraestruturas de transportes. -----

----- Consideramos particularmente estratégica e necessária, a consolidação dos corredores verdes e a respetiva expansão em mais de oitenta hectares integrados na estrutura verde macro da cidade.-----

----- São os corredores verdes que melhor permitem interligar as principais áreas arborizadas de Lisboa, à demais vegetação que integra as principais avenidas, arruamentos e bairros da capital.-----

----- Esta natureza coletiva traz maior resistência e resiliência à infraestrutura verde e consolida as funções e os serviços de ecossistemas, que esta oferece quer aos cidadãos, quer à biodiversidade que habita também a nossa cidade. -----

----- Não tenhamos dúvidas no século XXI são estas soluções baseadas na natureza que melhor permitem fazer frente aos efeitos extremos das alterações climáticas do ambiente urbano, sem que tenhamos de recorrer a dispendiosas opções de engenharia, mas temos que ser mais ambiciosos, a este respeito não obstante a existência de algumas iniciativas nesse sentido é fundamental aproximar os cidadãos do conhecimento quanto ao significado e o valor das árvores e da demais biodiversidade

da cidade de Lisboa, há que apostar na disseminação deste conhecimento de forma particularmente ativa e participativa. -----

----- Quanto melhor os cidadãos em Lisboa conhecerem a natureza e o meio ambiente da cidade maior será a sua entrega à salvaguarda destes elementos, para tais fins pode a Câmara Municipal de Lisboa contar com o apoio dos Deputados Municipais mais comprometidos com a ecologia e com o futuro sustentável da cidade de Lisboa. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado.” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra anunciou o seguinte: -----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado João Condeixa do CDS.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal João Condeixa (CDS-PP)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada Senhora Presidente, Caros Senhores Deputados, público presente.

----- Num ponto prévio queria também aqui solidarizar-me com aquilo que foi a intervenção de várias bancadas, pelos vistos da autoria do PCP sobre a falha bastante grave de não termos presente connosco o Presidente da Câmara Municipal, esta discussão é uma discussão que é política, não é uma discussão técnica, é óbvio que há aqui questões de decisão e de opção política que têm que ser trabalhadas e debatidas, e por muito que o Senhor Vereador esteja legitimado para o fazer, demonstra uma falta de interesse por parte do Executivo que, obviamente temos de assinalar. -----

----- Senhora Presidente, Senhores Deputados, este orçamento e a apresentação do Vereador João Paulo Saraiva evidenciam muitíssimo bem, felizmente, as diferenças entre o Executivo e o CDS-PP. -----

----- O Executivo vive numa miopia do ego, tudo que de bom acontece é da responsabilidade da Câmara Municipal, não vê tudo o resto, tudo o que de mau sucede ou está por resolver e é ignorado, ou é culpa do anterior Governo. -----

----- Mas o ego é tal que agora até o desemprego resolvem, espantemo-nos! -----

----- Depois da apresentação do Senhor Vereador, ficámos a saber que já não é apenas o Estado central a criar emprego, mas, pelos vistos ou loures também são das Autarquias.

----- É típico do socialismo, suga, suga, e aproveita-se da iniciativa privada e do contribuinte para criar a ideia que a sua economia planificada que está a produzir os efeitos. -----

----- Esquecem-se meus Senhores que não existe dinheiro do Estado, existe apenas dinheiro do contribuinte, por isso vos é tão fácil e no caso do Vereador João Paulo Saraiva, até o faz com um sorriso, vos é tão fácil extorquir seiscentos e vinte e dois milhões de euros em impostos. -----

----- De um ano para o outro fazem crescer em 56% a receita fiscal, são mais duzentos e vinte e dois milhões de euros. -----

----- Meus Senhores, caso não saibam, nós até fazemos essas contas, e isso é pedir a cada família lisboeta que pague mil e oitocentos euros dos seus rendimentos, sugam

mais setecentos euros por família do que no ano passado, e é fácil é só fazer as contas com os dados do INE. -----

---- Por isso, este esbulho é o esbulho que afeta os lisboetas e não se refugiem na taxa turística, pois ela só representa vinte e nove milhões de euros, tudo o resto virá dos lisboetas. -----

---- E para quê? -----

---- Porque opta a Câmara Municipal de Lisboa por cobrar seiscentos e vinte dois milhões de euros aos lisboetas para suportar uma despesa sem precedente, uma despesa total que pela primeira vez ultrapassa os mil milhões de euros, uma despesa dirão para resolver os problemas da cidade. -----

---- Ora, hoje tivemos aqui grande parte da nossa tarde, e o Bloco de Esquerda, o PCP, o PS, o PSD, o PAN, o MPT, o CDS, identificaram como sendo de dois, principalmente os problemas da cidade, a habitação e a exclusão social, foram dois essencialmente os temas. -----

---- Ora, não podíamos concordar mais, são essas duas áreas que merecem atenção. ---

---- O que faz a Câmara Municipal aos Direitos Sociais, dedica dezassete milhões de euros, aos temas da habitação, aloca trinta e quatro milhões de euros, no total para estas duas áreas ditas prioritárias, alocam cinquenta e um milhões de euros, menos de 5% do orçamento de mil milhões de euros da despesa em 2019, só encontram cinquenta para duas áreas que considerávamos todos, como sendo gritantes, são cinquenta milhões de euros que é o mesmo que alocam à cultura e ao desporto. -----

---- Meus Senhores, imaginem se não fossem estas duas áreas prioritárias, imaginemos quanto alocariam. -----

---- E o Bloco de Esquerda que fez a sua intervenção inicial, dizendo que a habitação e a exclusão social são gritantes, cala-se! -----

---- O Bloco de Esquerda que diz que é por nestas áreas cumprir com o acordo que tem com o PS, cauciona, assina por baixo, menos de 5% do orçamento. -----

---- O Bloco de Esquerda que até tem um Vereador para a área social, e um carinho especial por casas e habitação por reabilitar, e recuperar, satisfaz-se com cinquenta milhões de euros. -----

---- Meus Senhores, a Catarina Martins faz escola com aquela máxima do “*por favor agarrem-me senão eu vou-me a eles*”. -----

---- Meus Senhores, mil milhões de euros são mais 51% em impostos, ou antes em despesa que em 2015, são mais trezentos e cinquenta e um milhões de euros, Senhor Vereador, que não hesita em pedir ao contribuinte, apesar até do euromilhões com a venda de Entrecampos. -----

---- Mas que aliás, e já que está a abanar a cabeça, e não é “dor de cotovelo”, porque Senhor Vereador, sabe quanto é que vai gastar, quanto desse dinheiro é que aloca para a renda acessível que tanto apregoam, e tanto acham que é sendo prioritária, um terço, Senhor Vereador, de duzentos e setenta e quatro milhões de euros, vai um terço para a renda acessível, por isso vê-se aqui as prioridades. -----

----- Pois é natural consoante as suas prioridades, e as prioridades do Executivo, apenas vinte e cinco mil euros, não é milhões, não estamos a falar de milhões, estamos a falar vinte e cinco mil euros, sejam alocados à estratégia de combate à pobreza. -----

----- Eu pergunto onde está agora a indignação do PS, do PCP e do Bloco de Esquerda, que mostravam anteontem face ao combate à pobreza agora, vinte e cinco mil euros já é suficiente? -----

----- Olhe Senhor Vereador, demagogia foi, anteontem não foi hoje! -----

----- Onde está essa indignação com a verba de direitos sociais, até desce quatro milhões de euros, face ao ano passado? -----

----- Caros Senhores Deputados, Caro Senhor Vereador, gostava de dizer Câmara Municipal, mas estão tão isolados, honra seja feita ao Vereador do Bloco de Esquerda, este não é o nosso orçamento, esta não é a nossa visão para a cidade, esta não é de certeza as nossas prioridades para Lisboa, e para o país. -----

----- Muito obrigada.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado.” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra anunciou o seguinte: -----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado Fernando Correia do PCP.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Fernando Correia (PCP-Independente)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Ora boa tarde. -----

----- Eu de facto, estou aqui outra vez como dizia alguém ali há pouco da bancada atrás de mim, eu não o estaria se não me tivessem dado razão para estar, nomeadamente o Senhor Vereador Manuel Grilo. -----

----- Quando diz discurso populista, oh Senhor Vereador, eu fiquei ainda mais preocupado sobre a questão da segurança das escolas, então só agora é que o Senhor Vereador descobriu que a questão das medidas de autoproteção e dos planos de emergência não são da sua competência, são da Proteção Civil, nós dissemos isso em junho. -----

----- Claramente, que não era da digamos da competência, ou pelo menos não seria uma coisa exclusivamente da educação, agora os Senhores é que voluntariaram ainda no tempo do Vereador Robles, é que se voluntariaram para agarrar este processo, eu não trouxe podia ter trazido uma notícia de dezanove de setembro, que saiu em todos os jornais, enfim do esforço que estava a ser feito, e que eu acreditei, portanto, não percebo agora esta reação. -----

----- Então o BE assumiu “*as dores de parto*” nesta questão, coisa que o Senhor Presidente de Câmara deve ter agradecido, estou convencido que ele é o verdadeiro responsável da Proteção Civil Municipal, e os Senhores agora querem deitar fora a criança! -----

----- Não podem! -----

----- Sobre a questão da Carris, Senhor Vereador, eu estou convencido, eu vejo os Senhores sempre a entrarem e a saírem daqui de carrinhos elétricos, o que eu acho muito bem, é uma coisa que ainda por cima é saudável para cidade, e portanto, não tenho nada contra isso, não é uma questão de inveja, mas eu tenho dúvidas se os Senhores andam de facto de transportes públicos, nomeadamente na Carris. -----

----- Eu ando pouco, porque não preciso, mas tenho lá em casa quem ande todos os dias, é o resto da família toda, e que todos os dias passo a expressão a “tasquinha” e dizem “estás lá a fazer o quê”, isto está pior, bem por acaso ontem diziam-me assim, “isto agora está muito bem porque está tudo de férias”, agora a cidade excelente, está tudo férias os transportes estão acessíveis. -----

----- Portanto, de facto os problemas mantêm-se e não fomos nós que andamos a prometer antes do tempo, não fomos nós que quisemos ficar sozinhos com a Carris, sem depois ter condições para pô-la digamos a andar mais rápido e melhor, coisa que o Governo deve também ter agradecido, e portanto, o que nós esperamos é que de facto, a recuperação da Carris em pleno seja uma realidade, e que os autocarros efetivamente cheguem, achei muita piada naquele cartaz do carro do ano, aquilo era o carro do ano de 2018, e olhe que nunca acontece o carro do ano ser o mesmo dois anos seguidos, aquela publicidade que saiu há dias do carro do ano 2019 é relativamente a 2018, Senhor Vereador. -----

----- Portanto, sobre a questão externalização, que o Senhor Vereador João Paulo Saraiva, reduziu às empresas municipais, eu pessoalmente quando vim aqui falar há pouco, não estava a falar nas empresas municipais, estava a falar nas outras todas empresas na maioria de contratos de externalização de serviços, o último até referi foi a situação da lavagem dos maloqueiros, dos contentores, que era uma coisa que podia perfeitamente ser realizada pela Higiene Urbana, não é nada tão assim tão complexo que tem que ser uma empresa externa, e portanto, isso tem vindo a acontecer muitas vezes, com várias funções que deveriam ser desempenhadas pelos serviços da Câmara, pelos trabalhadores da Câmara e que vão ser externalizadas, como já não me está ouvir o Senhor Vereador, vou ficar por aqui.” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho,** no uso da palavra anunciou o seguinte: -----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado Luís Newton.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “A Mesa informa que não regista mais inscrições a não ser da Câmara Municipal, portanto se alguns dos Senhores Deputados ainda quer usar da palavra façam o favor de sinalizar o CDS, muito bem, faz favor de sinalizar, muito bem, Senhor Deputado Luís Newton.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Luís Newton (PSD),** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhora Presidente muito obrigado. -----

----- Bom, Senhor Vereador, no final do dia venho aqui partilhar consigo aquela que me parece a mais importante conclusão dos trabalhos de hoje. -----

----- Tenho o visto sempre com um sorriso, reportar-nos que orgulhosamente a cidade de Lisboa sustenta as taxas mais baixas da área metropolitana de Lisboa. -----

----- Que grande vitória Senhor Vereador que isso foi, só que foi uma vitória do PSD, Senhor Vereador. -----

----- E por isso, Senhor Vereador da próxima vez que nos vier dizer que as taxas em Lisboa são as mais baixas da área metropolitana, e que nós devíamos ir convencer os outros municípios PSD fazer o mesmo, eu ter-lhe-ei que dizer que, as taxas mais baixas fomos nós que impusemos ao Partido Socialista, em nome da defesa dos senhores lisboetas. -----

----- Em nome da defesa dos lisboetas, foi assim no IMI, foi assim no IRS, e agora tudo faremos para a ser assim na derrama e isenção para os lisboetas na taxa turística, Senhor Vereador. -----

----- E por isso, deixe-me que lhe diga a si e a outros, que têm dúvidas sobre que alternativas é que devem colocar às forças políticas da oposição no momento em que sugerem alterações que têm redução de receita, é simples! -----

----- Vamos a votos e ficam a conhecer as nossas alternativas. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado. -----

----- Tem a palavra a Senhora Deputada Margarida Penedo, faz favor. -----

----- Senhora Deputada dispõem de tempo creio eu que o MPT tinha cedido, certo? -----

----- Tem que se fazer as contas -----

----- Já estão feitas? Mas, então são os trinta e cinco segundos, é mais? Acresce, muito bem.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Margarida Penedo (CDS-PP)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada Senhora Presidente. -----

----- Nós ouvimos aqui hoje, como já ouvimos de outras vezes, mas hoje foi muito repetido, justificações que são dadas com base em decisões políticas que foram tomadas pelo anterior Governo. -----

----- Ora, os Senhores do PS para a esquerda têm uma maioria aqui, e uma maioria na Assembleia da República, e todas as medidas que foram tomadas pelo anterior Governo, e que não foram alteradas, são hoje medidas vossas! -----

----- Portanto, nós não aceitamos qualquer outra interpretação das coisas, os Senhores não as alteram porque não querem, primeiro ponto. -----

----- Segundo ponto, o Senhor Vereador João Paulo Saraiva, que aqui está hoje em representação da Câmara, tem tido constantemente para com os Deputados desta Assembleia, sobretudo do PSD e do CDS, uma atitude de não responder à substância das questões que lhe são postas, e responde com processos de intenções e com adjetivos, que eu me vou escudar de repetir, porque é um vocabulário soez, é um vocabulário que não respeita as pessoas que aqui estão que são eleitas pela cidade, e

são representantes da cidade, e que o Senhor Vereador governa, porque o Senhor Vereador governa a cidade toda, os lisboetas todos. -----

----- Se o Senhor Vereador gosta mais, ou gosta menos é outra coisa, mas vai ter que se governar com estes lisboetas, porque não há outros, Senhor Vereador! -----

----- Muito obrigada.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada Senhora Deputada.-----

----- A Câmara tem a palavra para responder.”-----

----- **O Senhor Vereador João Paulo Saraiva**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada Senhora Presidente.-----

----- Ora muito bem, dado que estão tão contentes, vou deixá-los para o fim. -----

----- Os Senhores Deputados, da Senhora Deputada do MPT, colocou-nos um conjunto de questões e uma sua visão sobre a cidade, e nessas questões, note-lhe alguma contaminação, com alguns cálculos que têm sido feitos pelo CDS, que é normal é verdade, é normal há um acordo, mas também podiam de vez em quando fazerem uma revisão das contas.-----

----- Porque de facto o CDS é muito mau a fazer contas, parte de números que muitas vezes nem somos capazes de descortinar onde é que eles os foram buscar. -----

----- Ainda agora, não, é que são de tal maneira virtuais, é de tal maneira virtuais, têm uma leitura tão própria desta coisa da realidade camarária da qual não percebem, ou percebem pouco têm que ser mais bem informados sobre ela, e nós estamos completamente disponíveis para vos dar essa informação toda, para vocês não estarem sistematicamente a dizer coisas erradas. -----

----- Porque vocês fazem contas tão bem, e hoje também foi aqui repetido pelo MPT de alguma maneira, quando foi referido esta proposta do PRA (Programa de Renda Acessível) que está em cima da mesa para Reunião de Câmara para amanhã, foram feitas umas contas tão bem feitas, que davam nove vírgula cinco pessoas por fogo. ----

----- Portanto, os Senhores fazem cálculos tão bem feitos, que acham admissível não se terem enganado quando lhes saltam um número que é nove, vírgula cinco pessoas em cada fogo.-----

----- Vocês acham que isto é normal? -----

----- Alguém venha publicamente dizer que nós estamos a propor uma coisa em Câmara, para um Programa de Renda Acessível que dê nove, vírgula cinco pessoas por cada fogo? -----

----- Eu acho, isto, uma coisa extraordinária, é de tal forma, isto é de tal forma, quando os Senhores apresentam esta história, de mil e oitocentos euros por cada família, exatamente, por ano, eu não sei onde é que os Senhores vão buscar esse valor! -----

----- Porque esse valor, esse valor a nós, dá-nos cerca de setecentos euros, os Senhores estão a entrar com coisas como o IMT, mas quais famílias?-----

----- Mas qual derrame? -----

----- O IMT! O IMT é sobre uma mais-valia, mais de metade do IMT é pago por empresas, meus Caros Senhores.-----

----- O vosso problema, o vosso problema, para além de uma certa má-fé é na discussão política, onde eu já vou, o vosso problema é que não percebem o que estão a dizer, não percebem o que estão a dizer.-----

----- Como partem de uma realidade falsa em que acreditam, depois dizem os maiores disparates sobre uma série de matérias.-----

----- Vamos lá uma a uma, para ser mais fácil.-----

----- Ora muito bem, mas antes de irmos aos Senhores, eu ainda gostava de passar aqui pelo PSD, porque não estando no mesmo campeonato, tendo eu imensas saudades daquele PSD com quem se conseguia falar, numa abordagem mais social-democrata. -

----- Mas agora com esta lógica errática que tem feito, oscilam entre uma lógica mais liberal do passado próximo, e uma abordagem mais social-democrata de um passado mais distante, e portanto, nós não sabemos muito bem com o que contar convosco, e isso dificulta-nos muito.-----

----- E eu tenho uma imensa saudade de que o PSD, apareça, porque nós precisamos de uma direita que trabalhe de forma séria, e que contribua para a cidade, seja uma oposição séria, não seja uma oposição que se remete para números falsos, para demagogia populista, de baixo calibre, e isso é necessário de facto, e isso é necessário, e isso não é a vossa prática, e vocês não têm feito isso.-----

----- E eu tenho mais saudades de vos ver fortes, possantes no panorama político da cidade, para podermos de facto ter uma oposição, porque eu não quero...seria para mim uma surpresa e até diria desagradável, de alguma maneira, e estaria de alguma forma a pôr em causa a mim próprio, se os Senhores concordassem com este orçamento!-----

----- Mas então é que éramos todos iguais!-----

----- Mas então onde ficavam aqueles radicais liberais, que queriam privatizar e concessionar tudo, e que queriam privatizar e concessionar tudo, os transportes!-----

----- Que fizeram uma Lei da habitação que só pensam nos privados, que não pensa no interesse público, que não acautelou aquilo que era evidente e expectável, que era aquilo que está a acontecer neste momento.-----

----- Esse PSD, pois eu sei que vocês têm saudades, eu sei, eu sei, mas eu tenho saudades do outro, é verdade, vocês têm saudades do outro, eu tenho saudades do outro.-----

----- É muito interessante, e portanto, eu sobre o PSD não vou fazer grandes respostas às questões que o PSD colocou, até, porque acho que quando há grande ênfase em questões como a presença, ou a ausência do Presidente numa Reunião Extraordinária marcada com uma pequena margem, é porque não há grande assunto e grande crítica para fazer ao orçamento, e portanto, eu percebo que para o PSD é difícil por exemplo relativamente aos impostos não vir com a conversa que veio, esquecendo-se apenas de uma coisa, mas o PS mau, e a esquerda má, aproveitando-se do momento em que teve maioria absoluta rapidamente estava tão contrariada sobre a fixação de impostos que vocês lhe impuseram, que já devíamos ter mudado!-----

----- Mas não a mudamos, aprofundamo-la, mantivemo-la, com responsabilidade, tendo a noção de que o Município precisa de estar equilibrado, e mais, com a responsabilidade de liquidar o passivo de mais de cerca de dois milhões de euros que herdámos em 2007, as dívidas que herdámos de quase mil milhões de euros, o PNP de quase um ano, e estavam lá todos! Todos a fazer esse trabalho, deixaram-nos essa herança, nós paulatinamente com tranquilidade, tentando que a cidade não parasse do ponto de vista do investimento, fomos fazendo investimento que era possível, e depois fazem o “mal e a caramunha”.-----

----- Aparecem a dizer dez anos para fazer o PGDL (Plano de Drenagem de Lisboa), não! Íamos fazer o PGDL a dever quinhentos milhões de euros a fornecedores, não íamos fazer o PGDL a ter dívida bancária e dívida legal, cerca de mil milhões de euros.

----- Não! Íamos fazer o PGDL com quase dois mil milhões de euros de passivo.-----

----- Não! Peço desculpa, é que têm que ser confrontados com a realidade, não podem dizer uma coisa de manhã e outra à tarde. -----

----- Se viessem aqui dizer, mais o PGDL de hoje, não é o PGDL de 2008, é um PGDL muito diferente com novas soluções, os túneis não estavam lá, o valor global do projeto do PGDL de hoje é bem diferente do vosso tempo, o investimento bem mais racional para o Município de Lisboa, aliás, sancionado pelo BEI (Banco Europeu de Investimento) quando veio fazer a interpretação dos dados.-----

----- Que correu mal um processo de concurso público? Pois correu!-----

----- Mas também vos digo uma coisa, Senhor Deputado Prôa, também vos digo uma coisa, eu prefiro ter de vir aqui justificar um falhanço de um concurso público, porque ficou deserto porque cada vez que o mercado na área da contratação pública, na área das empreitadas está mais dinâmico porque temos menos desemprego, porque a vossa herança está a desaparecer, eu prefiro vir aqui justificar isso, do que ter um desemprego com os números que vocês tinham, e ter os problemas sociais que vocês tinham. -----

----- Eu relativamente ao CDS, e porque de facto, a vossa grande dificuldade de hoje é termos o orçamento que temos, estarmos com o investimento em habitação, e portanto, grande parte das questões que colocaram são questões que são dignas daquela situação em que já não tenho mais nada para dizer, e então vou tentar encontrar aqui uma ou outra situação que seja para criar um incidente, ou que, tentar que seja difícil de justificar, temos respostas para todas elas, e quando quiserem individualmente nas Comissões, dar essa responsabilidade, dar essa resposta nós damos.-----

----- Oh Senhor Deputado Newton, eu sei que agora com esta picardia com o CDS, com a história que eles têm saudades vossas do vosso melhor estilo, não queira recuperá-lo.

----- Mas deixe-me dizer-lhe que relativamente a esta matéria dos impostos, vocês têm imensa graça.-----

----- Sabem porquê? Vocês conseguiram impor-nos os impostos, vocês só não conseguiram só não convencer, já não falo em impor os vossos congéneres, porque os vossos congéneres não praticam taxas mínimas, aliás, Vossas Excelências em 2007, em 2006, em 2005, nunca tiveram nenhum imposto na taxa mínima, “faz o que eu digo, não faças o que eu faço” é a vossa máxima que é extensiva aos Senhores.-----

----- Mas eu já agora queria terminar dizendo ao CDS, que é digamos o meu partido de eleição, porque eu adoro-vos, eu adoro-vos, vocês estimulam-me, estimulam-me o melhor que há em mim do ponto de vista do combate político, porque o que vocês nos dizem de facto é extraordinário.-----

----- Porque por um certo momento, tentam dissimular aquilo que são as vossas verdadeiras intenções, querem acabar com tudo o que é público, todo o dinheiro que é investido pelo Estado, é sempre muito pior investido do que pelos privados, como se de facto a sociedade pudesse existir sem um conjunto de ações coletivas, de investimentos coletivos.-----

----- Pois claro, convosco os transportes seriam todos privatizados, pois cada um que se salvasse na questão da habitação, cada um por si, o mercado funciona, aliás, está a funcionar lindamente, e é isso que vocês preconizam.-----

----- Mas depois, põem esse ar piadoso, vão junto das pessoas e dizem “*coitadinho, nós vamos resolver-lhe o seu problema, nós não temos nada a ver com isto, nós agora estamos cá, não estamos no poder, quando estivermos*”, isso sim, vai ser um grande momento, mas quando estão no poder destroem tudo o que é público de forma mais ou menos encapotada.-----

----- E eu fui tentar encontrar, o que é que eu acho, qual é a definição, depois de muito procurar, para a vossa política, porque a vossa política não é democrata-cristã, é liberal mais ou menos, mas como tem estas dissimulações todas, tentei encontrar, e vejam lá se isto vos serve.-----

----- Vocês têm uma política possidónia, e o que é que isto quer dizer, não, não venham já com o problema, isto não tem nada a ver com serem pretensiosos, ou terem uma qualquer presunção, ou convencimento, não é nesse sentido.-----

----- Também não é no sentido da falta de sofisticação, ou outra qualquer coisa que vos pudesse ser imputado, não!-----

----- A vossa definição é políticos populistas, que só veem a salvação do país neste caso do Município, no corte profundo, incondicional, levado até às últimas consequências de todas as despesas públicas, isto é uma definição de possidónio, que eu acho que vos agrada, e encaixa perfeitamente na forma como vocês atuam.-----

----- Muito obrigado.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado Senhor Vereador.-----

----- Temos um pedido do CDS, tem um minuto cedido pelo MPT, faz favor Senhor Deputado João Condeixa, e depois temos aqui o Senhor Deputado Luís Newton a acenar que também quer tempo, e tem-no, tem um minuto e quarenta e seis.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal João Condeixa (CDS-PP)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigada Senhora Presidente.-----

----- Eu no fundo queria prestar este esclarecimento, porque o Senhor Vereador tentou replicar, ou assemelhar-se a uma pessoa que por acaso até estimo bastante mais do que

o Senhor Vereador, que era o Engenheiro António Guterres, que infelizmente teve aquele lapso a fazer contas. -----

----- Nós não o tivemos, e eu ensino-lhe a fazer contas. -----

----- Primeiro, nas contas das famílias, eu dou-lhe a nota metodológica que seguimos. -

----- Foram consideradas para o cálculo de custo por família, os dados referentes aos censos de 2011, depois os valores referentes aos impostos diretos foram retirados os valores referentes à derrama, impostos de empresas, nas taxas e outros não foram sequer considerados os valores referentes à taxa turística, e às multas. -----

----- Por isso, as fragilidades não estão do nosso lado, eu hoje até o aconselhava a visitar um *site* que existe hoje em dia, que verifica a sustentabilidade dessas mesmas respostas, para ver que não estamos fragilizados. -----

----- Relativamente àquele que é a nossa grande divisão, face à visão do Estado. -----

----- Há para nós um dever do Estado em criar iguais oportunidades e em promover ou facilitar a criação de riqueza, que depois há de ser distribuída da forma mais...” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhor Deputado, eu pedia-lhe que concluísse.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal João Condeixa (CDS-PP)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Vou concluir. -----

----- De forma a atender em primeiro lugar quem mais necessita. -----

----- Os Senhores não criam riqueza, apenas a distribuem, e aqui na Câmara de forma cega, nós já o temos dito, quando não utilizam condição de recursos por exemplo nos manuais escolares.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado. -----

----- O Senhor Deputado Luís Newton.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Luís Newton (PSD)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhora Presidente muito obrigado. -----

----- Senhor Vereador veio aqui falar em primeiro lugar em disputas de saudades, eu quero-lhe dar nota, que ficou particularmente satisfeito que o Senhor Vereador sinta saudade de alguma coisa, fico ainda mais satisfeito que o Senhor Vereador procure em determinado momento recuperar aquilo que é uma memória que o Senhor construiu na sua cabeça, relativamente aquilo que deveria ser a intervenção do PSD, eu aliás, recomendar-lhe-ia que preencha uma ficha de militante e venha disputar eleições internas, se o Senhor está tão preocupado com aquilo que o PSD vem aqui dizer, é porque claramente Vossa Excelência compreende mal aquela que é a nossa essência no âmbito do trabalho da oposição, e se o Senhor não está satisfeito com o que nós estamos a fazer, então porque nós estamos no caminho certo Senhor Vereador. -----

----- Em segundo lugar, o Senhor Vereador vem nos acusar de dar números errados, Senhor Vereador, se há coisa que não temos feito é dar-lhe números errados, podemos

ter-lhe dado em determinado momento a percepção errada, a percepção em de que em determinada altura estava Vossa Excelência muito tranquila relativamente àquilo que era as taxas que poderia impor aos lisboetas, e nós deixámos Senhor Vereador, é verdade fomos deixando, mas olhe, e não tem que estar preocupado com a política em Cascais, na Amora ou no Seixal, Senhor Vereador.-----

----- Eu estou eleito para defender os lisboetas e sobretudo para evitar que os lisboetas estejam sem aquilo que é o vosso ataque constante ao excesso de taxação dos lisboetas.

----- E por fim, Senhor Vereador quem criou casos foi o Senhor, respostas suas ao que nós colocamos zero, quem andou a fugir foi o Senhor, quem destrói o serviço público Senhor Vereador, é quem leva o país à falência.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado.-----

----- O Senhor Vereador quer responder e tem tempo ainda pode fazê-lo, faz favor.”---

----- **O Senhor Vereador João Paulo Saraiva**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Eu queria Senhora Presidente.-----

----- E de facto eu tenho saudades, e repito não pense que vou fazer nenhuma fichazinha não é isso, o meu pai era um social-democrata, já faleceu e eu tenho um enorme respeito pelos sociais-democratas não podia ser de outra maneira, mas eu aqui deste ponto de vista, para mim um social-democrata é a oposição, e eu gosto de boa oposição, oposição que atua da sua forma mas de forma leal, construtiva, e infelizmente tem havido aqui um certo domínio de uma certa oposição ainda mais à direita que os Senhores, em que a lógica é muito pouco construtiva, é aliás, de tentativa de ganharem na secretaria o que não ganham pelo voto, e de fazerem insinuações, fazerem insinuações...esta risada é antiga também o “Becas” também fazia isto, mas agora já não tem a mesma eficácia.-----

----- Mas já agora deixem-me cá dizer que sobre taxas, sobre números estamos conversados.-----

----- Os mil e oitocentos euros de cálculo daquele Senhores contrapõem com os nossos cerca oitocentos e qualquer coisa, e portanto eu diria que precisamos de contrapor contas.-----

----- Mas já agora, também chamaram a atenção do nosso grande número de taxas, temos cento e sessenta e cinco taxas, “*não sei de cor, não sei de cor, eu sei que o Senhor ocupa da sua cabeça com números todos aldrabados, mas com números, todos viciados*”, mas deixe-me lá dizer-lhe que nós temos cento e sessenta e cinco.-----

----- Agora, deixei-me lá ver, ora aqui a área metropolitana de Lisboa, ora os Senhores estão em Cascais, não é? Cascais, ora Cascais, trezentas e noventa e quatro, mais uma coisa que estão a fazer mal o trabalho de casa.-----

----- Não custava nada, não custava nada, nas reuniões partidárias, nas reuniões de articulação, de coordenação, de política autárquica, definam lá uma consistenciazinha!

----- Olhem, quando os Senhores de cá saíram deixaram-nos mais de mil taxas!-----

----- Nós pusemos cento e sessenta e tal!-----

----- Eu sei que ainda são muitas, mas melhor que as vossas, está bem! -----

----- Não nos tentem dar lições naquilo que não sabem, daquilo que fazem pior de que nós, e daquilo que não conseguem convencer os vossos a fazer melhor. -----

----- Mas como é que alguém pode acreditar, é preciso dar o exemplo, é preciso fazer política pelo exemplo, não é tentar dizer aos outros aquilo que os outros devem fazer, e nós fazemos exatamente o contrário. -----

----- Tenho dito, e agradece-vos muito de terem votado contra este orçamento, porque é a prova provada de que nós somos diferentes do CDS, e que queremos fazer uma política diferente de proteção de serviço público, e de proteção dos direitos sociais em Lisboa. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado. -----

----- Senhores Deputados, isto está a ficar animado, mas também estamos a chegar ao fim dos nossos trabalhos, e portanto vamos para as votações. -----

----- Temos em primeiro lugar, Senhores Deputados agora pedia a vossa atenção e silêncio. -----

----- Quando entra o momento de votações eu peço silêncio. -----

----- Então temos em primeiro lugar, a primeira coisa a votar é a Proposta da Câmara 718-A de 2018, que alterou alguns valores dos quadros do orçamento e do plano, de modo a incorporar a receita que veio da hasta de Entrecampos. -----

----- É a proposta 718-A de 2018 e vou pô-la a votação.” -----

----- A Proposta nº 718-A/2018” -----

----- A **Proposta 718-A/2018** foi **aprovada por maioria** com a seguinte votação: votos contra do CDS-PP, abstenção do PSD, PCP, PAN, PEV, MPT, votos a favor do PS, BE, 8 IND. -----

----- (Ausência do Grupo Municipal do PPM da Sala de Plenário.) -----

----- (Ausência de um Deputado Municipal Independente da Sala de Plenário.) -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “E vamos então agora passar à apreciação e votação, já apreciamos, vamos à votação da setecentos e dezoito, que o PCP pediu para votar os pontos todos em separado, e assim faremos. -----

----- Portanto ela tem vários pontos, e vamos votá-los um a um. -----

----- Em primeiro lugar, o ponto número um, que é efetivamente a aprovação das opções do plano e do orçamento para 2019, já não é necessário ser sob condição, porque isso já está resolvido, portanto já não é necessário ser sob condição, não há condição já, e também não é necessário fazer referência à concretização da Operação de Entrecampos. -----

----- Portanto, eu vou ler aquilo que vamos pôr à votação. -----

----- *“Nos termos do disposto na alínea c) do nº1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprovar e submeter à Assembleia Municipal para que este órgão, nos*

termos do disposto na alínea a) do nº1 do artigo 25.º da mesma Lei, aprove as Opções do Plano para o quadriénio 2019-2022 e o Orçamento para 2019 anexos, corrigidos com as alterações introduzidas pela Proposta 718-A/CM/2018.”-----

----- **O Ponto 1 da Proposta nº 718/CM/2018** foi **aprovado por maioria** com a seguinte votação: abstenção do PAN, MPT, votos contra do PSD, PCP, CDS-PP, PEV, votos a favor do PS, BE, 8 IND. -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Este ponto número um foi aprovado por maioria. -----

----- Uma Declaração de Voto, muito bem. -----

----- Vamos passar ao ponto número dois, uma Declaração de Voto no final, se não se importam, muito bem. -----

----- Vamos passar ao ponto número dois. -----

----- No ponto número dois, o PCP, pede para separar a alínea a). -----

----- E portanto a alínea a) diz neste ponto o que se pede é que a Assembleia, e todos os anos nos é solicitado isto, autorize previamente à assunção de compromissos plurianuais, que resultem, a alínea a) *“que resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados.”* -----

----- Eu peço desculpa ao PCP, mas esta alínea não pode ser separada da c), porque estes encargos só podem ser se forem inferiores a cem mil euros. -----

----- Quer a) quer a b) têm a limitação da alínea c), temos que votar a a) com a c) ao mesmo tempo, e a b) com a c) ao mesmo tempo, se vamos separar, eu não sei se me estou a fazer entender. -----

----- A Câmara está nos, a pedir que nós autorizemos a assunção de compromissos plurianuais em determinados casos, quais são eles. -----

----- Ou resultam de planos plurianuais aprovados, ou resultam das grandes opções do plano e da sua reprogramação exceto quando esta implique aumento de despesa, muito bem, mas também a alínea c) *“os seus encargos não excedam o limite de 100.000,00 euros em cada um dos anos económicos seguintes.”* -----

----- Portanto, eu penso, mas peço ao Senhor Vereador das Finanças para confirmar estas condições a a) e b) são disjuntivas mas a c) é acumulativa, ou não é acumulativa?

----- Isto tem que ficar claro, peço desculpa, tem que ficar claro. -----

----- Que a Câmara não pode fazer repartições de encargos, de verbas de milhões.” -----

----- **O Senhor Vereador João Paulo Saraiva**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Sim, Senhora Presidente só para esclarecer. -----

----- A alínea a) e alínea b) resultam da Lei, a alínea c) é que é uma opção desta Assembleia.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Sim, mas é acumulativa com as outras? -----

----- Com cada uma das outras? É acumulativa?-----

----- **O Senhor Vereador João Paulo Saraiva**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----
 ----- “Não, não é acumulativa, não, é. -----
 ----- Os seus encargos não excedam cem mil euros, portanto pode ser algo novo, desde que não exceda cem mil euros.”-----
 ----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----
 ----- “Mas isso aplica-se às alíneas a) e b)?-----
 ----- **O Senhor Vereador João Paulo Saraiva**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----
 ----- “Não, não, é independente.” -----
 ----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----
 ----- “Peço desculpa, mas não podemos autorizar a repartição de encargos quando não estejam em planos aprovados previamente, portanto, eu não consigo compreender.” ---
 ----- **O Senhor Vereador João Paulo Saraiva**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----
 ----- “Não, os seus encargos não excedem cem mil euros, em cada um dos anos económicos seguintes, ou a sua contração e o prazo de execução seja de três anos.”----
 ----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----
 ----- “Portanto, Senhor Vereador, não vale a pena, estarmos aqui agora... nós vamos pôr isto agora à votação. -----
 ----- Peço desculpa, Senhores Deputados, aquilo que vos ponho é o seguinte, isto não é a primeira vez que estamos a votar, nós já votámos isto em anos anteriores, portanto eu vou pôr à votação, no pressuposto que a interpretação é a mesma dos anos anteriores. -
 ----- E portanto, é mais simples assim, para não estarmos agora aqui a fazer “em cima do joelho” alterações a uma proposta que foi devidamente feita pelos serviços. -----
 ----- Senhor Deputado Modesto Navarro diga? -----
 ----- **O Senhor Deputado Municipal Modesto Navarro (PCP)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----
 ----- “Senhora Presidente, nós temos votações diferentes, na alínea a), queremos abster-nos, nas alíneas b) e c) votaremos contra, não há problema nenhum.”-----
 ----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----
 ----- “Muito bem, Senhor Deputado, muito bem. -----
 ----- A dúvida foi minha só de interpretação mas provavelmente introduzi aqui um elemento perturbador que não é necessário, uma vez que foi sempre assim nos anos anteriores que isto foi apresentado, e portanto foi aqui uma dúvida interpretativa minha, peço desculpa de ter perturbado o raciocínio. -----
 ----- Vamos então votar o corpo e a alínea a).” -----

----- **O Ponto 2 - O Corpo e alínea a) da Proposta nº 718/CM/2018** foi **aprovado por maioria** com a seguinte votação: não há votos contra, abstenção do PSD, PCP, CDS-PP, PAN, PEV, MPT, votos a favor do PS, BE, 8 IND. -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Agora vamos pôr a votação a alínea b) que diz “ *as situações que resultem das Grandes Opções do Plano e da sua reprogramação exceto quando esta implique aumento da despesa;*” -----

----- Vamos votar a alínea b) e alínea c).” -----

----- **O Ponto 2 - Alíneas b) e c) da Proposta nº 718/CM/2018** foram aprovados por maioria com a seguinte votação: votos contra do PCP, CDS-PP, PEV, abstenção do PSD, PAN, MPT, votos a favor do PS, BE, 8 IND. -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Agora passamos à votação do ponto número três.-----

----- Que tem a ver com a necessidade de aprovar o mapa de pessoal. -----

----- Vamos pôr à votação.”-----

----- **O Ponto 3 da Proposta nº 718/CM/2018** foi **aprovado por maioria** com a seguinte votação: votos contra do CDS-PP, abstenção do PSD, PCP, PAN, PEV, MPT, votos a favor do PS, BE, 8 IND. -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “O PCP diz que pode votar em conjunto o quatro, cinco e seis, pergunto se alguém quer separar? -----

----- Se não querem separar vamos votar em conjunto os pontos quatro, cinco e seis. --

----- O ponto quatro tem a ver com as despesas de representação dos dirigentes da Câmara, o ponto cinco tem a ver a autorizar a Câmara a adaptar estes documentos com a classificação dada pela DGAL, e o ponto número seis tem a ver com “*autorização de inscrever rubricas de receitas, cuja a necessidade de cobrança ocorra durante a execução, desde que exista rubrica no classificador orçamental para a mesma e não se pretenda aumentar o valor global do orçamento.*” -----

----- Vamos pôr à votação estes três pontos.” -----

----- **Os Pontos 4, 5, 6 da Proposta nº 718/CM/2018** foram **aprovados por maioria** com a seguinte votação: votos contra do CDS-PP, abstenção do PSD, PAN, MPT, votos a favor do PS, PCP, BE, PEV, 8 IND. -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Finalmente o ponto número sete, é a aprovação da Tabela de Taxas para 2019. --

----- Vamos pôr à votação, retiramos a questão “*sob condição da aprovação da alteração do valor unitário da Taxa Municipal Turística de dormida*” -----

----- Eu vou ler a redação que fica: -----

----- “*Nos termos do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.ª da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprovar e submeter à Assembleia Municipal para que este órgão,*

aprove a Tabela de Taxas a vigorar para 2019, em Anexo à presente Proposta, com manutenção da redução temporária de 15% para os feirantes fixos do ramo não alimentar.” ponto final. -----

----- Vamos pôr à votação esta proposta.” -----

----- **O Ponto 7 da Proposta nº 718/CM/2018** foi **aprovado por maioria** com a seguinte votação: votos contra do PSD, PCP, CDS-PP, PEV, abstenção do PAN, MPT, votos a favor do PS, BE, 8 IND. -----

----- (Ausência do Grupo Municipal do PPM da Sala de Plenário) -----

----- (Ausência de um Deputado Municipal Independente da Sala de Plenário nestas votações.) -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- Senhores Deputados, temos ainda uma Recomendação apresentada pelo CDS-PP a Recomendação nº 48/01, que propõe basicamente que seja criado um grupo de trabalho para estudar a questão da simplificação, e sistematização da Tabela de Taxas do Município. -----

----- Penso que viram a recomendação e eu vou pô-la a votação.” -----

----- **A Recomendação nº048/01** foi **rejeitada** com a seguinte votação: não há abstenções, votos contra do PS, BE, 8 IND, votos a favor do PSD, PCP, CDS-PP, PAN, PEV, MPT. -----

----- (Ausência do Grupo Municipal do PPM da Sala de Plenário) -----

----- Ausência de um Deputado Municipal Independente da Sala de Plenário nestas votações) -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhores Deputados há pedidos de Declaração de Voto Oral, do PCP, do PAN, não é Declaração de Voto? -----

----- Então diga lá Senhor Deputado.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Modesto Navarro (PCP)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Nós queremos pedir desculpa, na proposta que votámos inicialmente a 718A, nós votamos contra, mas a nossa posição é abstenção, é só para mudar.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhores Deputados ou repetimos a votação ou aceitam os Senhores que se faça a retificação.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Modesto Navarro (PCP)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “É mudar a nossa votação.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Aceitam a correção da votação? -----

----- Então está feita a correção da votação, nós normalmente quando esta correção é pedida depois da reunião, eu peço que ela seja feita sobre a forma de Declaração de Voto, mas como foi feita durante a reunião aceitamos muito bem. -----

----- Há ainda uma Declaração de Voto Oral, a Senhora Deputada Inês Sousa Real.”---

----- **O Grupo Municipal do PAN** apresentou, oralmente, a seguinte **Declaração de Voto:**-----

----- “*Obrigada Senhora Presidente.*-----

----- *Em relação à nossa Declaração de Voto, é no sentido em que uma vez houve de facto este passo positivo, por parte do Executivo de acolher algumas propostas do PAN, verificamos isso com agrado, no entanto, achamos que há aqui de facto uma insuficiência no acolhimento destas propostas, sobretudo porque nos parece que existem agora dois Executivos na Câmara, portanto um do PS e dos Independentes e outro do Bloco, que não acompanhou de facto matérias estruturais como a questão da pobreza, das pessoas em situação de sem-abrigo, da questão das escolas. -----*

----- *Portanto, matérias de facto que não podemos ficar alheios, e portanto para não votarmos contra de facto seria essa a nossa tendência inicial, e dando reconhecimento e mérito à negociação que aqui foi feita, e ao caminho que foi aberto no futuro alcançaremos mais propostas, e quem sabe votaremos favoravelmente outras iniciativas, ficámos pelo meio caminho, que é a abstenção.” -----*

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada.-----

----- Senhores Deputados, agora sim, boas-festas Senhores Deputados, tenham um Bom Natal, tenham uma boa passagem de ano. -----

----- Obrigada por terem vindo hoje e termos resolvido este problema, e cá estaremos em janeiro para retomarmos os nossos trabalhos. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- A sessão terminou, eram dezanove horas e cinquenta minutos. -----

----- **Nota:** As propostas votadas na presente reunião foram aprovadas, em minuta, nos termos da deliberação n.º 353/AML/2017 tomada pela Assembleia, por unanimidade, na reunião realizada no dia 21 de Novembro de 2017. -----

----- Eu _____, a exercer funções no Gabinete de Apoio à Assembleia Municipal lavrei a presente ata que também assino, nos termos do disposto no n.º 2 do art.º 57.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, do n.º 2 do art.º 90.º do Regimento da Assembleia Municipal de Lisboa e do despacho da Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa exarado em 6 de Novembro de 2017 na folha de rosto anexa à Proposta n.º 1/SMAM/2017. -----

-----A PRESIDENTE-----